



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**

Desenvolvimento é nosso compromisso

**SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022

**FECHAMENTO DO TERRENO (MURO E CERCA)
DA E.M.E.B. ESPERANÇA**

TERMO DE ABERTURA E AUTUAÇÃO

A documentação que irá integrar o presente processo, terá as folhas devidamente numeradas e carimbadas.

Caçador (SC), 23 de Fevereiro de 2022.

Diretor(a) de Licitações e Contratos Administrativos

Protocolo(s) Interno(s)	Solicitação(ões)	Processo Licitatório	N.º da Modalidade
1.744/2022	079/2022	037/2022	TP 004/2022



Protocolo 1.744/2022

Acompanhe via internet em <https://cacador.1doc.com.br/atendimento/> usando o código: 161.428.707.306

Situação geral em 24/01/2022 14:27: Novo



001

Secretaria Municipal da Educação
semec@cacador.sc.gov.br · 49 3561-9909

Para

SECR ADM

CC

CE - Compras Educação

SECR ADM - Secretaria Municipal da Administração

PC - Protocolo Central

3 setores envolvidos

PC

SECR ADM

CE

Entrada*: Atendimento pessoal

24/01/2022 14:27

Requisição

Prazo	Vencimento	Lembrete	Visibilidade
Resposta ao Solicitante	Daqui 30 dias — 23/02/2022	Não configurado	Todos

Contratação de Empresa Habilitada Fechamento de Terreno da EMEB Esperança

Claudia Mengidski Nicoletti

Protocolo Central

Folha de rosto: contém documento físico

Quem já visualizou? 1 pessoa

Visto 1 vez

Prefeitura de Caçador - Av. Santa Catarina, 195 - Centro CEP: 89500-000 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 24/01/2022 14:27:23 por Claudia Mengidski Nicoletti - Claudia Mengidski Nicoletti (matricula 12137)

"Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação." - Dalai Lama

licitação

P. e L. 16/02/2022

Este documento contém assinatura digital, realizada por CLAUDIA MENGIDSKI NICOLETTI CPF 944.XXX.XXX-34. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cacador.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 9B91-82B4-48C7-E9EA

REQUISIÇÃO

1. OBJETO: REQUISIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO E MÃO DE OBRA PARA FECHAMENTO DO TERRENO DA EMEB ESPERANÇA. META 19.17

ITEM			TOTAL PREVISTO	
1	UN	1	<p>Item: 1686 / 16675- REQUISIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO E MÃO DE OBRA PARA FECHAMENTO DO TERRENO DA EMEB ESPERANÇA -CONFORME DOCUMENTOS ABAIXO:</p> <p>CRONOGRAMA_CERCA_MURO_ESCOLA_ESPERANCA MURO_E_CERCA_ESPERANCA MURO_E_CERCA_ESPERANCA MURO_E_CERCA_ESPERANCA MURO_E_CERCA_ESPERANCA ORCAMENTO_CERCA_MURO_ESCOLA_ESPERANCA. COMPOSICAO_BDI_CERCA_ESCOLA_ESPERANCA. MEMORIAL_DESCRITIVO_MURO_E_CERCA_ESCOLA_ESPERANCA</p>	R\$ 544.558,94
TOTAL			R\$	544.558,94

2. Justifica-se a contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos referente à construção do fechamento do terreno da EMEB Esperança. A Secretaria de Educação tem previsto em seu planejamento, ações de proteção do seu patrimônio físico, impedindo a violação dos espaços públicos, em virtude da necessidade de manter a segurança do patrimônio, evitando a degradação dos espaços e primando pela proteção das instalações prediais e equipamentos nos quais há investimentos de recursos públicos.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 3.1 Durante a execução das obras ou serviços, a contratada deverá manter tanto quanto possível, o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc; enfim, tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.
- 3.2 Correrá por conta da contratada, a reparação de todos os danos causados às propriedades e bens de terceiros devidos à imperícia ou imperfeição durante e na execução dos serviços.
- 3.3 A obra ou serviço deverá receber a devida sinalização, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pela prefeitura de caçador.
- 3.4 Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a contratada continuará responsável pela manutenção de todo o material no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.
- 3.5 A contratada deverá fiscalizar permanentemente as equipes, ajudando na distribuição dos serviços, fiscalizando a qualidade, conferindo a presença, prestando conta dos materiais utilizados e dos serviços executados, sempre recebendo orientações e atendendo solicitações da contratante.
- 3.6 A critério da contratante as equipes poderão ser distribuídas da forma mais conveniente nos diferentes postos de trabalhos, cujo transporte de ferramentas, materiais e operários fica sob responsabilidade da contratada.
- 3.7 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários a prestação dos serviços, tais como: betoneiras, roçadeiras, furadeiras, serras manuais tipo maquina para uso de corte de madeira e piso, discos de cortes, baldes, carrinho de mão, enxadas, pás, brochas, pincéis, chaves, veículos para transporte, etc
- 3.8 É obrigatório o uso de equipamentos de segurança: redes de proteção para uso geral, equipamentos de segurança individual, conforme legislação, EPI é a NR 06 do MTE e demais itens para a correta execução dos serviços, bem como cones e placas para aviso de segurança no trânsito.
- 3.9 A contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio municipal, assumindo as responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados por seus agentes.
- 3.10 A contratante terá direito de recusar todo e qualquer serviço, material ou equipamento utilizado.
- 3.11 Deverá figurar como responsável técnico pela empresa proponente, sob pena de inabilitação, um profissional engenheiro civil, técnico em construção civil, ou técnico em áreas afins, com registro no CREA / CAU.
- 3.12 A contratada é obrigada fazer a retirada de entulhos e limpeza da obra. A retirada de materiais e limpeza da obra deve seguir orientações da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde sobre os locais s serem depositados os entulhos.

5

PP

4. RECURSOS FINANCEIROS: Superavit Salário Educação

5. LOCAL DE ENTREGA/ EXECUÇÃO: EMEB ESPERANÇA

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal .

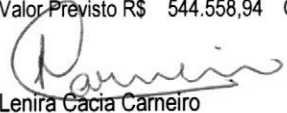
Os pagamentos somente ocorrerão depois das medições/serviços terem sido aprovados pelo órgão concedente, mediante confirmação do responsável pela fiscalização e gestão do contrato

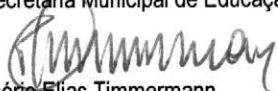
7. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a homologação do processo podendo ser prorrogado caso seja de interesse público

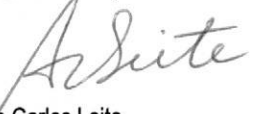
8. RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CONTRATO: Helto Calisto

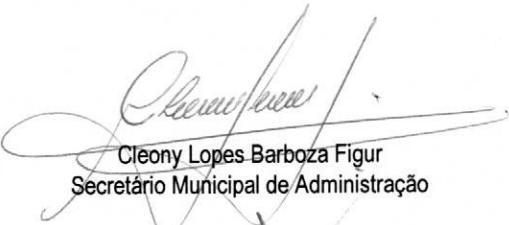
9. FISCAL DO CONTRATO EDUCAÇÃO: Airton Carlos Leite

Valor Previsto R\$ 544.558,94 Caçador, 18/01/2022


Lenira Cacia Carneiro
Secretária Municipal de Educação


Osório Elias Timmermann
Secretário Municipal da Fazenda


Airton Carlos Leite
Fiscal do processo


Cleony Lopes Barboza Figur
Secretário Municipal de Administração


Saulo Sperotto
Prefeito Municipal de Caçador

COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº 01/2022

Data: 18/01/2021

De:	CGE - Secretaria Municipal de Educação
Para:	Departamento de Licitações
Assunto:	Construção de muro – EMEB Esperança

Saudações


Solicitamos a contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos referentes à construção de muro na EMEB Esperança.

A Secretaria Municipal de Educação tem previsto em seu planejamento, ações de proteção do seu patrimônio físico, impedindo a violação dos espaços públicos, em virtude da necessidade de manter a segurança do patrimônio, evitando a degradação dos espaços e primando pela proteção das instalações prediais e equipamentos nos quais há investimentos de recursos públicos.

A execução da obra visa impedir a transposição de pessoas não autorizadas no ambiente, trazendo segurança à toda comunidade escolar.

Justifica-se a presente solicitação pela necessidade, contra roubos, degradação do patrimônio público e segurança dos alunos, do corpo docente e da própria comunidade.

Atenciosamente,



HELTON CALISTO
Coordenador Geral de Educação



PARECER Nº 046/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA FECHAMENTO DO TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA

A Diretoria de Licitações e Contratos encaminha para análise e parecer pedido de contratação de empresa para realização das obras de fechamento do terreno de escola municipal, formalizado pela Secretaria Municipal de Educação.

A requisição encontra-se devidamente protocolada, sendo instruída com as informações preliminares pertinentes a contratação, constando todos os documentos referentes a obra.

Constam dos autos:

- a) Requisição modelo padrão;
- b) Justificativa para contratação;
- c) Certidão da dotação orçamentária, confirmando a existência de previsão de recursos financeiros necessários para o custeio das despesas;
- d) Projetos, memorial descritivo, orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, entre outros.
- e) Autorização do prefeito para a efetivação da licitação;

O edital encaminhado demonstra a escolha pela modalidade de Tomada de Preços, por tratar-se de obras e serviços de engenharia, restando objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe a Lei nº 8.666/93.

Em razão do valor a ser contratado, destaca-se ser caso de exclusividade na participação de ME e EPPs, de acordo com o disciplinado no inc. I, art. 48 da LC nº 123/06.



É o sucinto relatório. Passo ao Parecer¹:

Primeiramente, cumpre destacar que o parecer caracteriza-se como um ato opinativo. No âmbito jurídico, sobretudo na Administração Pública, o parecer denominado de parecer jurídico, surge na maioria dos casos, de uma consulta realizada por órgãos ou agentes públicos. A opinião do parecerista exterioriza-se a partir da emissão do respectivo parecer jurídico, do qual em regra, não vincula o administrador, possuindo este a discricionariedade de seguir a opinião disposta ou não.

Assim, de regra, o parecer consubstancia uma opinião técnica, pessoal do emitente, ou seja, reflete apenas um juízo de valor, não vinculando o administrador, que tem a competência decisória, para praticar o ato administrativo de acordo ou não com o sugerido pelo consultor jurídico. Sendo atos diversos, o parecer jurídico e o ato próprio e discricionário praticado pela autoridade competente.

Neste sentido, tem-se que o parecer jurídico concretiza-se, seja a pedido do administrador ou por exigência legal para aclarar e nortear o administrador que pode segui-lo ou ignorá-lo, quando da prática de determinado ato administrativo.

Como bem salientado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "o parecer não possui efeito normativo por sim mesmo [...]. É o despacho dessa autoridade que dá efeito normativo ao parecer"².

Por fim, válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes de que trata o parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93, e exame "que se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos"³.

Dito isso, passamos a análise do mérito.

¹ Os pareceres, quando emitidos por órgão técnico ou pessoa física habilitada da Administração, são manifestações técnicas sobre assunto submetido a uma análise objetiva, de caráter meramente opinativo. (BRAZ, Petrônio. *Direito Municipal na Constituição*. Leme:LED, 2003, pág.273).

² Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo: Atlas*, 2012. p. 239

³ Tolosa Filho, Benedito de Licitações: Comentários, teoria e prática: Lei no 8.666/93. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 119



MUNICÍPIO de CAÇADOR
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Verificamos pelos documentos constantes dos autos que os procedimentos iniciais para abertura de procedimento licitatório foram corretamente observados.

Quanto à adoção da modalidade Tomada de Preços para atender ao interesse do requisitante interessado, há que se considerar que por tratar-se de obras e serviços de engenharia, não estando enquadrados como comuns, possuem especificidades para a elaboração da proposta, sendo portanto correta a escolha na modalidade, com fundamento na Lei nº 8.666/93.

No tocante a minuta de edital apresentada, a análise é feita com fundamento nos elementos determinados pelo art. 40 da Lei nº 8.666/93, verificando encontrar-se em harmonia, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, apresentando-se como recomendação a verificação da exigência do atestado de capacidade técnica, descrito no subitem C, da cláusula 5.1.3., da qualificação técnica, quanto a exigência de certidão de acervo técnico em nome da pessoa jurídica.

Por tratar-se de contratação por empreitada global, o julgamento pelo Menor Preço Global, apresentando-se adequado a indicação no edital.

Em análise a minuta do contrato anexa ao edital, verifica-se, de forma geral, constarem as cláusulas essenciais e obrigatórias.

Sendo estas as considerações que nos parecem pertinentes à presente questão, sem embargo de eventuais opiniões divergentes que possam existir. É o nosso parecer, S.M.J.

Caçador (SC), 22 de fevereiro de 2022.


Roselaine de Almeida Périgo
Procuradora Municipal – Portaria n. 11.132/02
OAB/SC 12.903

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022****ANEXOS****ANEXO I**

ANEXO I	Projetos e Documentos
	20.1.1. Projetos
	20.1.2. Memorial Descritivo
	20.1.3. Cronograma Físico
	20.1.4. Orçamento Analítico
	20.1.5. BDI
	20.1.6. Procedimentos de Trabalhos Terceirizados
	20.1.7. Diário de Obra

ATENÇÃO**ARQUIVO DISPONIBILIZADO EM PDF**

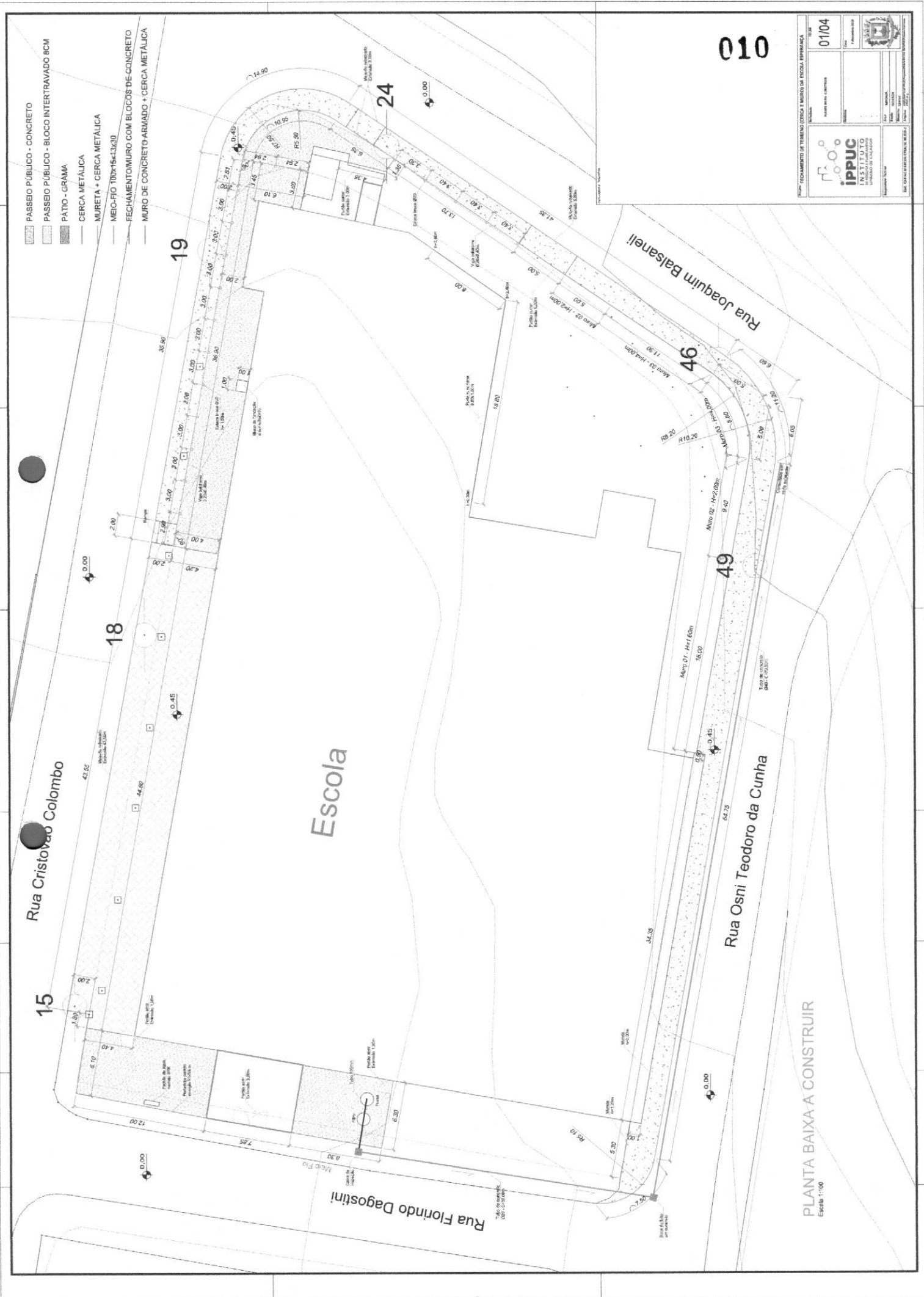


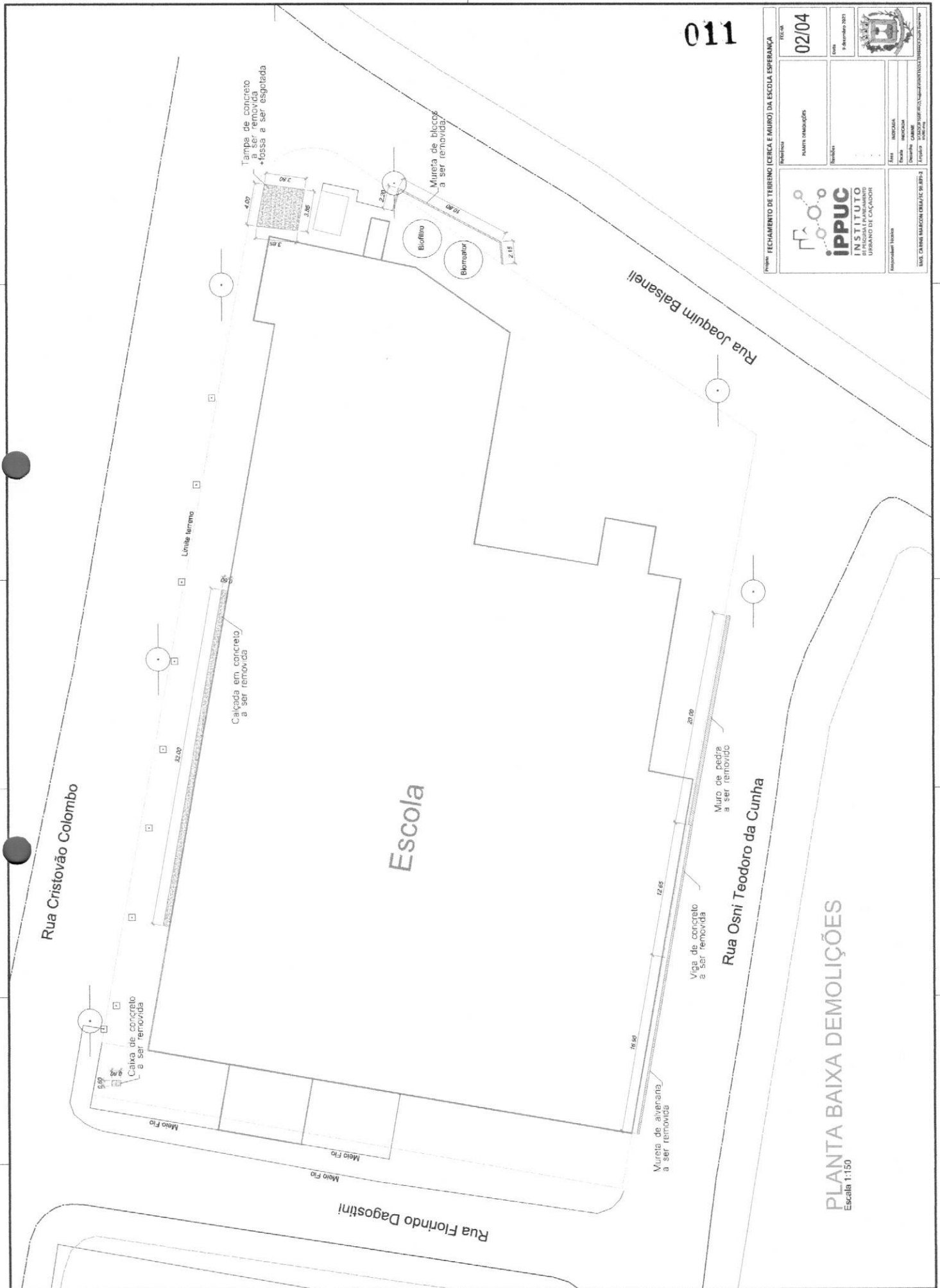
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022

ANEXOS

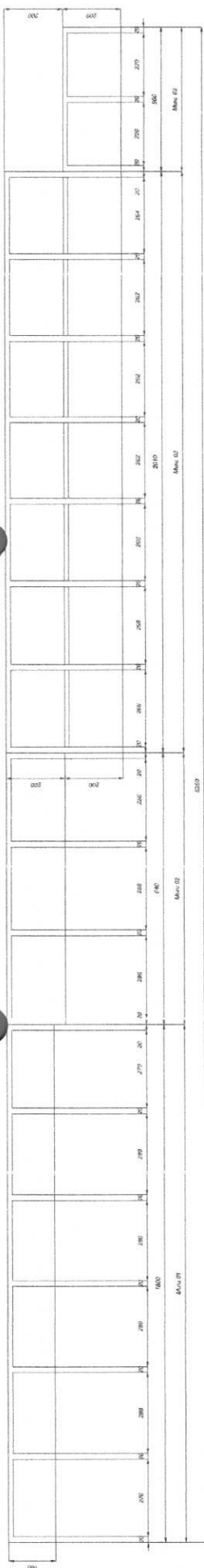
MODELO DE CERCA COTADO





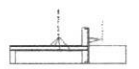
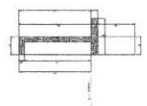
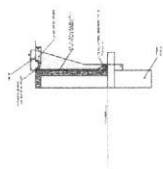
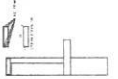
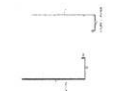
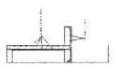
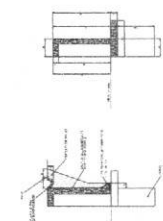
[illegible]

PLANTA BAIXA DEMOLIÇÕES



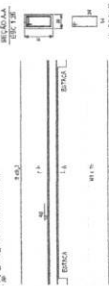
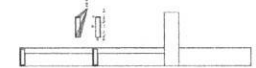
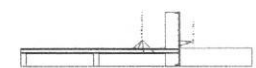
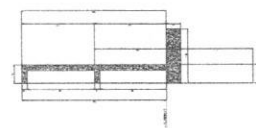
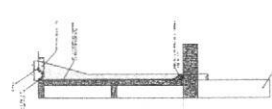
VISTA FRONTAL MURO

Escala 1:50

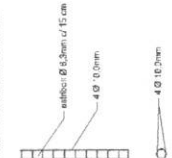


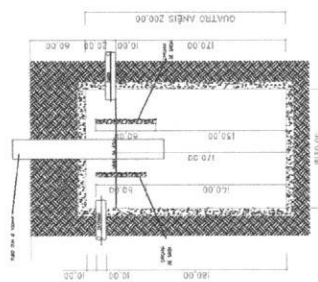
DETALHAMENTO

Escala 1-50



ESTACAS VIGAS EALDRAME



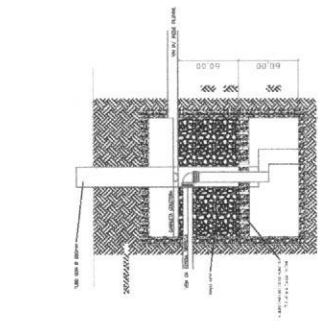


$V = 1000 + N.C. \cdot T + 0.1 \cdot V$
 UNIDADE
 N = VOLUME LITR. EM LITROS
 C = NÚMERO DE COMPONENTES
 T = CONTRIBUIÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO LITR. DE PESSOAS X DIAS
 N.C. = CONTRIBUIÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO LITR. DE PESSOAS X DIAS
 T = TEMPO DE TRÁFEGO EM DIAS
 R = TEMPO DE ALGAMO DE LOCO MÓDULO EM DIAS
 N = NÚMERO DE PESSOAS EM DIAS
 C = NÚMERO DE COMPONENTES EM DIAS

$$\chi^2 = 10898 + 200(12.1 + 14.0/2)$$
$$V = 10000 + 2000 \left(\frac{1}{2} \right) = 11000 \text{ (元)}$$

JACQUES CHATELAIN & J. J. CHATELAIN

ALL RIGHTS, LITER. + 1. PERS.



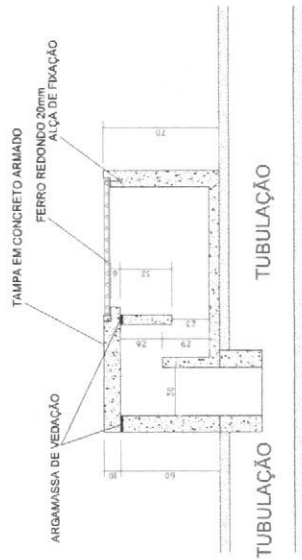
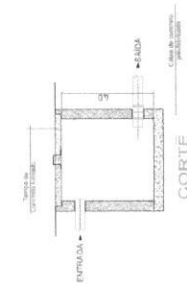
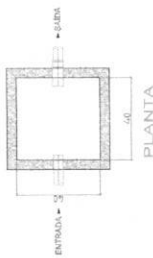
N=160 NCT

 $\sqrt{0.51}, \sqrt{0.52}, \sqrt{0.53}$

WILLIAM E. COLEMAN

Copyright © 1997 by John Wiley & Sons, Inc.

$\Delta G_{\text{f}}^{\circ}(\text{kJ mol}^{-1}) = -1.36 \times 10^5$

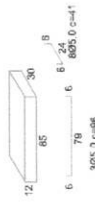


ESC 1/30

[illegible]

PADRÃO ÁGUA - BRK

cinta cobertura padrão água



MEMORIAL DESCRITIVO

014

DADOS FÍSICOS LEGAIS

Proprietário: Prefeitura Municipal de Caçador - SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
Endereço: Av. Santa Catarina, 195
Obra: Fechamento de terreno (cerca e muro) da Escola Esperança
Objeto: Construção de Edificação
Local: Rua Florindo D'Agostini – Caçador-SC
Área: 1.455,00 m²

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade descrever o processo construtivo do fechamento de terreno (cerca e muro) da Escola Esperança.

As especificações contidas neste documento e as normas citadas deverão ser rigorosamente obedecidas durante o decorrer da obra, valendo como se efetivamente fossem transcritas nos contratos para execução de obras e serviços.

O memorial descritivo destina-se a regulamentar o desenvolvimento das obras e dos serviços necessários à construção da edificação do abatedouro de peixes, bem como fixar direitos e obrigações da CONTRATANTE e da empresa construtora, designada CONTRATADA, que executará essas obras e serviços.

Os serviços e obras serão realizados em rigorosa observância aos desenhos dos projetos, respectivos detalhes, bem como em estrita obediência às prescrições e exigências contidas neste memorial descritivo, nas especificações e nas normas da ABNT.

Nenhuma alteração nas plantas e detalhes fornecidos, nem nas especificações, poderá ser feita sem a autorização, por escrito, da CONTRATANTE. Caberá à CONTRATADA, antes da assinatura do Contrato, verificar a compatibilização entre os projetos recebidos, visando detectar problemas de cotas, níveis, interferências das instalações com elementos estruturais, etc., devendo os problemas detectados ou as dúvidas surgidas, serem apresentadas à CONTRATANTE, através de sua Fiscalização para suas respectivas definições e alterações se julgar procedente.

A não apresentação de dúvidas ou problemas que interfira na execução dos projetos recebidos, isenta a CONTRATANTE de quaisquer ônus decorrentes de serviços necessários, ainda que não previstos. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar proposta de solução para análise e aprovação da CONTRATANTE, não cabendo como justificativa para alteração contratual.

Os pedidos de alterações nos projetos, especificações ou detalhes de execução, deverão ser encaminhados **por escrito** à Fiscalização do CONTRATANTE para análise e parecer, acompanhados das justificativas e dos respectivos orçamentos comparativos, não sendo permitida a CONTRATADA proceder ao início de qualquer modificação ou execução de serviços com materiais diferentes dos especificados, antes da aprovação pela CONTRATANTE. A documentação será analisada pela Fiscalização do CONTRATANTE que autorizará a execução se julgar procedente as alterações propostas.

Todos os detalhes de execução de serviços constantes dos desenhos e não mencionados nas especificações, memorial descritivo e orçamento, assim como todos os detalhes de execução de serviços mencionados nas especificações, memorial descritivo e orçamento e que não constem dos desenhos serão interpretados como parte integrante dos projetos.

Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

A. Em caso de divergência entre as especificações, memorial descritivo e orçamento e os projetos, prevalecerá sempre os primeiros;

B. O projeto de execução prevalecerá sempre, em qualquer estágio da obra, sobre os demais projetos;

C. Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões tomadas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;

D. Em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;

E. Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;

Todas as dúvidas existentes, quanto à técnica de construção, deverão ser sanadas com a Fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, antes da licitação. A não solicitação de dúvidas existentes antes da licitação, implica na aceitação das condições do processo construtivo.

Nas divergências ou omissões das normas de execução do memorial descritivo, quanto a serviços previstos na obra contratada, caberá à CONTRATADA propor metodologia de execução à Fiscalização do CONTRATANTE, ficando, porém, impedida de empregá-la antes que seja aprovada.

Qualquer problema decorrente do disposto no subitem anterior será resolvido entre as empresas, com intervenção da Fiscalização do CONTRATANTE, se não resolvido pela CONTRATADA, não decorrendo daí nenhuma responsabilidade para a CONTRATANTE, mesmo que haja ônus para a CONTRATADA ou qualquer subcontratada.

A CONTRATADA será perante a CONTRATANTE, responsável pelos serviços realizados pelas subempreiteiras, não podendo transferir suas responsabilidades pelas obrigações estabelecidas no Edital, nas Especificações, nos Projetos, no memorial descritivo e no Contrato.

FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE realizará a fiscalização da obra através de equipe de fiscalização, formada por um técnico (engenheiro civil ou arquiteto) e um representante da Secretaria de Agricultura, os quais terão responsabilidades divididas quanto as decisões acordadas e registradas durante o andamento da obra, e terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços contratados.

A fiscalização do CONTRATANTE deverá ser notificada, para conhecimento e aprovação, da entrada do canteiro de obras de qualquer equipamento ou material a ser utilizado pela CONTRATADA.

A presença da fiscalização do CONTRATANTE na obra não isentará nem diminuirá as responsabilidades da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

A fiscalização de obra do CONTRATANTE não exerce o serviço de administração de obra ou gestão dos serviços executados, cabe ao fiscal verificar se os serviços são executados de acordo com a legislação e normas regulamentadoras vigentes, assim como fazer cumprir o contrato formalizado entre as partes.

RESPONSABILIDADES

A CONTRATANTE realizará a fiscalização da obra, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços contratados.

A CONTRATADA receberá a edificação no estado em que se encontra, uma vez que, antes da elaboração da proposta apresentada, visitou o local onde se desenvolveriam os trabalhos, não podendo alegar desconhecimento da sua situação física e nem das eventuais dificuldades para a implementação dos serviços necessários e de sua utilização para execução das obras. As características da edificação deverão ser verificadas pela CONTRATADA, uma vez que assumirá exclusiva responsabilidade pelos mesmos.

A CONTRATADA providenciará a contratação de todo seu pessoal necessário, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das leis trabalhistas, de Previdência Social, e da legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.

A CONTRATADA manterá no canteiro de obra:

- A. Diário de Obra em dia, com os registros das alterações autorizadas e demais situações já abordadas, contendo no mínimo as informações do modelo Anexo I;
- B. Arquivo ordenado das Ordens de Serviço, relatórios, pareceres e demais documentos administrativos;
- C. Uma via do Contrato contendo suas partes integrantes;
- D. Os desenhos e detalhes de execução, projeto de estrutura, de arquitetura e demais instalações;
- E. Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- F. Cronograma Físico – Financeiro.

Caberá à CONTRATADA:

- A. Realização de todos os testes e ensaios de materiais, em obediência às normas da ABNT e outros que forem julgados necessários pela Fiscalização do CONTRATANTE;
- B. Instalação dos tapumes, placas e demais elementos do canteiro de obra;
- C. Implantação e manutenção de caminhos de serviço;

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e refazer os serviços impugnados pela Fiscalização do CONTRATANTE, logo após ter conhecimento dos mesmos, os quais lhe serão informados, via Diário de Obra ou fichas de recomendações, ficando por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas decorrentes destas providências.

Depois de lavrado e assinado o Termo de Recebimento e Aceitação Provisória dos serviços, a CONTRATADA ainda deverá manter-se a disposição com uma equipe de manutenção composta de um encarregado, auxiliado por pedreiros, eletricitistas, encanadores e tantos outros operários quantos sejam necessários, para a execução de eventuais reparos de defeitos ou imperfeições da obra, suscitados pela vistoria de Recebimento Provisório feita pela CONTRATANTE ou reclamados. A CONTRATADA atenderá também, com essa equipe de manutenção, aos defeitos ou imperfeições que estiverem ocultos na oportunidade do Recebimento Provisório e da entrega do imóvel e que se pronunciarem no decorrer do prazo legal contados a partir da data do Termo de Recebimento Provisório, tudo conforme o Código Civil Brasileiro.

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Os materiais e equipamentos especificados estarão sempre sujeitos a exame de analogia, desde que seja solicitado pela CONTRATADA cabendo, portanto, à CONTRATANTE, a decisão sobre eventuais pedidos de substituição de materiais por produtos análogos.

Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam analogia total ou equivalência quando desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características técnicas. Na eventualidade de uma equivalência, a substituição se processará dentro da máxima similaridade possível.

O critério de analogia será estabelecido pela CONTRATANTE, para cada caso efetivamente ocorrido. As consultas sobre analogias serão efetuadas, em tempo oportuno, pela CONTRATADA, não se admitindo que a desatenção a essa oportunidade sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos na documentação contratual.

CANTEIRO DE OBRAS

A CONTRATADA deverá manter isolado o acesso a obra, sempre em acordo com as normas de segurança pertinentes, de modo a zelar pela segurança e bem estar de todos os trabalhadores e demais pessoas de seu entorno.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As medidas de proteção aos empregados e a terceiros, durante a construção, obedecerão ao disposto nas "Normas de Segurança do Trabalho nas Atividades da Construção Civil", de acordo com a NR 18, NR 06 da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho e Manual de Procedimentos de Trabalho para Terceirizados (elaborado pela equipe de segurança do trabalho da Prefeitura Municipal de Caçador). Toda a documentação relativa constante no Manual deverá ser entregue diretamente a equipe de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de segurança aos profissionais e aos visitantes, atendendo as NBRs vigentes (NR5, NR18).

ENSAIOS

Todos os ensaios de laboratório serão executados por firma especializada e idônea, não vinculada ao fornecedor do material sob teste. Cópias dos laudos os ensaios deverão ser fornecidos à Fiscalização do CONTRATANTE para seu conhecimento e registro no Diário de Obras.

Todas as despesas relativas aos ensaios de laboratório correrão por conta da CONTRATADA.

ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Será exercida pela CONTRATADA, por Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e demais profissionais necessários, e de acordo com a relação apresentada na documentação para licitação.

A substituição de qualquer elemento, Engenheiro e/ou Arquiteto etc., responsável pela administração direta da obra, só poderá ser efetuada após análise pela CONTRATANTE do acervo técnico do profissional substituto, que for indicado pela CONTRATADA.

A CONTRATADA se obriga a corrigir qualquer defeito na execução das obras e serviços, objeto do Contrato, bem como será responsável pelos danos causados a CONTRATANTE e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia, imprudência ou omissão.

A CONTRATADA se obriga a manter um perfeito e ininterrupto serviço de vigilância no canteiro de obras, desde o seu início até a entrega das obras de construção, tendo como limite mais longo desse prazo a data do Recebimento Provisório da Obra.

LIMPEZA DA OBRA

Será procedida periódica remoção, para local conveniente, de todo o entulho ou detritos que venham a se acumular no canteiro durante toda a execução da obra.

A CONTRATADA será responsável por todo resíduo gerado na obra, sendo a destinação final de acordo com as normas vigentes.

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

A empresa CONTRATADA deverá proceder a execução de instalações provisórias necessárias para utilização nos serviços de intervenção da obra.

Toda a área de intervenção terá sinalização adequada conforme normativas.

A obra deverá permanecer isolada durante toda a execução dos serviços, caso a sinalização seja retirada para execução de trabalhos, o local deverá ser isolado e sinalizado durante os serviços e ao final do dia deverá ser recolocada para impedir o acesso de pessoas não autorizadas.

1.1 Placa de obra

Deverá atender as exigências do agente financiador, do código de edificações municipal e conselho CREA/CAU.

Nela deverá figurar no mínimo os nomes dos responsáveis pela execução da obra bem como número de registro junto aos órgãos, valor de contrato e prazo de execução.

Essa placa deverá ser fixada no local mais visível, de acordo com o modelo e desenho apresentado pela Prefeitura Municipal de Caçador, com as dimensões, simbologias, informações e cores conforme manual. A placa deverá permanecer fixada e em bom estado até a inauguração da obra.

1.2 Locação de container

Faz-se necessária a instalação de um container, que será utilizado como escritório e como depósito para armazenamento de materiais e equipamentos em apoio aos serviços que serão realizados. O mesmo deverá conter um sanitário e permanecer instalado na obra durante todo o período de duração da mesma.

1.3 Serviços topográficos para locação

Após a limpeza da área de intervenção, deverá ser realizada a locação da obra através da utilização de equipamentos topográficos específicos para tal. Serão realizados os serviços topográficos de locação e nivelamento com a utilização de equipamento topográfico de precisão, obedecendo as especificações do projeto.

Os níveis dos itens a serem construídos serão observados nesta fase em consonância com o terreno existente, assim como os recuos e distancias até a edificação.

1.4 Limpeza de superfície com jato de alta pressão

Deverá ser realizada limpeza com jato de alta pressão nas fundações e parede externa do ginásio (apenas na lateral que confronta com a Rua Osni Teodoro da Cunha). Se necessário, deve ser utilizado produto que permita a realização adequada do procedimento. A qualidade da limpeza realizada deve ser aprovada pela fiscalização da obra.

1.5 Demolição de alvenaria para qualquer tipo de bloco, inclusive muro de pedra

1.6 Demolição de vigas de baldrame em concreto armado

1.7 Demolição de piso de concreto

1.8 Demolição de alvenaria de tijolo maciço

Os itens demarcados em projeto serão demolidos de forma mecanizada. O procedimento deverá ser realizado com retroescavadeira quando possível e manualmente nos demais casos, antecedendo todos os demais serviços.

Serão removidas as alvenarias no entorno do ginásio de esportes, da mureta que cerca o sistema de tratamento de esgoto, o muro de pedras, as vigas de baldrame próximas ao ginásio, o piso de concreto referente a calçada antiga da escola e a caixa do hidrômetro em frente à escola.

Durante o processo de demolição deve-se tomar todo o cuidado para não danificar partes adjacentes.

O material retirado deverá ser encaminhado para local adequado, aprovado pela fiscalização da obra.

1.9 Limpeza mecanizada de camada vegetal

A área de intervenção deverá ter a superfície do solo limpa da camada vegetal, para isso deverá ser utilizado equipamento para escavação ou motoniveladora para raspagem da camada.

O material retirado deverá ser encaminhado para local adequado, aprovado pela fiscalização da obra.

1.10 Demolição de pavimento intertravado, de forma manual

No passeio de blocos intertravados em frente à Escola, será aberta uma vala com largura suficiente para colocação de um tubo de concreto de 300mm. Os blocos serão removidos manualmente com cuidado para não serem danificados e serem reaproveitados.

1.11 Carga, manobra e descarga de entulho

1.12 Transporte com caminhão basculante

1.13 Disposição final de resíduos sólidos

Os materiais provenientes das demolições e da remoção de vegetação deverão ser juntados para posterior retirada do local.

Os entulhos armazenados provenientes dos serviços de demolição, bem como da limpeza do terreno, deverão ser transportados até um local apropriado para descarte, sendo que este local deverá ser aprovado pela fiscalização da obra e até uma distância de 10Km.

1.14 Padrão de água (BRK)

Deverá ser executado um novo padrão de água; o mesmo será locado de acordo com o constante em projeto e seguirá o detalhamento apresentado no mesmo. As normativas da concessionária BRK deverão ser seguidas na íntegra.

2. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

2.1 Escavação mecânica

A regularização do talude onde será executado o muro deverá ser realizada mecanicamente, com escavadeira hidráulica ou máquina semelhante. Todas as escavações necessárias para a execução rigorosa do projeto arquitetônico e estrutural, obtendo-se os níveis e dimensões exigidas, serão de responsabilidade da empresa executora.

A escavação para execução da sapata corrida será executada mecanicamente e regularizada de forma manual.

O material escavado será recolhido do local de modo a permitir que os demais trabalhos se desenvolvam sem impedimentos físicos. Este será armazenado em local próximo, fim de ser utilizado no reaterro após a execução do muro.

2.2 Execução e compactação de reaterro

2.3 Argila ou barro para aterro

Após a execução do muro, a contratada deverá providenciar o reaterro em sua face posterior com material de 1ª categoria (exclusivamente), livre de impurezas e substâncias orgânicas, podendo o material ser aquele escavado do local anteriormente. O aterro deverá ser compactado manualmente, com a utilização de compactador mecânico, em camadas de no máximo 30,00cm, cuidadosamente para não danificar a estrutura já executada.

O volume faltante para a execução do aterro, deverá ser adquirido em jazida e possuir qualidade aprovada pela fiscalização. A distância de transporte será de até 10,0 Km.

3. INFRAESTRUTURA (VIGAS BALDRAME)

3.1 Estaca broca de concreto Ø20cm

Nos locais indicados em projeto, deverão ser executadas brocas de concreto com trado, com diâmetro mínimo de 20cm. As brocas deverão atingir profundidade mínima de acordo com aquelas constantes em projeto (1,50m), devendo atingir solo firme. As brocas deverão ter armadura longitudinal de 4 Ø 10,0mm e estribos de Ø 6,3mm espaçados a cada 15cm. O recobrimento da

armadura deverá ser de no mínimo 3 cm. O concreto a ser utilizado deverá ter resistência mínima de 20MPa. Serão deixadas 4 (quatro) esperas de 40cm para amarração com as vigas de baldrame.

3.2 Fabricação de fôrma de madeira serrada para vigas

Serão executadas fôrmas em todo o perímetro das peças, sobre o lastro de brita 1 de espessura 5,00cm. Será utilizado madeira serrada para execução das formas e a montagem deverá respeitar as dimensões especificadas em projeto, serão perfeitamente niveladas e amarradas, por meio de gravatas, com espaçamento entre 30 e 60cm, de modo a não "abrir" durante a concretagem.

Deverá ser aplicado desmoldante nas fôrmas antes da colocação das armaduras. Estas serão colocadas de maneira a respeitar o cobrimento mínimo de 3,00cm. A desmontagem será executada, somente após a cura, com esmero de modo a não danificar as peças concretadas. A desforma não poderá acontecer com tempo inferior a 30 dias, caso seja utilizado aditivo de pega, mediante registros e autorização, este tempo poderá diminuir.

3.3 Concreto para vigas baldrame – fck 25MPa

3.4 Lançamento de concreto com uso de bombas

O concreto utilizado não terá resistência inferior a fck 25MPa e o slump deverá ser de 10 ± 2 . Seu lançamento será realizado através de bombas. O concreto deverá ser devidamente vibrado de modo a impedir que se forme vazios nas peças.

Todos os alinhamentos deverão ser obedecidos. Não será permitido, em hipótese alguma, a diminuição do volume de concreto ou as quantidades de ferro.

Deverá ser realizado controle tecnológico das peças em concreto, para tal será apresentado laudo de resistência conforme NBR, após 30 dias da data de sua concretagem. A execução das estruturas de concreto seguirá as especificações da NBR 14931:2004.

Não será permitido a concretagem de peças sem a liberação do responsável técnico pela execução da obra.

O concreto recém acabado deverá receber aspersão de água.

A contratada somente poderá providenciar o reaterro das mesmas com material de 1ª categoria, podendo ser o material escavado no local, desde que seja livre de impurezas ou restos de madeira após os 30 (trinta) dias correspondentes ao prazo de desforma das faces das vigas de baldrame

3.5 Armação viga baldrame – aço CA 60 – 5,0mm

3.6 Armação viga baldrame – aço CA 50 – 8,0mm

O ferro para armadura, antes de ser empregado deve ser limpo retirando-se as crostas de barro, manchas de óleo, graxas, etc.

A armadura seguirá rigorosamente o projeto estrutural, garantindo o espaçamento especificado e recobrimento mínimo de 3,0cm.

As armaduras devem ocupar exatamente a posição que o cálculo determinar, sendo para tal, fortemente amarrado com arame recozido. Os ferros não se dobram bruscamente, assim serão recusados os vergalhões que apresentarem ângulos vivos. Não será permitida emenda de vergalhões nas seções de tensão ou tração máxima.

3.7 Chapisco

As vigas de baldrame serão chapiscadas com argamassa de cimento e areia, no traço de 1:3 (cimento: areia grossa) ou argamassa industrializada em suas faces laterais e superior.

O chapisco deve cobrir totalmente a superfície, de forma que sua textura final resulte numa película rugosa, aderente, resistente e contínua. Para superfícies que apresentam grande capacidade de absorção de água, havendo necessidade, estas devem ser umedecidas antes do início dos trabalhos.

O bloco de fundação que se encontra aparente na Rua Cristóvão Colombo deverá receber chapisco em todas as faces expostas, seguindo as mesmas especificações constantes acima.

3.8 Emboço com desempenho

O emboço/reboco será executado sobre chapisco prévio com argamassa de cimento, cal e areia fina, traço 1:2:6 (cimento: cal: areia), incluindo-se aditivo impermeabilizante, ou com argamassa industrializada. O emboço/reboco será executado perfeitamente no prumo e no esquadro, nivelando-se rigorosamente também, o acabamento das arestas superiores. Sua espessura será de 25mm.

O emboço/reboco será executado após a cura da camada de chapisco, ou seja, no mínimo 24 horas após sua execução. O mesmo será desempenado. Havendo necessidade, o local de aplicação deverá ser umedecido com auxílio de uma broxa antes do início dos trabalhos.

4. MURO DE CONCRETO ARMADO

4.1 Estaca broca de concreto Ø50cm

Nos locais indicados em projeto, deverão ser executadas brocas de concreto com trado, com diâmetro mínimo de 50cm. As brocas deverão atingir profundidade mínima de acordo com aquelas constantes em projeto, devendo atingir solo firme. As brocas deverão ter armadura longitudinal de 7 Ø 16,0mm e estribos de Ø 6,3mm espaçados a cada 12/6cm, conforme projeto. O recobrimento da armadura deverá ser de no mínimo 2,5 cm. O concreto a ser utilizado deverá ter resistência mínima de 25Mpa. A armação das estacas será a mesma executada nos pilares, que seguirão a mesma locação das primeiras.

4.2 Sapatas corridas

Deverá ser executado escavação manual de vala para regularização do solo em que ocorrerá o assentamento da sapata corrida. Essa vala deverá ter largura mínima conforme projeto.

Sobre lastro de brita 1 com espessura de 5,00cm, serão executadas sapatas corridas em concreto armado, com resistência de 25 Mpa e o slump deverá ser de 10 ± 2 .

Deverá ser realizado controle tecnológico das peças em concreto, para tal será apresentado laudo de resistência conforme NBR, após 30 dias da data de sua concretagem. A execução das estruturas de concreto seguirá as especificações da NBR 14931:2004.

Não será permitido a concretagem de peças sem a liberação do responsável técnico pela execução da obra.

Após a montagem da forma e verificação de seu travamento, conferência da armadura, o concreto deverá ser lançado.

A concretagem deverá ser feita em camadas com altura máxima de 0,50 cm.

Para adensamento do concreto nas formas, deverá, obrigatoriamente, ser usado vibrador para concreto. Sua utilização deverá seguir as recomendações da norma.

As ferragens seguirão o projeto estrutural e não será permitida a diminuição do volume de concreto ou as quantidades de ferro. Todos os alinhamentos deverão ser obedecidos.

Para execução das sapatas, serão executadas fôrmas em todo o perímetro das peças. Nestas, deverá ser aplicado desmoldante antes da colocação das armaduras. Estas serão colocadas de maneira a respeitar o cobrimento mínimo exigido em projeto (2,5cm), sendo que deverão ser colocados espaçadores para garantir tal condição. Ainda, as fôrmas serão executadas com tábuas, sarrafos de pinho ou cedrinho e deverão adaptar-se exatamente as dimensões indicadas no projeto e deverão ser construídas de modo a não se danificarem pela ação da carga, especialmente a do concreto fresco. Onde muro terá formato circular a fôrma será executada com chapa de madeira compensada resinada de 12mm de espessura.

Após 3 dias da concretagem, as fôrmas poderão ser retiradas, e deverá ser realizada cura úmida por aspersão.

4.3 Pilares

Será utilizado madeira serrada para execução das formas e a montagem deverá respeitar as dimensões especificadas em projeto, serão perfeitamente niveladas e amarradas, por meio de gravatas, tirantes ou tensores, com espaçamento entre 30 e 60cm, de modo a não "abrir" durante a concretagem. Deverá ser aplicado desmoldante nas fôrmas antes da colocação das armaduras, a desmontagem será executada com esmero de modo a não danificar as peças concretadas. Os pilares serão executados perfeitamente no prumo.

A desforma não poderá acontecer com tempo inferior a 3 dias. Após a desforma deverá ser realizada cura úmida por aspersão.

A armadura longitudinal será de 7 Ø 16,0mm e estribos de Ø 6,3mm espaçados a cada 12/6cm, conforme projeto. O recobrimento da armadura deverá ser de no mínimo 2,5 cm, sendo que deverão ser colocados espaçadores para garantir tal condição.

Após a montagem da forma e verificação de seu travamento, conferência da armadura, o concreto deverá ser lançado. O concreto a ser utilizado deverá ter resistência mínima de 25Mpa.

A concretagem deverá ser feita em camadas com altura máxima de 0,50 cm.

Para adensamento do concreto nas formas, deverá, obrigatoriamente, ser usado vibrador para concreto. Sua utilização deverá seguir as recomendações da norma.

4.4 Vigas

Será utilizado madeira serrada para execução das formas e a montagem deverá respeitar as dimensões especificadas em projeto, serão perfeitamente niveladas e amarradas, por meio de gravatas, tirantes ou tensores, com espaçamento entre 30 e 60cm, de modo a não "abrir" durante a concretagem. Deverá ser aplicado desmoldante nas fôrmas antes da colocação das armaduras, a desmontagem será executada com esmero de modo a não danificar as peças concretadas. A desforma não poderá acontecer com tempo inferior a 30 dias, caso seja utilizado aditivo de pega, mediante registros e autorização, este tempo poderá diminuir. Após a desforma deverá ser realizada cura úmida por aspersão.

Todos os alinhamentos deverão ser obedecidos. A ferragem da viga será executada com armadura de 12,5mm, num total de 6 barras por viga, e os estribos possuirão 5,0mm e serão espaçados a cada 12cm. Deverá ser aplicado desmoldante nas formas antes da colocação das armaduras. Estas serão colocadas de maneira a respeitar o cobrimento mínimo de 2,0cm, sendo que deverão ser colocados espaçadores para garantir tal condição. Ainda, as fôrmas serão executadas com tábuas, sarrafos de pinho ou cedrinho e deverão adaptar-se exatamente as dimensões indicadas no projeto e deverão ser construídas de modo a não se danificarem pela ação da carga, especialmente a do concreto fresco. Onde muro terá formato circular a fôrma será executada com chapa de madeira compensada resinada de 12mm de espessura.

As vigas deverão ser executados com Fck igual ou superior a 25 MPa, sendo que o concreto deverá ser devidamente vibrado.

4.5 Paredes

Para a execução das paredes do muro a fôrma será executada com chapa de madeira compensada resinada de 12mm de espessura. As paredes apresentarão largura de 15cm e possuirão largura constante desde sua base até o topo.

A fôrma de madeira deverá ser perfeitamente alinhada e travada, para que durante a concretagem não ocorra deformação da caixa.

As paredes de concreto serão armadas na vertical com a utilização de aço de construção Ø 10,0mm e na horizontal com a utilização de aço de construção Ø 5,0mm, formando uma malha com

espaçamento entre as barras longitudinais e transversais de 15x15 cm, em ambas as faces do muro, sendo que as duas malhas deverão estar posicionadas a 2 cm das faces externas. Esta malha irá da base até o topo do muro e em toda a sua extensão.

As paredes deverão ser executadas com F_{ck} igual ou superior a 25 MPa, sendo que o concreto deverá ser devidamente vibrado. Não é permitida a diminuição do volume de concreto.

Deverá ser aplicado desmoldante nas fôrmas antes da colocação das armaduras. Estas serão colocadas de maneira a respeitar o cobrimento mínimo de 2,0cm, sendo que deverão ser colocados espaçadores para garantir tal condição.

Após 3 dias da concretagem, as formas poderão ser retiradas, sendo que será realizada cura úmida por aspersão.

4.6 Armação pilares, vigas e paredes de concreto – aço CA 60 – 5,0mm

4.7 Armação pilares, vigas e paredes de concreto – aço CA 50 – 6,3mm

4.8 Armação pilares, vigas e paredes de concreto – aço CA 50 – 10,0mm

4.9 Armação pilares, vigas e paredes de concreto – aço CA 50 – 12,5mm

4.10 Armação pilares, vigas e paredes de concreto – aço CA 50 – 16,0mm

O ferro para armadura, antes de ser empregado deve ser limpo retirando-se as crostas de barro, manchas de óleo, graxas, etc.

A armadura seguirá rigorosamente o projeto estrutural, garantindo o espaçamento especificado e recobrimento mínimo de 2,0cm.

As armaduras devem ocupar exatamente a posição que o cálculo determinar, sendo para tal, fortemente amarrado com arame recozido. Os ferros não se dobram bruscamente, assim serão recusados os vergalhões que apresentarem ângulos vivos. Não será permitida emenda de vergalhões nas seções de tensão ou tração máxima.

4.11 Chapisco

Todas as faces do muro (inclusive a superior) deverão ser chapiscadas com argamassa de cimento e areia, no traço de 1:3 (cimento: areia grossa) ou argamassa industrializada.

O chapisco deve cobrir totalmente a superfície, de forma que sua textura final resulte numa película rugosa, aderente, resistente e contínua. Para superfícies que apresentam grande capacidade de absorção de água, havendo necessidade, estas devem ser umedecidas antes do início dos trabalhos.

4.12 Emboço com desempeno

O emboço/reboco será executado sobre o chapisco prévio com argamassa de cimento, cal e areia fina, traço 1:2:6 (cimento: cal: areia), incluindo-se aditivo impermeabilizante, ou com argamassa industrializada. O emboço/reboco será executado perfeitamente no prumo e no esquadro, nivelando-se rigorosamente também, o acabamento das arestas superiores. Sua espessura será de 25mm.

O emboço/reboco será executado após a cura da camada de chapisco, ou seja, no mínimo 24 horas após sua execução. Este deverá ser sarrafeado com a régua metálica e em seguida desempenado com desempenadeira de feltro. Deverá ser executado em todas as faces visíveis do muro.

4.13 Emboço sem desempeno

O emboço será executado seguindo-se as especificações do item anterior e será executado na face posterior do muro que receberá reaterro. O emboço será alisado com a própria colher de pedreiro.

4.14 Impermeabilização com tinta betuminosa

A impermeabilização do muro deverá ser executada com utilização de pintura a base de emulsão asfáltica, e será aplicada na face posterior do mesmo, sobre o emboço, em duas demãos cruzadas.

Esta impermeabilização deverá garantir que a umidade proveniente do terreno não venha a comprometer a segurança do muro.

4.15 Manta com núcleo drenante

Na face posterior do muro, após a impermeabilização deverá ser instalada uma manta com núcleo drenante, composto por um núcleo drenante em Georrede de PEAD, acoplado em duas faces a um geotêxtil não tecido.

A manta deverá, além de proteger toda a face do muro, envolver o tubo corrugado para dreno. A manta deverá ser instalada desde o topo do muro até a sua base.

4.16 Reaterro com brita 4

Na face posterior do muro, em contato com a manta, deverá ser executado um reaterro com brita 4. Deverão ser executadas camadas de 50cm de espessura e estas deverão ser realizadas de maneira manual e cuidadosa. A disposição deverá seguir o constante em projeto.

4.17 Canaleta meia cana pré-moldada

Sobre a camada de brita 4 deverá ser executada uma canaleta meia-cana pré-moldada em concreto com diâmetro interno de 20cm com resistência maior ou igual a 20 MPa. Esta será executada entre o topo do muro e a camada de grama, acompanhando o desnível do terreno e permitindo o escoamento de toda a água drenada.

4.18 Tubo drenante

Na base do muro, deverá ser instalado um tubo de PVC corrugado com diâmetro de 100mm para drenagem. Este possuirá inclinação de 1% em toda a sua extensão a fim de permitir perfeito escoamento da água drenada.

5. PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO

5.1 Compactação mecanizada de solo

Nas áreas especificadas para a execução de passeio em concreto, o solo deverá ser perfeitamente nivelado, planificado e compactado. A compactação deverá ser feita com o emprego de compactador mecânico de percussão.

5.2 Lastro com material granular

5.3 Transporte com caminhão basculante

Deverá ser executado lastro de brita 1 com espessura mínima de 30,0cm para posterior lançamento do concreto. Este lastro deverá ser executado entre réguas de madeira que delimitarão a largura do passeio. Essas réguas deverão ser aplainadas, ter altura uniforme e ser executadas perfeitamente alinhadas e niveladas. Ainda, essas possuirão altura suficiente para a execução da camada de concreto a ser executada na sequência.

Nas faces em que será executado o meio-fio, o mesmo poderá servir de fôrma para a execução do lastro de brita. Estes deverão ser nivelados e alinhados.

O lastro deverá estar nivelado e será devidamente vibrado, a fim de eliminar os vazios existentes entre o material granular, que por sua vez deverá ser transportado a uma distância média de 30km em vias pavimentadas.

5.4 Piso em concreto

No entorno da edificação, sobre o lastro de brita 1, será executada uma calçada em concreto com largura mínima de 2,00m (ver larguras em projeto).

O concreto utilizado não terá resistência inferior a 20Mpa. O concreto deverá ser adensado com o uso de vibrador, de modo a impedir que se formem vazios, reguado e desempenado. A superfície do concreto deverá receber acabamento convencional desempenado.

O piso a ser executado (piso acabado) deverá estar perfeitamente no mesmo nível, de modo a não formar "depressões" que acumule água, sem ranhuras ou outros defeitos.

O concreto recém acabado deverá receber aspersão de água, para garantir o processo de cura correto do concreto, bem como evitar fissuras no mesmo, prejudicando sua durabilidade e aparência. Após a cura úmida do piso em concreto, deverão ser executadas as juntas de dilatação de 2,00mm de espessura, com policorte (disco diamantado), formando panos de 2,00x2,00m.

Todos os alinhamentos deverão ser obedecidos. Não será permitido, em hipótese alguma, a diminuição do volume de concreto.

Deverá ser realizado controle tecnológico do concreto, para tal será apresentado laudo de resistência conforme NBR, após 30 dias da data de sua concretagem.

Não será permitido a concretagem sem a liberação do responsável técnico pela execução da obra.

Nos locais demonstrados em projeto, deverá ser instalado bloco de concreto tátil com coloração vermelha. Sua instalação deverá seguir a NBR 9050. Os blocos deverão ser do tipo direcional e de alerta.

5.5 Assentamento de guia (meio-fio) pré-fabricado – h = 30cm

5.6 Assentamento de guia (meio-fio) pré-fabricado – h = 20cm

Em todo o entorno do passeio de concreto ocorrerá o assentamento de guias (meio-fio) pré-fabricadas em concreto.

Para o assentamento do meio-fio, deverá ser executado vala com as dimensões necessárias, de maneira que o meio-fio fique perfeitamente nivelado e alinhado. O reaterro da vala deverá ser perfeitamente compactado evitando o deslocamento do mesmo.

O meio-fio em contato com a via pública terá as dimensões de 100x15x13x30, os demais terão as dimensões de 100x15x13x20.

6. PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

6.1 Compactação mecanizada de solo

Nas áreas especificadas para a execução da pavimentação com blocos de concreto intertravados, o solo deverá ser perfeitamente nivelado, planificado e compactado. A compactação deverá ser feita com o emprego de compactador mecânico de percussão.

6.2 Lastro com material granular

6.3 Transporte com caminhão basculante

Deverá ser executado lastro de brita 1 com espessura mínima de 20,0cm para posterior assentamento do bloco intertravado. Este lastro deverá ser executado entre o meio-fio e as paredes da edificação.

O lastro deverá estar nivelado e será devidamente vibrado, a fim de eliminar os vazios existentes entre o material granular, que por sua vez deverá ser transportado a uma distância média de 30km em vias pavimentadas.

6.4 Pavimentação em blocos de concreto intertravados

Os blocos a serem utilizados serão do tipo retangular, com dimensões de 20X10 cm e espessura de 8,0cm.

Os blocos a serem utilizados deverão atender à NBR 9781/2013, desta maneira deverá ser fornecido o Laudo de atendimento à referida norma pela fabricante.

Os blocos deverão ser assentados sobre colchão de pó de pedra, sendo que esta camada não deverá ter espessura superior a 6cm. Esta camada deverá ser alisada com o emprego de régua de alumínio para posteriormente assentar os blocos. Os blocos deverão ser assentados com as juntas "amarradas".

A área de passeio deverá ser preenchida totalmente com blocos, se necessário for, deverá ser feito recortes nos blocos, não sendo permitido o preenchimento com concreto ou argamassa dos vãos, por menor que sejam.

Sobre os blocos deverá ser espalhado camada de areia média para rejuntamento dos mesmos.

Deverá ser utilizado, obrigatoriamente, placa vibratória sobre os blocos de maneira a compactar e rejuntar os blocos. O excesso da areia deverá ser retirado da superfície.

Nos locais demonstrados em projeto, deverá ser instalado bloco de concreto tátil com coloração vermelha. Sua instalação deverá seguir a NBR 9050. Os blocos deverão ser do tipo direcional e de alerta.

6.5 Meio-fio em concreto pré-fabricado

No perímetro das áreas em que será executada a pavimentação com blocos de concreto intertravados, deverá ser fornecido e instalado meio-fio em concreto pré-fabricado. Este meio-fio terá a função de confinar os blocos de maneira que os mesmos sejam impedidos de se deslocarem.

Para o assentamento do meio-fio, deverá ser executado vala com as dimensões necessárias, de maneira que o meio-fio fique perfeitamente nivelado e alinhado. O reaterro da vala deverá ser perfeitamente compactado evitando o deslocamento do mesmo.

O meio-fio em contato com a via pública terá as dimensões de 100x15x13x30.

6.6 Pavimentação em blocos de concreto intertravados – exceto fornecimento do bloco

Em frente à edificação, onde foram removidos os blocos de concreto intertravados para colocação do tubo de concreto, os mesmos deverão ser recolocados seguindo o padrão existente.

Os blocos deverão ser assentados sobre colchão de pó de pedra, sendo que esta camada não deverá ter espessura superior a 6cm.

A área a ser reconstituída de passeio deverá ser preenchida totalmente com blocos, se necessário for, deverá ser feito recortes nos blocos, não sendo permitido o preenchimento com concreto ou argamassa dos vãos, por menor que sejam.

Sobre os blocos deverá ser espalhado camada de areia média para rejuntamento dos blocos.

Deverá ser utilizado, obrigatoriamente, placa vibratória sobre os blocos de maneira a compactar e rejuntar os blocos. O excesso da areia deverá ser retirado da superfície.

7. PAREDES E PAINÉIS

7.1 Alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto de 14x19x39cm

Nos locais indicados em projeto (muro e parede de fechamento), deverão ser utilizados blocos de concreto (14 x 19 x 39), assentados com argamassa traço 1:2:6 (cimento, cal e areia média) e obedecerão às dimensões e os alinhamentos determinados no projeto arquitetônico.

As fiadas serão perfeitamente no nível, alinhadas e aprumadas. As juntas terão espessura máxima de 15 mm. É vedada a colocação dos blocos com vazios no sentido da espessura das paredes, bem como paredes sem encunhamento.

Será executada uma verga no ponto em que será instalada a porta veneziana metálica.

A armadura da verga deverá ter recobrimento mínimo de 3,0cm. O concreto utilizado não poderá ter FCK inferior a 15MPa. A largura será igual à da parede e altura mínima de 14 cm. Essa verga deverá ser armada com uma treliça metálica.

Essa verga deverá ficar ancorada na parede de alvenaria ultrapassando em no mínimo 30 cm para cada lado a largura da porta.

7.2 Chapisco nas faces das paredes externas

Todas as paredes de alvenaria deverão ser chapiscadas com argamassa de cimento e areia, no traço de 1:3 (cimento: areia grossa) ou argamassa industrializada.

O chapisco deve cobrir totalmente a superfície, de forma que sua textura final resulte numa película rugosa, aderente, resistente e contínua. Para superfícies que apresentam grande capacidade de absorção de água, havendo necessidade, estas devem ser umedecidas antes do início dos trabalhos.

7.3 Emboço nas faces das paredes externas

O emboço/reboco será executado sobre chapisco prévio com argamassa de cimento, cal e areia fina, traço 1:2:6 (cimento: cal : areia) ou com argamassa industrializada. O emboço/reboco será executado perfeitamente no prumo e no esquadro, nivelando-se rigorosamente também, o acabamento das arestas superiores. Sua espessura será de 25mm. Deverá ser realizado o requadro para a instalação da porta metálica.

O emboço/reboco será executado após a cura da camada de chapisco, ou seja, no mínimo 24 horas após sua execução.

No caso de blocos com elevada capacidade de absorção de água, estes deverão ser umedecidos com auxílio de uma broxa antes de se "chapar" a argamassa.

7.4 Porta de alumínio de abrir tipo veneziana, com guarnição, fixação com parafusos – 0,80x1,80m

A porta será em alumínio, veneziana, do tipo abrir, na cor branca com acabamento liso brilho. Os marcos e contramarcos, que deverão ser instalados perfeitamente no esquadro, serão em alumínio de igual qualidade e características.

Os rebaixos ou encaixes para dobradiças, fechadura de embutir, etc., terão a forma das ferragens, não sendo toleradas folgas que exijam emendas, taliscas, etc. Para o assentamento serão empregados parafusos de qualidade, acabamento e dimensões correspondentes aos das peças que fixarem. A localização das ferragens nas esquadrias será medida com precisão, de modo a serem evitadas discrepância de posição ou diferenças de nível perceptíveis à vista.

As ferragens e fechadura serão de primeira linha. A fechadura deverá ser em latão cromado; possuir cubo, lingüeta, trinco, cilindro, chapa testa, contra chapa, chaves, com maçaneta tipo alavanca. Todas as peças citadas serão em latão cromado.

Deverá haver distância adequada entre a maçaneta/trinco e o marco.

8. PINTURA

8.1 Aplicação de fundo selador acrílico em paredes externas

8.2 Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos

Todas as superfícies a pintar deverão estar secas, isentas de impurezas, limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. A eliminação da poeira deverá ser completa, evitando-se "levantamento" de nuvens de pó durante os trabalhos até que as superfícies pintadas estejam inteiramente secas.

A superfície que receberá a pintura deverá estar livre de poeira, sujeira ou qualquer substância que impeça a perfeita aderência da tinta sobre a superfície.

A superfície que receberá pintura deverá ser limpa e lixada, quando apresentar imperfeições estas devem ser corrigidas antes da aplicação da pintura. Após procedido o lixamento, o material pulverulento deverá ser removido por completo.

A pintura deverá ser realizada, em duas demãos com tinta acrílica própria acetinada de primeira linha. Fica a critério da fiscalização, desqualificar o material utilizado caso não seja de qualidade ou apresente qualquer outro problema.

Fica a CONTRATADA, incumbida de consultar a contratante sobre as cores que serão utilizadas.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, convindo observar um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre duas demãos sucessivas.

Não serão aceitos escorrimentos ou salpicos de tinta nas superfícies não destinadas à pintura (vidros, pisos, aparelhos, concreto aparente, etc.). Os salpicos que não puderem ser evitados, deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se removedor adequado.

Toda vez que uma superfície tiver sido lixada, esta será cuidadosamente limpa com escova e, depois, com um pano seco, para remover todo o pó, antes da aplicação de cada demão.

Toda superfície pintada deverá apresentar, depois de pronta, uniformidade quanto à tonalidade e brilho (fosco, semifosco e brilhante).

Só serão aplicadas tintas de primeira linha de fabricação. As tintas serão entregues na obra em sua embalagem original de fábrica intacta; as tonalidades poderão ser preparadas ou não na obra. As tintas só poderão ser afinadas ou diluídas com solventes apropriados, proporcionais e de acordo com as instruções do respectivo fabricante.

A juízo da FISCALIZAÇÃO e, para toda e qualquer pintura, será exigida amostra prévia em dimensões adequadas de, no mínimo, 0,50mx1,00m.

Antes do uso de qualquer tinta, o conteúdo deve ser agitado muito bem para a homogeneização dos seus componentes, operação que deve se repetir durante os trabalhos.

Orientação para pintura:

- as paredes externas deverão ser pintadas em tinta acrílica;
- limpeza da superfície - lixar e remover partes soltas da superfície;
- 01 demão de fundo selador acrílico;
- 02 demãos de tinta acrílica.

9. CERCA METÁLICA

9.1 Cerca metálica

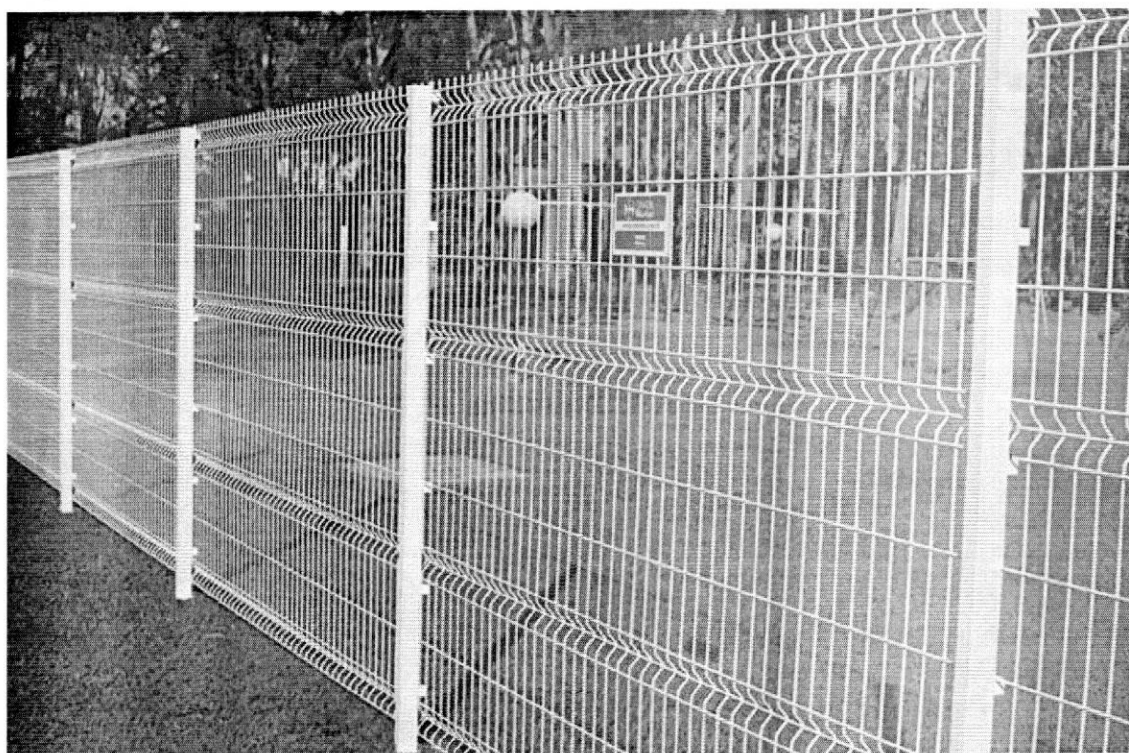
O gradil será executado com arames galvanizados por imersão a quente, com camada de zinco, com diâmetro de 4,65mm (sem pintura) e 5,00 mm (com pintura). Os gradis possuirão dimensões de 2,03x2,50m e malha 5x20cm.

Os postes metálicos serão galvanizados a quente, com camada de zinco, constituídos de chapas de espessura com 1,55mm; serão retangulares com 4x6cm, e altura de 2,50m, vedados com tampa plástica e fixadores em poliamida para fixação do gradil. Estes serão chumbados às estruturas de concreto onde serão fixados.

O acabamento será fosfatização tricatiónica, seguida de pintura eletrostática Thermoplastic Poliéster em cor a ser determinada pela fiscalização da obra.

Todos os locais onde houver ponto de solda e/ou corte, devem estar isentos de rebarbas, poeira, gordura, graxa, sabão, ferrugem ou qualquer outro contaminante.

O modelo a ser utilizado segue na imagem abaixo.



9.2 Portão 5,00x2,10 (correr)

9.3 Portão 3,00x2,10 (correr)

9.4 Portão 3,00x2,10 (abrir duas folhas)

9.5 Portão 1,20x2,10 (abrir)

9.6 Portão 1,20x2,10 (abrir)

Os portões seguirão o padrão e as características do gradil e serão instalados nas dimensões e locais indicados em projeto:

- nos fundos da escola serão instalados dois portões de correr, sendo um deles com largura de 5,00m e outro com 3,00m;
- em frente à escola, para acesso de pais e alunos será instalado um portão de abrir com 2 folhas, com 3,00m de largura;
- para os acessos aos jardins serão instalados portões de 1,20m de largura.

Os portões de abrir possuirão fechaduras completas, com maçaneta tipo alavanca e chaves. Deverá haver distância adequada entre a maçaneta/trinco e o marco.

O portão de abrir com duas folhas possuirá em uma das folhas um pino para fixação ao piso e na outra a fechadura com chave.

9.7 Motor para portão

Nos portões deslizantes serão instalados motores industriais de 1 Hp. Será realizada toda a instalação elétrica necessária ao seu perfeito funcionamento.

O fornecimento de energia elétrica se dará através da concessionária pública – CELESC, através da rede existente na escola.

10. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

10.1 Escavação manual em material de 1ª categoria

A escavação para execução do sistema de tratamento de esgoto, bem como sob os blocos de concreto intertravados a serem removidos, deverá ser realizada de forma manual e perfeitamente a prumo.

As escavações serão realizadas até se encontrar a profundidade especificada em projeto, obtendo-se os níveis e dimensões exigidas.

O material escavado será recolhido do local de modo a permitir que os demais trabalhos se desenvolvam sem impedimentos físicos.

10.2 Escavação horizontal, incluindo carga, descarga e transporte (DMT até 200m)

Para execução do sistema de drenagem na rua será necessária a execução de valas para acomodação da tubulação. A escavação deverá ser executada com equipamento mecânico tipo trator de esteira ou equivalente, obtendo a largura e profundidade necessárias. A locação das valas, níveis e caimentos deverão ser executados com aparelho topográfico.

O material escavado será recolhido do local de modo a permitir que os demais trabalhos se desenvolvam sem impedimentos físicos.

O excesso de material escavado deverá ser transportado para os fundos da escola onde haverá reaterro do muro de contenção.

10.3 Reaterro manual de valas com compactação mecanizada

Após a execução do sistema de tratamento de esgoto, bem como da drenagem, a contratada deverá providenciar o reaterro das valas com material de 1ª categoria, podendo o material ser aquele escavado no local anteriormente. O aterro deverá ser compactado manualmente, com auxílio do soquete, em camadas de no máximo 30,00cm. Essa compactação deverá ser realizada a fim de se obter resistência do solo para a carga a qual irá ser solicitado.

10.4 Tanque séptico circular – fossa

10.5 Tanque séptico circular – filtro

A Fossa Séptica e o Filtro Anaeróbio serão executados rigorosamente conforme projeto, seguindo as NBR 7229/93 e NBR 13969/98, respeitando as especificações projetadas.

Ambos serão executados com anéis de concreto pré-fabricados com dimensões exatamente iguais às aquelas constantes em projeto.

10.6 Tubo PVC série R, água pluvial, DN 100mm, fornecido e instalado

Deverão ser instalados condutores de águas pluviais em PVC com diâmetros de 100 mm, na face externa do ginásio, na extremidade da calha, nos pontos já existentes para esta finalidade. Serão perfeitamente fixados às paredes com abraçadeiras metálicas a uma altura em que fique impedido o acesso de pessoas e serão ligados à caixa de passagem existente.

As superfícies dos tubos que serão soldados deverão ser lixadas e limpas, a fim de eliminar gorduras e impurezas. Nas pontas deverá ser aplicado uniformemente o adesivo plástico próprio para o fim a que se destina. As peças devem ser encaixadas até atingirem a posição definitiva.

Não será admitido reaproveitamento de tubos ou conexões.

10.7 Tubo PVC, serie normal, esgoto predial, DN 100mm

As instalações serão realizadas nos banheiros da pré-escola, devendo ser fixados sob a laje com abraçadeiras metálicas para o devido fim. O destino do efluente será o sistema de tratamento de esgoto existente.

A canalização de esgoto sanitário deverá possibilitar o escoamento dos efluentes por gravidade, apresentando uma declividade constante, com declividade mínima de 2% (dois por cento) para todas as tubulações.

Os tubos e conexões deverão ser fabricados de acordo com a NBR 5688 - Sistemas Prediais de Água Pluvial, Esgoto Sanitário e Ventilação. A instalação deve seguir a NBR 8160 - Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário - Projeto e Execução.

As superfícies dos tubos que serão soldados deverão ser lixadas e limpas, a fim de eliminar gorduras e impurezas. Nas pontas deverá ser aplicado uniformemente o adesivo plástico próprio para o fim a que se destina. As peças devem ser encaixadas até atingirem a posição definitiva.

Não será admitido reaproveitamento de tubos ou conexões.

10.8 Tubo de concreto simples

Para a rede de drenagem especificada em projeto com uso de tubulação, deverão ser utilizados tubos de concreto com diâmetro de 30 e 40 cm.

Para assentamento dos tubos, o fundo da vala deverá ser nivelado, apiloado e isento de pedras. Antes do assentamento dos tubos deverá ser conferido o caimento da rede conforme especificado em projeto.

10.9 Caixa de inspeção

Em frente à Escola, no passeio, após o filtro, será instalada uma caixa de inspeção de concreto armado pré-moldado nas dimensões 40x40x40cm, contendo fundo e tampa.

10.10 Boca de lobo

A boca de lobo da rede de drenagem deverá ser executada em concreto, com dimensões e características conforme especificações do projeto. A tampa em concreto deverá ser em concreto armado, com a utilização de armadura em malha, com diâmetro de 10,0mm a cada 12cm. Para a confecção da grade, deverá ser utilizado ferro redondo de diâmetro de 20mm, soldados a um metálico de cantoneira. A grade deverá estar fixada à estrutura de concreto e ser do tipo articulada para a limpeza.

11. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

11.1 Plantio de grama em placas

Sobre o aterro nos fundos do muro deverá ser realizado o plantio de grama. Esta deverá ser fornecida em placas, plantadas/encaixadas como um quebra-cabeça.

A grama deverá ser limpa e totalmente isenta de pragas. Serão removidas as irregularidades do solo até que este fique perfeitamente liso. Poderão ser utilizados adubos orgânicos ou químicos. Será realizada a compactação do novo gramado para garantir o contato entre as raízes e o solo.

Após o plantio é de responsabilidade da contratada a irrigação e manutenção da grama até a entrega final da obra.

12. SERVIÇOS FINAIS

12.1 Limpeza final da obra

A obra deverá ser entregue totalmente limpa, devendo ser removido todo tipo de entulho ou sujeira produzida por ela.

É de responsabilidade da contratada a destinação correta dos materiais a serem descartados.

Será removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpo e varrido. Os pisos serão perfeitamente lavados e após abundantemente enxaguados de modo a remover todo o material indesejado, sem deixar resíduos. Serão retirados e limpos todos os excessos de argamassa existente na alvenaria. Todos os serviços de limpeza serão executados com o máximo de esmero e sem danificar ou prejudicar outras partes da obra. A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

Toda a obra deverá ser entregue limpa e livre de sujeira, manchas ou materiais descartados.

Deverão ser entregues 02 jogos completos de chaves de todas as portas instaladas, bem como de controles do portões mecanizados. Deverá ser feita a inspeção final com a participação conjunta da Contratada e da Fiscalização, produzindo-se o Termo de Recebimento Provisório da Obra, no qual serão apontados todos os eventuais acertos ou complementos de serviços constantes no contrato. Após correção de todas as pendências será emitido o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, confirmando a aceitação da obra.

O recebimento da última parcela do cronograma físico financeiro está vinculada à emissão do "Termo de Recebimento Definitivo da Obra". A contratada deverá executar, após o encerramento dos trabalhos, a tarefa de desmontagem de todas as instalações provisórias do canteiro de obras. O prazo para esse serviço deve estar incluso no prazo total a obra.

Caçador, Dezembro de 2021.

Carine Marcon
Engenheira Civil
CREA-SC 098.839-2



INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC

PROJETO: FECHAMENTO DE TERRENO (CERCA E MURO) DA ESCOLA ESPERANÇA

ENDEREÇO: RUA FLORINDO DAGOSTINI

DIMENSÃO (M²):

DATA:

1.455,00

08/12/2021

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR		1º MES		2º MES		3º MES		4º MES		5º MES		6º MES	
		TOTAL	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1.	SERVIÇOS INICIAIS	48.838,65	90,03	43.971,24	2,03	992,51						7,93		3.874,90	
1.1	PLACA DE OBRA (1,25X2,50M)	885,94	100,00	885,94											
1.2	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30X6,00M, ALTURA 2,50M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	4.875,00	100,00	4.875,00											
1.3	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA LOCAÇÃO	654,75	100,00	654,75											
1.4	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	159,25	100,00	159,25											
1.5	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, INCLUSIVE MURO DE PEDRA, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO	658,35	100,00	658,35											
1.6	DEMOLIÇÃO DE VIGAS DE BALDRAME EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO	323,51	100,00	323,51											
1.7	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO (CALÇADA)	439,99	100,00	439,99											
1.8	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TULO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO (CAIXA HIDRÔMETRO)	37,78	100,00	37,78											
1.9	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL	571,28	100,00	571,28											
1.10	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO	491,25	100,00	491,25											
1.11	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³	3.461,88	90,00	3.115,69								10,00		346,19	
1.12	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 10 KM	9.024,66	90,00	8.122,19								10,00		902,47	
1.13	DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	26.262,50	90,00	23.636,25								10,00		2.626,25	
1.14	PADRÃO DE ÁGUA (BRK)														
1.14.1	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA, MADEIRA SERRADA - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	133,34				100,00		133,34							
1.14.2	CONCRETAGEM, FCK 30MPa, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	126,62				100,00		126,62							
1.14.3	ARMAÇÃO DE BLOCO - AÇO CA 60 - 50MM - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	33,74				100,00		33,74							
1.14.4	ARMAÇÃO DE BLOCO - AÇO CA 50 - 10,0MM - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	44,68				100,00		44,68							
1.14.5	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS, 9x19x39CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO	91,81				100,00		91,81							
1.14.6	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 14x19x39CM	113,40				100,00		113,40							
1.14.7	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	3,69				100,00		3,69							
1.14.8	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS	22,72				100,00		22,72							

<div><div><div><div></div><div>IPPUC</div><div>INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR</div></div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR</div><div>INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC</div><div>PROJETO: FECHAMENTO DE TERRENO (CERCA E MURO) DA ESCOLA ESPERANÇA</div><div>ENDEREÇO: RUA FLORINDO DAGOSTINI</div></div></div>													
DIMENSÃO (M²): 1.455,00													
DATA: 08/12/2021													
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO													



INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC

PROJETO: FECHAMENTO DE TERRENO (CERCA E MURO) DA ESCOLA ESPERANÇA

ENDEREÇO: RUA FLORINDO DAGOSTINI

DIMENSÃO (M²):

DATA:

1.455,00

08/12/2021

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL		1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS		6º MÊS	
				%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR
4.3.3	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	253,40				50,00	126,70	50,00	126,70						
4.4	VIGAS														
4.4.1	FABRICAÇÃO DE FORMA COM MADEIRA SERRADA PARA VIGAS	3.545,70				50,00	1.772,85	50,00	1.772,85						
4.4.2	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=12 MM, 2 UTILIZAÇÕES	1.160,47						100,00	1.160,47						
4.4.3	CONCRETO PARA VIGAS FCK - 25 MPa	1.991,01						100,00	1.991,01						
4.4.4	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	168,78						100,00	168,78						
4.5	PAREDES														
4.5.1	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 12 MM	46.942,71				20,00	9.388,54	80,00	37.554,17						
4.5.2	CONCRETO PARA PAREDES DE CONCRETO FCK - 25 MPa	9.526,54						100,00	9.526,54						
4.5.3	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	807,59						100,00	807,59						
4.6	ARMACÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 - Ø 5,00mm - MONTAGEM	6.340,58				100,00	6.340,58								
4.7	ARMACÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 6,30mm - MONTAGEM	656,37		40,00	262,55	60,00	393,82								
4.8	ARMACÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 10,00mm - MONTAGEM	28.619,41				100,00	28.619,41								
4.9	ARMACÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 12,50mm - MONTAGEM	5.442,75				100,00	5.442,75								
4.10	ARMACÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 16,00mm - MONTAGEM	16.555,75		80,00	13.244,60	20,00	3.311,15								
4.11	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENHO	1.193,77						100,00	1.193,77						
4.12	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE SEM DESEMPENHO	7.354,90						50,00	3.677,45	50,00	3.677,45				
4.13	IMPERMEABILIZAÇÃO DE MURO COM TINTA BETUMINOSA, 2 DEMÃO	4.750,65						100,00	4.750,65						
4.14	MANTA GEOTÊXTIL COM NÚCLEO DRENANTE	6.637,80								100,00	6.637,80				
4.15	REATERRO COM BRITA 4 PARA DRENO - LANÇAMENTO MECANIZADO	12.201,86								100,00	12.201,86				
4.16	CANALETAS MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (Ø = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	4.576,41								100,00	4.576,41				
4.17	TUPO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO, DN 100 MM, PARA DRENO - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	1.731,84								100,00	1.731,84				
4.18		1.077,20								100,00	1.077,20				



INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAXADOR



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXADOR

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAXADOR - IPPUC

PROJETO: FECHAMENTO DE TERRENO (CERCA E MURO) DA ESCOLA ESPERANÇA

ENDEREÇO: RUA FLORINDO DAGOSTINI

DIMENSÃO (M²):

DATA:

1.455,00

08/12/2021

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS		6º MÊS	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
5.	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO	54.541,88						62,18	33.916,79	37,82	20.625,09		
5.1	COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SOLO (SOQUETE)	783,41						100,00	783,41				
5.2	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO. ESPESURA DE 10 CM	19.279,20						100,00	19.279,20				
5.3	TRANSPORTE COM "CAMINHÃO" BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM	2.898,55						100,00	2.898,55				
5.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO	20.625,09								100,00	20.625,09		
5.5	ASSENTAMENTO DE GUJA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	10.017,10						100,00	10.017,10				
5.6	ASSENTAMENTO DE GUJA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS	938,53						100,00	938,53				
6.	PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS	34.288,01	2,22	762,50				30,16	10.341,27	67,62	23.184,24		
6.1	COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SOLO (SOQUETE)	634,33						100,00	634,33				
6.2	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO. ESPESURA DE 10 CM	8.438,28						100,00	8.438,28				
6.3	TRANSPORTE COM "CAMINHÃO" BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM	1.268,66						100,00	1.268,66				
6.4	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM	20.701,35								100,00	20.701,35		
6.5	ASSENTAMENTO DE GUJA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	2.482,89								100,00	2.482,89		
6.6	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO - EXCETO FORNECIMENTO DO BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM	762,50	100,00	762,50									
7.	PARQUES E PAINÉIS	17.864,80								100,00	17.864,80		
7.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39CM (ESPESURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS	11.338,92								100,00	11.338,92		
7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	697,49								100,00	697,49		

<

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC

PROJETO: FECHAMENTO DE TERRENO (CERCA E MURO) DA ESCOLA ESPERANÇA

ENDEREÇO: RUA FLORINDO DAGOSTINI

DIMENSÃO (M²):

1.455,00

R\$/m

374,27

DATA:

08/12/2021

BDI

25,00%

ORÇAMENTO ANALÍTICO

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDDE	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. COM BDI 25%	VALOR TOTAL
1. SERVIÇOS INICIAIS								
1.1	4813	SINAPI/NOV-2021	PLACA DE OBRA (1,25X2,50)M	m²	3,15	275,00	281,25	885,94
1.2	4813	SINAPI/NOV-2021	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30X6,00M, ALTURA 2,50M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	mês	6,00	650,00	812,50	4.875,00
1.3	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA LOCAÇÃO	m²	1.455,00	0,36	0,45	654,75
1.4	99814	SINAPI/NOV-2021	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	m²	70,00	1,82	2,28	159,25
1.5	97625	SINAPI/NOV-2021	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, INCLUSIVE MURO DE PEDRA, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO	m³	10,64	49,50	61,88	658,35
1.6	97627	SINAPI/NOV-2021	DEMOLIÇÃO DE VIGAS DE BALDRAME EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO	m³	0,95	272,43	340,54	323,51
1.7	97636	SINAPI/NOV-2021	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO (CALÇADA)	m²	21,45	16,41	20,51	439,99
1.8	97624	SINAPI/NOV-2021	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TUAJO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO (CAIXA HIDRÔMETRO)	m³	0,30	100,75	125,94	37,78
1.9	98525	SINAPI/NOV-2021	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL	m²	1.269,50	0,36	0,45	571,28
1.10	97635	SINAPI/NOV-2021	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO	m²	25,00	15,72	19,65	491,25
1.11	100981	SINAPI/NOV-2021	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³	m³	382,00	7,25	9,06	3.461,88
1.12	95875	SINAPI/NOV-2021	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 10 KM	m³xkm	3.819,96	1,89	2,36	9.024,66
1.13	MERCADO		DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	m³	382,00	55,00	68,75	26.262,50
1.14			PADRÃO DE ÁGUA (BRU)					
1.14.1	96536	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA, MADEIRA SERRADA - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	m²	1,76	60,61	75,76	133,34
1.14.2	96555	SINAPI/NOV-2021	CONCRETAGEM, FCK 30MPA, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	m³	0,12	844,14	1.055,18	126,62
1.14.3	96543	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE BLOCO - AÇO CA 60 - 5,0MM - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	kg	1,53	17,64	22,05	33,74
1.14.4	96546	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE BLOCO - AÇO CA 50 - 10,0MM - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	kg	2,30	15,54	19,43	44,68
1.14.5	87471	SINAPI/NOV-2021	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS, 9x19x39CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO	m²	1,32	55,64	69,55	91,81
1.14.6	87479	SINAPI/NOV-2021	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 14x19x39CM	m²	1,32	68,79	85,91	113,40
1.14.7	87878	SINAPI/NOV-2021	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	m²	0,66	4,47	5,59	3,69
1.14.8	87535	SINAPI/NOV-2021	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M², ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS	m²	0,66	27,54	34,43	22,72
1.14.9	95635	SINAPI/NOV-2021	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL EM PVC SOLDÁVEL DN 25MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1,00	187,77	234,71	234,71
1.14.10	95675	SINAPI/NOV-2021	HIDRÔMETRO DN 25MM (3/4") - 5,0M³/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1,00	150,24	187,80	187,80
2. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA								
2.1	101230	SINAPI/NOV-2021	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE - ATÉ 1,0 Km	m³	429,87	8,58	10,73	4.610,36
2.2	96385	SINAPI/NOV-2021	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO ARGILOSO	m³	429,87	8,80	11,00	4.728,57
2.3	6081	SINAPI/NOV-2021	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATÉ 10 KM)	m³	266,47	31,52	39,40	10.498,92
3. INFRA-ESTRUTURA (VIGAS BALDRAME)								
3.1	101173	SINAPI/NOV-2021	ESTACA BROCA DE CONCRETO Ø 20cm, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50M	m	31,50	60,55	75,69	2.384,16
3.2	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO	m²	100,56	79,30	99,13	9.968,01
3.3	38405	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO DE FÓRMA COM MADEIRA SERRADA PARA VIGAS	m²	10,06	418,06	522,58	5.257,10
3.4	92874	SINAPI/NOV-2021	CONCRETO PARA VIGAS DE BALDRAME FCK - 25 MPA	m³	10,06	35,44	44,30	445,66
3.5	92791	SINAPI/NOV-2021	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	10,06	35,44	44,30	445,66
3.6	92793	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 - Ø 5,00MM - MONTAGEM	kg	129,05	13,02	16,28	2.100,29
3.7	92793	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 8,00MM - MONTAGEM	kg	198,61	13,13	16,41	3.259,69
3.8	87878	SINAPI/NOV-2021	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	m²	252,84	4,47	5,59	1.412,74
3.9	87535	SINAPI/NOV-2021	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENO	m²	252,84	27,54	34,43	8.704,02
4. MURO DE CONCRETO ARMADO								
4.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	ESTACA BROCA DE CONCRETO Ø 50CM, PROFUNDIDADE ATÉ 2,00M	m	5,89	197,13	246,41	1.451,37
4.2	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO	m²	22,00	171,49	214,36	4.715,98
4.2.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	SAPATAS CORRIDAS					
4.2.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO DE FÓRMA COM MADEIRA SERRADA PARA SAPATAS CORRIDAS	m²	22,00	171,49	214,36	4.715,98
4.2.2	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=12 MM, 2 UTILIZAÇÕES	m²	7,04	260,83	326,04	2.295,30
4.2.3	38405	SINAPI/NOV-2021	CONCRETO PARA SAPATAS CORRIDAS FCK - 25 MPA	m³	18,54	418,06	522,58	9.688,54
4.2.4	92874	SINAPI/NOV-2021	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	18,54	35,44	44,30	821,32
4.3	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	PILARES					
4.3.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO DE FÓRMA COM MADEIRA SERRADA PARA PILARES	m²	65,28	102,67	128,34	8.377,87
4.3.2	38405	SINAPI/NOV-2021	CONCRETO PARA PILARES FCK - 25 MPA	m³	5,72	418,06	522,58	2.989,13
4.3.3	92874	SINAPI/NOV-2021	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	5,72	35,44	44,30	253,40
4.4	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	VIGAS					
4.4.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO DE FÓRMA COM MADEIRA SERRADA PARA VIGAS	m²	31,80	89,20	111,50	3.545,70


**INSTITUTO DE PESQUISA
E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR**


ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC

PROJETO: FECHAMENTO DE TERRENO (CERCA E MURO) DA ESCOLA ESPERANÇA

ENDEREÇO: RUA FLORINDO DAGOSTINI

DIMENSÃO (M²):	1.455,00	R\$/m	374,27
DATA:	08/12/2021	BDI	25,00%

ORÇAMENTO ANALÍTICO

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDADE	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. COM BDI 25%	VALOR TOTAL
4.4.2	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=12 MM, 2 UTILIZAÇÕES	m²	8,36	111,05	138,81	1.160,47
4.4.3	38405	SINAPI/NOV-2021	CONCRETO PARA VIGAS FCK - 25 MPA	m³	3,81	418,06	522,58	1.991,01
4.4.4	92874	SINAPI/NOV-2021	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	3,81	35,44	44,30	168,78
4.5			PAREDES					
4.5.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 12 MM	m²	254,57	147,52	184,40	46.942,71
4.5.2	38405	SINAPI/NOV-2021	CONCRETO PARA PAREDES DE CONCRETO FCK - 25 MPA	m³	18,23	418,06	522,58	9.526,54
4.5.3	92874	SINAPI/NOV-2021	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	m³	18,23	35,44	44,30	807,59
4.6	92791	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 - Ø 5,00mm - MONTAGEM	kg	389,59	13,02	16,28	6.340,58
4.7	92792	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 6,30mm - MONTAGEM	kg	3,78	13,20	16,50	656,37
4.8	92794	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 10,00mm - MONTAGEM	kg	1.889,07	12,12	15,15	28.619,41
4.9	92795	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 12,50mm - MONTAGEM	kg	419,48	10,38	12,98	5.442,75
4.10	92796	SINAPI/NOV-2021	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 16,00mm - MONTAGEM	kg	1.289,64	10,27	12,84	16.555,75
4.11	87878	SINAPI/NOV-2021	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	m²	213,65	4,47	5,59	1.193,77
4.12	87535	SINAPI/NOV-2021	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENHO	m²	213,65	27,54	34,43	7.354,90
4.13	87535	SINAPI/NOV-2021	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE SEM DESEMPENHO	m²	138,00	27,54	34,43	4.750,65
4.14	98557	SINAPI/NOV-2021	IMPERMEABILIZAÇÃO DE MURO COM TINTA BETUMINOSA, 2 DEMÃOS	m²	138,00	38,48	48,10	6.637,80
4.15	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	MANTA GEOTÊXTIL COM NÚCLEO DRENANTE	m²	151,13	64,59	80,74	12.201,86
4.16	102717	SINAPI/NOV-2021	REATERRO COM BRITA 4 PARA DRENO - LANÇAMENTO MECANIZADO	m³	33,49	109,32	136,65	4.576,41
4.17	102989	SINAPI/NOV-2021	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	52,50	26,39	32,99	1.731,84
4.18	102704	SINAPI/NOV-2021	TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, PARA DRENO - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m	72,60	11,87	14,84	1.077,20
5.	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO							54.541,88
5.1	100576	SINAPI/NOV-2021	COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SOLO (SOQUETE)	m³	331,60	1,89	2,36	783,41
5.2	100324	SINAPI/NOV-2021	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE 10 CM	m²	122,69	125,71	157,14	19.279,20
5.3	95875	SINAPI/NOV-2021	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM	m³xkm	1.276,90	1,89	2,36	2.898,55
5.4	94931	SINAPI/NOV-2021	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO	m³	26,53	621,94	777,43	20.625,09
5.5	94273	SINAPI/NOV-2021	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	m	175,70	45,61	57,01	10.017,10
5.6	94275	SINAPI/NOV-2021	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS	m	17,30	43,40	54,25	938,53
6.	PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS							34.288,01
6.1	100576	SINAPI/NOV-2021	COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SOLO (SOQUETE)	m³	268,50	1,89	2,36	634,33
6.2	100324	SINAPI/NOV-2021	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE 10 CM	m²	53,70	125,71	157,14	8.438,28
6.3	95875	SINAPI/NOV-2021	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM	m³xkm	537,00	1,89	2,36	1.268,66
6.4	92399	SINAPI/NOV-2021	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM	m²	268,50	61,68	77,10	20.701,35
6.5	94273	SINAPI/NOV-2021	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	m	43,55	45,61	57,01	2.482,89
6.6	COMPOSIÇÃO	SINAPI/NOV-2021	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO - EXCETO FORNECIMENTO DO BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM	m²	25,00	24,40	30,50	762,50
7.	PAREDES E PAINÉIS							17.864,80
7.1	87455	SINAPI/NOV-2021	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39CM (ESPESURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS	m²	107,81	84,14	105,18	11.338,92
7.2	87878	SINAPI/NOV-2021	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	m²	124,83	4,47	5,59	697,49
7.3	87535	SINAPI/NOV-2021	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENHO - INCLUSIVE REQUADRO	m²	124,83	27,54	34,43	4.297,27
7.4	91341	SINAPI/NOV-2021	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS (0,80X1,80MM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un.	1,44	850,62	1.063,28	1.531,12
8.	PINTURA							12.224,18
8.1	88415	SINAPI/NOV-2021	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS	m²	591,97	2,63	3,29	1.946,10
8.2	88489	SINAPI/NOV-2021	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	m²	591,97	13,89	17,36	10.278,08

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO	DESONERAÇÃO
Construção e Reforma de Edifícios	Não

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	2,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	5,50%	-	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	1,00%	-	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,25%	-	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,35%	-	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	8,00%	-	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	25,00%	OK	20,34%	22,12%	25,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$



PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

Prefeitura Municipal de Caçador

1. OBJETIVO

Este manual foi desenvolvido com o intuito de estabelecer as normas que as Empresas Prestadoras de Serviços devem seguir, quando realizarem atividades na Prefeitura Municipal de Caçador, no tocante ao cumprimento dos procedimentos de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

2. SIGLAS E DEFINIÇÕES ABNT:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

APR: Análise Preliminar de Risco;

ASO: Atestado de Saúde Ocupacional, define se o colaborador está apto ou inapto à realização de suas funções dentro da empresa, sendo obrigatório na admissão, na demissão, periodicamente no curso do vínculo empregatício, na ocorrência de mudança de função e no retorno ao trabalho após licença médica. Geralmente é realizado por médico do trabalho;

CA: Certificado de Aprovação, um documento que o Ministério do Trabalho e Emprego expede para garantir a qualidade e funcionalidade de um determinado equipamento de proteção individual;

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, estabelecida pela NR 5, composta por representantes dos empregados e do empregador. Tem por objetivo observar e relatar condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes;

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943;

EPI: Equipamento de Proteção Individual é todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, conforme NR 6;

Espaço Confinado: Qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, possui meios limitados de entrada e saída, a ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir deficiência ou enriquecimento de oxigênio, conforme NR 33;

FISPQ: Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico;

PCMAT: Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil, conforme NR 18 e Portaria 4/1995, é definido como sendo um conjunto de ações relativas à segurança e a saúde do trabalho, visando à preservação da saúde e da integridade física de todos os trabalhadores de um canteiro de obras, incluindo-se terceiros e o meio ambiente;

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, definido na NR 7 e Portaria 24/1994 do MTE, tem o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto de seus trabalhadores;

PET: Permissão de Entrada e Trabalho;

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, definido na NR 9 e Portaria 25/1994 do

MTE, visa a preservação da saúde e da integridade física e mental dos trabalhadores; PT: Permissão de Trabalho;

SESMT: Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, tem a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade física do trabalhador no seu local de trabalho, conforme NR 4;

Trabalho em Altura: Trabalho que envolve atividades acima de 2 metros de altura do nível inferior, onde haja risco de queda do trabalhador, conforme NR 35;

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Decreto - Lei N.º 5.452, DE 1.º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT);
- Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977;
- Portaria N.º 3.214, de 08 de junho de 1978, suas Normas Regulamentadoras – NR's, no que couber;
- Associação Brasileira de Normas Técnicas e legislação complementar aplicável.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

- Remeter a equipe de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – todos os Termos de Referência para a contratação de Empresas Prestadoras de Serviços, para análise das obrigações do contratado, a fim de cumprir o que determina a legislação pertinente à Saúde e Segurança Ocupacional e a portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho;
- Encaminhar o responsável pela empresa prestadora de serviços ao departamento de Segurança do Trabalho antes da assinatura do contrato, para orientações sobre os procedimentos e documentação obrigatórios e divulgação desta Norma.

4.2 DA EQUIPE DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

- Divulgar esta Norma de procedimentos ao responsável pela empresa prestadora de serviços, gestores e fiscais dos contratos de mão de obra terceirizada;
- Orientar o responsável pela empresa prestadora de serviços sobre as exigências e procedimentos;

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

- Receber da empresa prestadora de serviços a documentação exigida no Anexo II deste Manual, conferir a documentação apresentada e encaminhar ao gestor do contrato para arquivar no processo de contratação;
- Ministrar a integração de segurança para todos os colaboradores da empresa contratada de prestação de serviços contínuos;
- Solicitar a Permissão de Trabalho – PT (Anexo V), da empresa prestadora de serviços que irá desenvolver atividades dentro da Prefeitura Municipal de Caçador
- Fiscalizar, regularmente, o local de trabalho da empresa prestadora de serviços contratada;
- Notificar ao fiscal do contrato acerca do descumprimento das Normas de segurança pela empresa prestadora de serviços e estabelecer prazos para correção;
- Solicitar a Gerência Administrativa o embargo da obra ou interdição dos serviços da empresa prestadora de serviços, em desacordo com as regras de segurança.

4.3 DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

- Cumprir toda a legislação trabalhista vigente;
- Providenciar e entregar ao Departamento de segurança toda a documentação exigida no Anexo II deste manual;
- Receber e executar as orientações de segurança do trabalho emitidas pelo Departamento de segurança do Trabalho
- Não executar as atividades sem a emissão da Permissão de Trabalho – PT (Anexos V) pelo Departamento de Segurança do trabalho
- O cumprimento dos procedimentos e recomendações constantes nesta Norma, não desobriga a empresa a cumprir outras Normas e regulamentos que sejam incluídos por acordos coletivos de trabalho, códigos sanitários dos estados e municípios.

4.4 DOS GESTORES E FISCAIS DOS CONTRATOS

- Informar ao Departamento de Segurança, antes do início da execução das atividades, a ocorrência de serviços que abranjem trabalhos com eletricidade, em altura, espaço confinado, em equipamento de elevação e transporte de materiais e/ou atividades que necessitem habilidades específicas.

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

5. PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS

5.1 ANTES DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- O responsável pela empresa prestadora de serviços deverá comparecer a sala do departamento de Segurança do trabalho para receber as orientações acerca das exigências e procedimentos relativos a segurança do trabalho e assinar o termo de Aceitação dos Procedimentos (Anexo I) que serão encaminhados para o Gestor do contrato para arquivamento no processo. Antes do início da prestação dos serviços, a empresa contratada deverá executar as ações elencadas abaixo:
 - Fornecer cópia desta Norma de Procedimentos à sua equipe de liderança, e exigir o seu cumprimento de acordo com o Artigo 157 Item I da CLT. (CLT Decreto Lei 5452/43);
 - Encaminhar ao Departamento de Segurança do trabalho, cópia da documentação relacionada no Anexo II, com prazo mínimo de 72 horas antes do início de suas atividades, que será analisada e encaminhada ao Gestor do contrato para arquivamento no processo;
 - Informar ao Gestor/Fiscal do contrato e ao Departamento de Segurança do Trabalho o nome do responsável pelo serviço, as metodologias e equipamentos que serão utilizadas para a realização das tarefas, por meio do preenchimento do formulário Anexo III deste manual;
 - Prover aos empregados uniformes e crachás de identificação com foto;
 - Fornecer gratuitamente, treinar e exigir o uso dos EPI's necessários para o desempenho das atividades de seus funcionários, comprovando através de fichas de controle, que deverão permanecer no local de realização das atividades;
 - Utilizar de ferramentas em perfeitas condições de segurança e uso, adequadas e destinadas à atividade que será desenvolvida.
 - Elaborar uma APR (Análise Preliminar de Risco), antes do início do trabalho, verificando todos os riscos envolvidos nas atividades e propondo as soluções cabíveis para a execução dos trabalhos;
 - Comprovar a capacitação de seus funcionários em trabalhos com eletricidade, em altura, espaço confinado, em equipamento de elevação e transporte de materiais e/ou atividades que necessitem habilidades específicas (verificar Anexo IV);
 - Apresentar estudo preliminar do ambiente de trabalho de seus funcionários, viabilizando o cumprimento das condições sanitárias, de alimentação e de conforto contidas na NR-24;
 - Apresentar Plano de Emergência;
 - Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme NR 18 item 18.15.1.1, em caso da utilização de andaimes tipo suspensos, facheleiro ou de balanço;

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

- Apresentar um cronograma de visitas aos postos de trabalho, além das ações que serão desenvolvidas por seu SESMT, caso a contratada se enquadre no quadro II da NR 4 da Portaria 3.214/78.

5.2 DURANTE A EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

São competências da empresa prestadora de serviços:

- Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato, todo e qualquer incidente ou acidente ocorrido no trabalho, seguido de ações realizadas pelo SESMT da contratada, quando houver, como avaliação médica do acidentado, investigação do acidente e estabelecimento de medidas corretivas e preventivas, no prazo máximo de 2 dias úteis, entregando uma cópia da CAT ao Gestor/Fiscal e uma cópia para o Departamento de segurança do Trabalho.
- Cumprir todas as normas legais e técnicas de segurança no trabalho e meio ambiente, vigentes no país;
- Armazenar as ferramentas, as máquinas e os equipamentos em locais apropriados, bem como mantê-los em perfeitas condições de uso;
- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços.
- Manter a ordem, higiene e organização do local de trabalho;
- Isolar o local adequadamente, quando as atividades forem realizadas em áreas de circulação de pessoas e veículos e nos locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos.
- Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente, no caso das empresas prestadoras de serviços de construção civil.
- Manter atualizada a documentação relativa aos colaboradores que estão desenvolvendo atividades no hospital. Toda alteração no quadro de colaboradores deve ser comunicada ao Gestor/Fiscal do contrato.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 PROIBIÇÕES GERAIS

Durante a realização das atividades, é terminantemente proibido:

- Trajar camiseta regata (sem mangas), bermuda, chinelos;

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

- Consumir, portar ou vender bebidas alcoólicas, entorpecentes ou substâncias que causem qualquer tipo de dependência, no recinto da empresa;
- Apresentar-se em estado de embriaguez;
- Fumar;
- Portar armas, de qualquer espécie (excreto de uso profissional, previsto em contrato);
- Operar veículos, equipamentos e máquinas para os quais não esteja habilitado ou autorizado pela empresa contratada;
- O descumprimento de qualquer das disposições citadas poderá acarretar a retenção do pagamento, o ressarcimento por perdas e danos e a aplicação das sanções previstas no contrato celebrado.

7. EXIGÊNCIAS

7.1 PLANO DE EMERGÊNCIA

A contratada deverá apresentar um fluxograma indicando as ações que serão executadas por sua liderança em caso de uma emergência (incêndios, alagamentos, explosões, choque elétrico, queimaduras, quedas, desmaios, variação abrupta de pressão arterial, mal súbito, acidente de trabalho, entre outras). No Fluxograma deverá conter os telefones, endereços e vias de acesso de postos de urgência/emergência mais próximos ao local.

7.2 PROVIDÊNCIAS EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO

- Comunicar o Gestor/Fiscal do Contrato e Departamento de Segurança imediatamente, caso ocorra algum acidente onde haja lesões ou danos aos colaboradores;
- Seguir o Fluxograma do Plano de Emergência estabelecido para o posto de trabalho;
- A CIPA da contratada deverá investigar os acidentes ocorridos, para que o Departamento de segurança da contratada emita os relatórios de acidentes;
- Emitir CAT, imediatamente após o ocorrido, encaminhando cópia devidamente registrada no órgão competente, no prazo máximo de dois dias úteis para o Departamento de segurança do Trabalho.

7.3 SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO – SESMT

As empresas contratadas, que possuam colaboradores regidos pela CLT, manterão obrigatoriamente, Serviços Especializados de Engenharia, Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado, quando enquadradas no quadro II da Portaria 3.214/78.

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

Os profissionais do SESMT da contratada devem realizar suas atividades conforme previsto na NR 4, sendo vedado o exercício de atividades que não sejam aquelas previstas pela norma. Os profissionais da contratada devem estar sob a orientação direta dos profissionais da contratante, para que possam integrar as ações inerentes à prevenção de acidentes do trabalho.

7.4 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA

As prestadoras de serviços devem apresentar, antes do início dos trabalhos, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA específico para a atividade a ser realizada, contemplando os riscos e condições encontradas nas dependências do Hospital.

7.5 PROGRAMA DE CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO –

PCMAT As empresas que realizam serviços na Indústria da Construção Civil devem atender os requisitos abaixo:

- É obrigatório a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR 18 e outros dispositivos complementares de segurança;
- O PCMAT deve contemplar as exigências contidas na NR 9 - Programa de Prevenção e Riscos Ambientais – PPRA.

7.6 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO

As prestadoras de serviços devem apresentar no ato do início dos trabalhos o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO. O PCMSO deverá ter por base as informações contidas no PPRA. Deverá relacionar no ASO os exames complementares, tendo em vista os riscos ocupacionais específicos para cada cargo/atividade, por exemplo: Trabalho em altura, espaço confinado, eletricidade, etc.

7.7 ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO

A prestadora de serviços, antes do início das atividades, deverá apresentar Análise Preliminar de Risco – APR, elaborada por profissional conhecedor da área de saúde e segurança do trabalho. A APR deverá conter a metodologia que será utilizada para a realização das atividades, a avaliação qualitativa e/ou quantitativa dos riscos envolvidos e as medidas de controle pertinentes.

7.8 PERMISSÃO PARA TRABALHOS – PT

As atividades que contemplem trabalhos com solda, altura, escavação, espaço confinado, movimentação e transporte de cargas e instalações elétricas, devem ser precedidas de uma Permissão de Trabalho – PT - Caso a atividade, seja, por qualquer motivo suspensa/ encerrada, a PT para esta atividade deve ser encerrada também, e aberta uma nova PT para continuação das

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

atividades. O responsável da empresa deverá elaborar a PT, e a mesma deverá ser assinada em conjunto com um representante do Departamento de Segurança do trabalho. A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos, as disposições e medidas estabelecidas na Análise Preliminar de Risco – APR e, a relação de todos os envolvidos e suas autorizações.

7.9 COMUNICAÇÃO, ISOLAMENTO E SINALIZAÇÃO DE ÁREA

O comunicado de execução de Obras/Serviços (Anexo III) deverá ser preenchido pelo responsável da empresa que realizará o serviço, juntamente com o Gestor/Fiscal do contrato. Os locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos deverão possuir isolamento e sinalização de advertência, restrição e/ou proibição.

As atividades realizadas em áreas de circulação de veículos deverão possuir isolamento e sinalização de advertência de material refletivo, inclusive uniformes dos trabalhadores, deverão atender este requisito quando necessário.

7.10 REALIZAÇÃO DE TRABALHO EM ALTURA

As prestadoras de serviço deverão elaborar a APR e a Permissão de Trabalho. As prestadoras de serviço deverão comprovar que seus colaboradores são capacitados e estão aptos a realizar atividades nestas condições, ou seja, apresentar Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e Certificado de treinamento para trabalho em altura, conforme preconizado na NR-35 (Trabalho em altura).

As prestadoras de serviços deverão apresentar a metodologia que será adotada para realização dos serviços, por exemplo: se farão uso de andaimes, escadas ou plataforma elevatória, e ainda, e quais alternativas de ancoragem que serão utilizadas.

Nota: Para sistemas de ancoragem, deverá ser apresentado Anotação de Responsabilidade Técnica.

7.11 REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EM ESPAÇO CONFINADO

As prestadoras de serviço deverão elaborar a APR e a Permissão de Entrada e Trabalho - PET conforme preconizado na NR-33. As prestadoras de serviço deverão comprovar a capacitação de seus colaboradores; conforme preconizado no item 33.3.5 da NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinado). Nunca permitir a permanência de apenas um trabalhador no espaço confinado. As atividades devem ser acompanhadas e supervisionadas por pessoa capacitada. Avaliar as condições ambientais antes de entrar e durante as atividades no espaço confinado, utilizando medidor de quatro gases (Oxigênio, Gases Explosivos, Monóxido de Carbono e Gás Sulfídrico). As prestadoras de serviços devem elaborar e implementar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados. Interromper todo e qualquer tipo de trabalho em caso de suspeita de condição de risco grave e iminente, procedendo ao imediato abandono do local.

7.12 TRABALHO COM MÁQUINAS, FERRAMENTAS MANUAIS E ELÉTRICAS

- As máquinas deverão possuir proteção nas partes móveis;
- Os comandos de acionamento e de parada de emergência devem ser testados antes da utilização;

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

- Para o manuseio de máquinas, o operador deve ser capacitado e autorizado;
- As máquinas e ferramentas devem estar em boas condições de operação, com manutenção periódica, e ser utilizada apenas para a atividade a que se destina;
- Para a realização de manutenção das máquinas, estas devem estar completamente desligadas, paradas e sinalizadas;
- As ferramentas elétricas devem ser utilizadas sempre na tensão e na rotação correta, verificando sempre antes de ligar, se a fiação está em perfeitas condições e se o material está bem fixado;
- As extensões devem possuir duplo isolamento e serem utilizadas de maneira adequada e segura.
 - Deve-se garantir que os cabos não permaneçam soltos na área de circulação de pessoas de forma a ocasionar acidentes;
- Reparos e manutenções elétricas deverão ser feitas somente por pessoal especializado e autorizado;
- Os equipamentos elétricos deverão ser aterrados;
- O operador deverá ser treinado no manuseio das máquinas e ferramentas, conforme orientação do fabricante, devendo estar ciente dos riscos envolvidos;
- As atividades que envolvam quebra, perfurações ou soldas devem ser precedidas de estudo da planta, a fim de verificar a existência de rede de distribuição de gás, elétrica, hidráulica, entre outras;
- A operação de máquinas ou ferramentas que possam gerar faísca deve ser realizada a uma distância segura de materiais inflamáveis.

7.13 EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E TRANSPORTE DE CARGA

- Os operadores de equipamentos de elevação e transporte de carga devem ser qualificados e capacitados, de acordo com legislação pertinente, bem como portarem cartão de identificação, com nome e fotografia;
- Todos os equipamentos de elevação e transporte de carga devem possuir indicação da carga máxima permitida, a qual não poderá ser excedida;
- Todo raio de movimentação da carga a ser transportada deve estar isolado e sinalizado e com acesso restrito;
- A empresa contratada deverá apresentar documentação referente a manutenção periódica do veículo;
- Os trabalhos de transporte e/ou elevação de carga, devem ser auxiliados por um funcionário devidamente treinado;

047

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

- Os equipamentos de elevação e transporte de carga devem manter distância segura das redes de energia elétrica.

7.14 CONDIÇÕES SANITÁRIAS, CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

- A prestadora de serviço (temporário) deverá garantir condições sanitárias e de conforto (locais adequados para alimentação, higiene, vestiário) de acordo com o preconizado nas Normas Regulamentadoras 18 e 24;
- Instalações móveis, inclusive contêineres, serão aceitos em áreas de vivência de canteiro de obras e frentes trabalho, desde que:
 - Possua área de ventilação natural e garanta condições de conforto térmico;
 - Atenda aos requisitos mínimos de conforto e higiene (limpeza dos containers periodicamente);
 - Os circuitos e equipamentos elétricos estejam protegidos, além de aterrados eletricamente;
 - Separados por módulos os vestiários, dos refeitórios e das instalações sanitárias;
 - Todas as áreas de trabalho da prestadora de serviço devem ser mantidas limpas e organizadas;
- Os entulhos deverão ser acondicionados em caçambas e a prestadora de serviço deverá garantir a destinação final adequada para os mesmos.

7.15 PRODUTOS QUÍMICOS

- Antes da utilização dos produtos químicos, os responsáveis pela prestadora de serviço, deverão informar oficialmente a SOST, anexando sua Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ.
- O armazenamento e fracionamento de produtos químicos devem ser feitos em local específico, distante de locais que possam gerar fumaça, materiais combustíveis, refeitórios, vestiários etc.
- Os trabalhadores devem receber treinamento para compreender a rotulagem preventiva e a ficha com dados de segurança do produto.
- A prestadora de serviço deverá garantir a destinação final adequada para resíduos químicos.

7.16 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL -

EPi Os EPi's deverão ser adequados aos riscos previstos em cada atividade, conforme descrito no PPRA da Empresa Prestadora de Serviços e a mesma deverá fornecer, treinar e fiscalizar o uso dos EPis, mantendo cópias das fichas de controle de entrega, assinadas pelos funcionários e respectivos C.A, no local de trabalho.

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

8. DESVIOS E SANÇÕES DISCIPLINARES

Quando constatado o não cumprimento da legislação, das normas de segurança, ou na evidência de condições que exponham pessoas a risco grave e iminente, o Departamento de segurança do Trabalho, reserva-se o direito de paralisação/interdição imediata da atividade, até que sejam tomadas as medidas cabíveis à regularização, independentemente do cumprimento do cronograma da obra/serviço em execução.

**NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021**

ANEXO I

TERMO DE ACEITAÇÃO DOS REQUISITOS DESCRITOS NA NORMA DE
PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS
DE SERVIÇOS Eu, _____ da _____ empresa
representante _____, na qual exerço a

função _____, efetuei a leitura e tomei conhecimento da NORMA DE PROCEDIMENTOS DE
SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS da
Prefeitura Municipal de Caçador, bem como repassei as informações constantes nesta Norma a
todos os funcionários que prestarão serviços dentro da Administração Pública. Por meio deste,
declaro para todos os fins, que a empresa acima mencionada e todos os seus funcionários e
prepostos estão cientes e concordam com o conteúdo previsto na presente Norma e na legislação
vigente, se obrigando a respeitar todas as exigências ali previstas, arcando a empresa
exclusivamente com os danos e prejuízos causados pelo eventual descumprimento de tais
exigências.

Sem mais,

Caçador/SC _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL / CARIMBO DA EMPRESA

**NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021**

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR AO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

Os documentos abaixo deverão ser apresentados ao Departamento de Segurança do Trabalho do
contrato antes do início das atividades.

- ✓ Cópia do Registro Funcional dos trabalhadores;
- ✓ Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico para a função, válido;
- ✓ PPRA; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- ✓ PCMSO; Programa Médico de Saúde Ocupacional
- ✓ PCMAT;
- ✓ CIPA;
- ✓ Registro do SESMT; quando necessário
- ✓ Fichas de recibo de EPI's com respectivo CA e treinamento de uso correto;
- ✓ Comprovante de treinamento para atividades específicas;
- ✓ Comprovante de manutenção periódica de veículos e máquinas a propulsão mecânica (quando necessário).

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

ANEXO III



COMUNICADO DE EXECUÇÃO DE OBRAS / SERVIÇOS

NOME DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS RESPONSÁVEL PELA OBRA /
SERVIÇO: _____

PREVISÃO DE INÍCIO E TÉRMINO: ____/____/____ a ____/____/____

HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DA OBRA/SERVIÇO: das ____ às ____ horas.

Dias: () segunda () terça () quarta () quinta () sexta () finais de semana.

RESPONSÁVEL DA PRESTADORA DE SERVIÇO: _____

Nome _____ Tel.: _____

RESPONSÁVEL PELO SETOR ONDE SERÁ EXECUTADO O SERVIÇO: _____

Nome: _____ Tel.: _____

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO Prefeitura Municipal de Caçador:

Nome _____ Tel.: _____

DESLOCAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS: SIM () NÃO ()

MEDIDAS DE ISOLAMENTO: () Tapume; () Cavalete; () Fita zebra; () Cone; () Outros

NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021

ANEXO IV

LISTAGEM DE TREINAMENTOS EXIGIDOS NAS ATIVIDADES TÍPICAS REALIZADAS
POR PRESTADORAS DE SERVIÇO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

* FUNÇÃO: TREINAMENTOS NECESSÁRIOS

✓ Eletricista/ ajudante de manutenção elétrica: Comprovante de qualificação e/ou Habilitação;
Cursos para Atendimento às Exigências da NR 10: (Curso Básico, SEP, etc.)

✓ Operador de empilhadeira/guincho/ponte rolante: Comprovante de treinamento de capacitação;
C.N.H (Carteira Nacional de Habilitação)

✓ Motoristas C.N.H (Carteira Nacional de Habilitação)

✓ Trabalhadores em altura: Comprovação do Treinamento para Trabalho em Altura (mínimo de 8
horas); ASO específico para trabalho em altura.

✓ Trabalhadores em espaço confinado: Certificado de Treinamento para todos os trabalhadores
autorizados e vigias com carga horária mínima de 16 horas conforme NR 33, item 33.3.5 com
validade de 12 meses; Certificado de Treinamento para todos os supervisores de entrada com carga
horária mínima de 40 horas conforme a NR 33, item 33.3.5.6.

✓ Soldadores: Comprovante de qualificação.

✓ Trabalhadores de obras em geral: Comprovante de treinamento referente a NR 18 (6 horas).

***As atividades que não constarem nesta tabela deverão ser consultadas junto ao
Departamento de Segurança do Trabalho**

**NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021**

ANEXO V

PT – PERMISSÃO DE TRABALHO

As Permissões para trabalho em altura, espaço confinado e APR devem ser elaboradas pela empresa contratada e apresentadas para o Departamento de Segurança do Trabalho.

**NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021**

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL - MTE. Portaria 3.214, de 08/06/1978. Normas Regulamentadoras - NR. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 jun 1978.
- BRASIL. Portaria n.º 25, de 29/12/1994, Norma Regulamentadora 09 - Programa de prevenção a riscos ambientais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez 1995. Seção 1, pt. 1.987 a 1.989.
- FUNDACENTRO. Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2005.
- MORAES, Giovanni Araújo. Normas Regulamentadoras Comentadas. 6ª edição. Rio de Janeiro, 2007.
- SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: Avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo: Ltr, 2005.
- SPINELLI, Robson / Breviglieri, Ezio e Possebom, José. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac SP, 2008.

**NORMA DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS /2021**

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

Este documento é emitido em via impressa e digital. A via impressa é assinada pelos responsáveis pela elaboração do MANUAL e pela Secretária de Administração e ficará à disposição da Inspeção do Trabalho. As situações e atividades não contempladas neste manual deverão ser tratadas de acordo com a legislação vigente.

Caçador, SC 01 de setembro de 2021.

Cleony Lopes Barboza Figur
Secretária Municipal de Administração

Vânia Moraes Schirrmann
Técnico de Segurança do Trabalho
Reg nº RS/003599,8

Eduardo kmeluskas
Técnico de Segurança do Trabalho
Reg nº SC/0066880



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
http://www.cacador.sc.gov.br

administracao@cacador.sc.gov.br

Usuário: Claudete Maraffon

Chave de Autenticação Digital
1419-5812-661

Página
1 / 1

053

Certidão de Bloqueio Orçamentário da Despesa

Data de movimento: 16/02/2022

Sequência: 7293200

Sequência estornada:

Número: 51135

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Caçador

Orgão orçam.: 2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Un. orçam.: 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - EDUCAÇÃO

Ação: 2.25 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa: 393 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte recurso: 336 - Superávit Salário-Educação

Valor: R\$ 544.558,94

Id-Us: 0.3.36

Importa este movimento o valor de: quinhentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos

Fundamento:

Ementa:

Convênio:

Compra/Contr.:

Compra direta:

Licitação:

Pré-empenho:

Objetivo:

Movimentos Contábeis

Débitos	Créditos
Orçamentário	Orçamentário
6.2.2.1.1 - CREDITO DISPONÍVEL	6.2.2.1.2.01.02.01 - Crédito bloqueado (reserva de saldo)
544.558,94	544.558,94

Histórico: Bloqueio Orçamentário da Despesa

Complemento: BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA FECHAMENTO DE TERRENO DA EMEB ESPERANÇA. PROTOCOLO 1.744/2022

ORDENADOR DA DESPESA
SECRETÁRIO MUNICIPAL

SÉRGIO INHAIA

Contador
CRC-SC 028.242/O-2



DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Razão Social/Nome:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		
E-mail:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:		
Pessoa que recebeu:		
<p>Retiramos nesta data cópia do Edital na modalidade de:</p> <p>() Pregão Presencial () Concorrência (X) Tomada de Preços () Credenciamento () Convite () Chamamento Público</p> <p>Número: TP 004/2022 Entidade: Prefeitura Municipal de Caçador Protocolo: 1.744/2022</p>		
Data:		
<p>Senhor Licitante,</p> <p>Com os cordiais cumprimentos, informamos, gentilmente, que:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Esta DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL deverá ser preenchida e remetida ao e-mail licitacao.coordenadoria@cacador.sc.gov.br, com o objetivo fim apenas de arquivamento.2. Informamos que eventuais pedidos de ESCLARECIMENTOS deverão ser formalizados, único e exclusivamente, através do PROTOCOLO, disponível no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SANTA CATARINA.3. Eventuais RETIFICAÇÕES ocorridas no instrumento convocatório e de quaisquer informações adicionais serão publicadas e disponibilizadas no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SANTA CATARINA. <p style="text-align: center;">Coordenadoria de Licitações e Contratos do Prefeitura Municipal de Caçador – Santa Catarina</p>		



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

O **MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 195, centro, nesta cidade de Caçador – SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Sr. **SAULO SPEROTTO**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob n.º 561.293.009-72, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador – SC, de conformidade com o que estabelece a Lei n.º 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes, e supletivamente as normas do direito administrativo, do Código Civil, da Lei Orgânica deste Município e de acordo com as cláusulas e condições constantes deste edital, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA**, conforme anexos, cuja documentação e proposta deverão ser entregues no dia, hora e local abaixo especificado:

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES	DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES		DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES	
	ATÉ O DIA	HORÁRIO	DIA	HORÁRIO
Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador/SC situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, CEP 89.500.124, Caçador-SC	18/03/2022	Até 14h	18/03/2022	Às 14h15min
PROTOCOLO INTERNO	Nº 1.744/2022			

1. DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA, conforme detalhamento dos **ANEXOS**.

Observação: Por ser licitação do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a proponente fica obrigada a **cotar todos os itens necessários à execução completa do serviço**, objeto desta licitação, e os preços cotados não poderão ser superiores ao estabelecido nos orçamentos, sendo que as propostas que deixarem de apresentar a cotação de algum item serão totalmente desclassificadas.

1.2. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante a CONTRATADA e com seus profissionais CONTRATADOS, sendo desta a responsabilidade pela estadia, alimentação e transporte dos profissionais que realizarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

1.3. É vedada a participação:

- De empresas reunidas em consórcios, conforme Nota Técnica Recomendatória n.º 01/2017 da Prefeitura Municipal de Caçador – SC.
- De empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por elas instituídas e mantidas.
- De empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de Caçador – SC.
- De empresas sob processo de falência.
- De empresas que estejam em atraso na execução de obras CONTRATADAS com o Município de Caçador – SC.

2. DO CADASTRO DE FORNECEDOR

2.1. O cadastro prévio é condição para a participação nesta TOMADA DE PREÇOS e compreende o cadastramento da empresa no Cadastro de Fornecedores do Município, até às **14h do dia 15/03/2022** (três dias úteis que antecedem o recebimento dos envelopes).

2.2. O Cadastramento no Município far-se-á mediante a apresentação (pessoalmente ou via postal) do preenchimento do **FORMULÁRIO DE CADASTRO DE FORNECEDORES**, disponível no **ANEXO VII**, com todos os documentos relacionados no respectivo formulário, devendo ser entregues no Departamento de Compras do Município, de preferência, numerados sequencialmente e na ordem (exemplo: 1/5; 2/5...5/5), a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

2.3. Após o cadastramento, o proponente poderá retirar o seu Certificado de Registro Cadastral, junto ao Departamento de Compras do Município.

2.4. A empresa somente terá seu Certificado de Registro Cadastral emitido, se entregar toda a documentação completa e correta no prazo previsto no item 2.1.

2.5. Caso a empresa entregue a documentação para cadastramento em tempo hábil e seja constatada ausência de documentação, esta ficará com seu Certificado de Registro Cadastral pendente, devendo regularizá-lo até a data limite prevista no item 2.1., sob pena de ter sua solicitação de emissão de Certificado indeferida.

2.6. O Município não se obriga a conferir a documentação no momento de entrega. Cabe a empresa a conferência completa dos documentos enviados.

3. DA ENTREGA DOS ENVELOPES E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. Os dois envelopes (Proposta de Preços e Habilitação) deverão ser entregues, conforme data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega deverá ser efetuada na forma abaixo:

a. no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador – SC situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador – SC, até a hora e data determinada no preâmbulo deste edital.

b. através dos Correios, desde que entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador – SC até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital.

3.1.2. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante responder pelos atos do certame e de exercer o direito de recurso.

3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate, quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias da data de entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.3. Os envelopes deverão estar fechados de forma a não permitir sua violação, com a identificação definida nos itens 5.4. e 6.6. do presente Edital.

3.4. Na data, horário e local definidos, a Comissão de Licitações vai declarar aberta a sessão e receberá os envelopes entregues no Protocolo Geral da Prefeitura, contendo os documentos e habilitação (Envelope 1) e a proposta de Preços (Envelope 2), e ainda, a certidão (se for o caso) de que trata o subitem 3.2. deste Edital.

3.5. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem os envelopes após o horário estabelecido.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1. A sessão de abertura dos envelopes e julgamento vai ocorrer na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador – SC, na Avenida Santa Catarina, n.º 195, Centro, Caçador – SC.

4.2. Para fins de credenciamento, o representante do Licitante deverá se apresentar perante a Comissão de Licitação, devidamente munido de documento oficial de identidade e procuração com outorga de poderes para a prática de todos os atos do certame ou, sendo o caso, outro documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome do licitante representado, devidamente acompanhada de cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

4.3. O representante credenciado é o único autorizado a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, respondendo, para todos os efeitos, por seu representado.

4.4. A não apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, entretanto, ficará o suposto representante, impedido de praticar quaisquer atos durante o processo em nome do licitante.

4.5. No decorrer da sessão poderá haver substituição do representante, desde que haja o credenciamento do novo representante na forma do subitem 4.2. deste edital.



4.6. Cada representante credenciado poderá representar apenas um licitante.

4.7. No ato de credenciamento deverá ser apresentada a certidão (se for o caso) de que trata o subitem 3.2. deste Edital e em seguida, abertos os envelopes contendo a HABILITAÇÃO, com a rubrica dos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes de todos licitantes.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Para se habilitarem na presente Licitação, as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1. Habilitação Jurídica:

A. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou; Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

B. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

5.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em vigor;

B. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente, em vigor.

C. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do proponente, em vigor.

D. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em vigor.

E. Prova de Regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em vigor (caso esta não esteja abrangida na Certidão de Débitos Relativos aos tributos e à Dívida Ativa da União).

F. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br/certidao), em vigor.

5.1.3. Qualificação Técnica:

A. Certidão comprobatória de **Inscrição ou Registro de Regularidade** no respectivo **Conselho de Classe** da região a que estiver(em) vinculado(s), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

B. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membro(s) da equipe técnica que participará(ão) da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, comprovando a execução de serviço(s) compatível(eis) com o objeto licitado, conforme: **EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO e EXECUÇÃO DE CERCA METÁLICA.**

B1. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

C. Declaração de Visita ao(s) Local(is) da(s) Obra(s), conforme modelo disponível no **ANEXO IV.**

C1. A declaração de visita poderá ser substituída por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

A. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor



da sede da pessoa jurídica.

B. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta (conforme disposto no Artigo 31, Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93), anexado a declaração do técnico contábil responsável, de que a empresa possui Índice de Liquidez Geral igual ou maior a 1,0 (um vírgula zero), obtido através do Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do último exercício social com aplicação da seguinte fórmula:

$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)}$	<p>Onde (legenda):</p> <ul style="list-style-type: none">• ILG – Índice de Liquidez Geral• AC – Ativo Circulante• RLP – Realizável à Longo Prazo• PC – Passivo Circulante• ELP – Exigível à Longo Prazo
---------------------------------------	---

B1. Será considerada inhabilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Geral for inferior a 1,0 (uma vírgula zero). Justificativa: Os índices comprovarão a boa situação financeira da empresa, sua capacidade de pagamento e seu endividamento atual, sendo que o índice estabelecido é usualmente utilizado no mercado financeiro.

B.2. A licitante que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em qualquer dos índices acima deverá apresentar balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

5.1.5. A Comissão verificará, ainda, quanto à habilitação da Licitante, devendo por esta ser apresentada no envelope de habilitação:

A. Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade), assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo disponível no **ANEXO III**.

B. Declaração de concordância e de submissão às disposições previstas neste Edital, e de que possui conhecimento de todas as condições do local onde será executada a obra e dos elementos técnicos anexos ao Edital para cumprimento do Contrato, em papel timbrado da Proponente, devidamente assinado pelo Responsável Técnico ou responsáveis técnicos e também pelo responsável legal da empresa proponente, conforme modelo disponível no **ANEXO V**.

C. Declaração de Idoneidade para Licitar, conforme modelo disponível no **ANEXO VI**.

5.1.6. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pelo Departamento de Compras do Município, com registro feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, estando comprovado o cadastramento na categoria compatível com o objeto desta licitação, com a validade vigente na data de que trata o item 2.1. do Capítulo 2 (dois) deste Edital, obrigando-se a empresa a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, desde que as certidões estejam vigentes na data de abertura desta licitação, dispensará a empresa licitante da apresentação dos documentos referentes à:

a. Subitem 5.1.1. – HABILITAÇÃO JURÍDICA: Letras "A" e "B".

b. Subitem 5.1.2. – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: Letras "A" até "F".

c. Subitem 5.1.3. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA: Letra "A".

5.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que legíveis, autenticada por Cartório competente ou por servidor da administração, conforme Artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, e alterações subsequentes.

5.3. Ficam dispensados de autenticação os documentos emitidos via Internet, pois os mesmos serão conferidos pela Comissão Julgadora no dia da abertura do processo.

5.4. Os documentos deverão ser entregues em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal os seguintes indicativos:



**RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022
ENVELOPE N.º 01 – “HABILITAÇÃO”**

5.5. As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) que apresentaram a certidão de que trata o item 3.2., do presente Edital poderão usufruir dos benefícios descritos no Artigo 48 e 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/06 e LC n.º 147/14, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme detalhado no item 8.9 do presente Edital.

6. DAS PROPOSTAS

6.1. As propostas deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numeradas sequencialmente.

6.2. O licitante deverá preencher a proposta com a validade da proposta, preço global para execução da obra, expressos em reais, data e assinatura do representante legal da empresa e assinada também pelo responsável técnico da proponente.

6.3. Anexo às propostas deverá vir:

6.3.1. Cronograma físico-financeiro, em dias consecutivos, obedecendo aos prazos estabelecidos no cronograma apresentado em anexo para execução em **06 (seis) meses**, a contar de emissão da Ordem de Serviços, assinados pelo representante legal e o responsável técnico da empresa.

6.3.2. Orçamento, devidamente assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico da empresa licitante, devendo considerar o **VALOR MÁXIMO GLOBAL** admitido para esta Licitação que é de **R\$ 544.558,94 (Quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos)**.

6.3.3. As propostas que ultrapassarem esses valores serão desclassificadas.

6.3.4. Declaração de Encargos Sociais utilizados na proposta.

6.3.5. Os valores máximos unitários dos subitens não deverão ultrapassar os estabelecidos no orçamento anexo, sendo que as propostas que o fizerem serão desclassificadas.

6.4. A proposta, após entregue, é irretratável e irrenunciável.

6.5. As propostas deverão ser elaboradas, observando rigorosamente as instruções contidas neste Edital, e apresentadas em papel timbrado do licitante. As propostas que deixarem de atender o exigido neste Edital serão de pronto desclassificadas.

6.6. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal os seguintes indicativos:

**RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022
ENVELOPE N.º 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”**

6.7. Na proposta deverá conter prazo de validade **não inferior a 90 (noventa) dias**.

6.8. O proponente deverá revisar todos os valores cotados, sendo que, o Município não se responsabilizará por erros ocorridos na cotação dos preços, sendo obrigação do proponente entregar os materiais e os serviços de conformidade com os preços cotados.

7. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA DE PREÇO

7.1. No dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, se dará início a abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO, pelo Presidente e membros da Comissão e todas as folhas serão rubricadas pelos mesmos, ficando à disposição dos licitantes para que os mesmos assim procedam.

7.2. Os proponentes que, independente do motivo, deixarem de apresentar ou apresentarem em desacordo qualquer um dos documentos exigidos quanto à HABILITAÇÃO, serão imediatamente inabilitados, recebendo de volta o envelope referente à PROPOSTA DE PREÇOS, desde que renunciem ao recurso, fazendo-se constar em ata tal ocorrência. Caso o licitante, inabilitado por este processo, manifeste intenção de exercer o

direito de petição de recurso, seu envelope só poderá ser devolvido após o decurso de prazo legal ou improvimento do mesmo.

7.3. Ficarão sob guarda da Comissão, o(s) envelope(s) – PROPOSTA DE PREÇOS, de todos os licitantes habilitados, mesmo que algum tenha sido objeto de recurso. Decorridos todos os prazos de recurso, a Comissão de Licitação marcará a data, hora e local da abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, comunicando a todos os interessados por escrito.

7.4. Todos os documentos, após serem rubricados, deverão ser examinados pelos membros da Comissão e pelos proponentes, sendo registrado em ata as impugnações, soluções e manifestações de concordância para o prosseguimento do processo licitatório.

7.5. Qualquer impugnação ou interposição de recurso poderá ser manifestada e deverá ser registrada em ata. Caso algum proponente inabilitado manifeste intenção de exercer o direito de petição de recurso, o prazo é de **05 (cinco) dias úteis** a partir da data da abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO.

7.6. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.7. As decisões dos recursos impetrados, a abertura dos envelopes PROPOSTA DE PREÇOS das empresas atingidas pela impugnação, serão comunicadas a todos os proponentes participantes por escrito.

7.8. Os licitantes, que inabilitados após o julgamento dos recursos, receberão de volta o envelope PROPOSTA DE PREÇOS. Estarão habilitados os licitantes que atenderem à todas as exigências contidas na HABILITAÇÃO do presente Edital. Recursos para anulação da Licitação, não terão efeito suspensivo sobre a mesma.

7.9. Superada a fase de habilitação, ato seguinte o Presidente da Comissão Julgadora, abrirá os envelopes e juntamente com os membros da Comissão analisará os preços das propostas de cada proponente, os quais deverão constar em ata.

7.10. Todas as folhas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, ficando à disposição dos licitantes para o mesmo procedimento e análise das propostas. Qualquer impugnação ou interposição de recurso deverá ser manifestada e transcrita em ATA.

7.11. É de **05 (cinco) dias úteis** o prazo para formalização dos recursos contados a partir da abertura do envelope PROPOSTA DE PREÇOS, comunicados a todos os interessados o resultado da análise das propostas, devidamente lavrada em ata ou a partir da publicação desse resultado.

7.12. Os licitantes que tiverem suas propostas impugnadas e obtenham rejeição aos recursos após julgados, serão desclassificados.

7.13. As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 3.2. será dado o direito de preferência conforme estabelece a Lei Complementar n.º 123/06 e Lei Complementar n.º 147/14.

7.14. Efetuados todos os procedimentos anteriores, o Presidente dará por encerrada a sessão constando em ATA, que será assinada pela Comissão Julgadora e pelos proponentes presentes.

7.15. Em relação às decisões proferidas pela Comissão de Licitações, cabe recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação ou publicação do ato nos termos do Artigo 109, §1º da Lei n.º 8.666/93 no diário oficial do Município através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. A Comissão especialmente designada pelo Prefeito do Município julgará as propostas no dia e hora indicados no preâmbulo deste, ou em nova data, em atendimento ao disposto no item 7.3. deste Edital, na presença dos interessados analisará e indicará a proposta vencedora para homologação.

8.2. O critério de julgamento deste Edital de **TOMADA DE PREÇOS** é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**:

8.2.1. O **VALOR MÁXIMO GLOBAL** admitido para esta Licitação é de **R\$ 544.558,94 (Quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos)**.

8.2.2. As propostas que ultrapassarem estes valores serão desclassificadas.

8.2.3. Os valores máximos unitários dos subitens não deverão ultrapassar os estabelecidos no orçamento anexo, sendo que as propostas que o fizerem serão desclassificadas.

8.3. Serão desclassificadas as propostas:



- I. Que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação.
- II. **Por abusividade** serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor global superior ao informado no item 8.2.1, do Edital.
- III. **Por inexecuibilidade** serão desclassificadas as propostas que não atenderem o disposto no Artigo 48, Inciso II, §1º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações, presumindo-se incompatíveis com os preços praticados no mercado as propostas que ficarem aquém de 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
 - b. Valor orçado pela Administração.
- IV. Que não contiverem informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado;
- V. Que omitirem informações consideradas essenciais para análise, julgamento e execução dos serviços;
- VI. Apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes.
- 8.4.** Ressalte-se que a abusividade/inexecuibilidade será verificada item a item da Planilha de Orçamentos, desclassificando-se as propostas que apresentem itens abusivos ou inexecuíveis.
- 8.5.** Serão considerados preços manifestamente inexecuíveis, aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos que o compõem são coerentes com os de mercado.
- 8.5.1.** A Comissão de Licitação, antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexecuível, intimará o proponente para que apresente, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data do recebimento da intimação, a composição de custos e promoverá diligência, para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.
- 8.6.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de **08 (oito) dias úteis** para apresentação, pelas Licitantes, de novas propostas escoimadas das causas que as classificarem.
- 8.7.** Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.
- 8.7.1.** A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.
- 8.7.2.** As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.
- 8.7.2.1.** A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.
- 8.7.3.** Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.
- 8.7.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
- 8.7.5.** Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.
- 8.8.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no §2º, do Artigo 3º, da Lei n.º 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a. Produzidos no País.

- b. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- c. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.8.1. Persistindo o empate, o critério de desempate se dará por sorteio, no qual será retirado uma cédula por vez, sendo o primeiro sorteado declarado como vencedor, e assim, retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

8.9. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, que faça jus ao tratamento diferenciado, tenha alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior é concedida a critério da Administração, quando requerida justificadamente pelo licitante.

8.9.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

8.9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei n.º 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.10. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9. DOS RECURSOS

9.1. Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberá recurso nos termos do Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

9.2. É vedada à Licitante a utilização de recurso de impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão de Licitação ou, se for o caso, a autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9.3. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada/impressa, devidamente arrazoada pelo representante legal ou preposto da recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações e endereçada à Comissão de Licitação.

9.4. As licitantes ficarão sujeitas às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, nos casos não previstos neste Edital.

9.5. O não comparecimento do licitante ou seu representante ao ato de abertura das propostas ou falta de sua assinatura nas respectivas atas, implicará na aceitação das decisões da Comissão Julgadora.

10. DA CONTRATAÇÃO E PRAZOS CONTRATUAIS

10.1. Será firmado CONTRATO ADMINISTRATIVO com o proponente vencedor com prazo de **12 (doze) meses**, contados da assinatura e publicação do mesmo.

10.2. O prazo de execução do objeto da presente licitação é de **06 (seis) meses** a contar da emissão da Ordem de Serviço por parte do requisitante.

10.2.1. Em caso de não cumprimento do cronograma físico-financeiro, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a. Advertência escrita, caso o percentual apurado na planilha de medição esteja até 40% inferior em relação ao cronograma físico-financeiro proposto pela contratada no momento da licitação.
- b. Aplicação de multa no percentual de 05% (cinco por cento) sobre a diferença de valor entre a medição do período e o mesmo período do cronograma físico-financeiro.
- c. As sanções serão aplicadas caso o atraso não seja devidamente justificado, no prazo de 05 dias úteis após o recebimento da advertência e com a devida anotação no Diário de Obra.



10.3. O Proponente vencedor terá o prazo de **05 (cinco) dias**, após a homologação do processo, para assinatura do Contrato.

10.4. Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta TOMADA DE PREÇOS, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

10.5. Sobre o preço CONTRATADA não incidirá nenhum tipo de reajuste durante o período de vigência do Contrato.

10.6. A não assinatura do Contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital acarretará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, bem como desclassificação do proponente vencedor deste processo licitatório, e ainda ficando impedido de participar de licitações promovidas pela Administração Pública, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme estabelece a Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes.

10.7. Havendo infringência por parte da CONTRATADA a mesma ficará sujeita as penalidades previstas na Minuta do CONTRATO ADMINISTRATIVO, disponível no ANEXO VIII.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. Será exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

11.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do Artigo 48 da Lei n.º 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

11.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na C/C 35.4911-9, Agência 375-1, Operação 006, do Banco do Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Prefeitura Municipal de Caçador – SC.

11.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

11.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

11.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, através da assinatura do termo de recebimento definitivo da obra, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

12. DOS PAGAMENTOS

12.1. Os pagamentos serão efetuados, conforme medição, em até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal na Diretoria de Compras do Município.

12.2. Os pagamentos somente ocorrerão depois das medições/serviços terem sido aprovados pelo órgão concedente, mediante confirmação do responsável pela fiscalização e gestão do contrato.

12.2.1. A primeira medição ocorrerá **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço.

12.2.2. As medições serão elaboradas com base nos quantitativos e preços unitários constantes da

proposta da CONTRATADA.

12.2.3. Os serviços considerados incompletos, defeituosos ou fora das especificações de projeto assim como das normas técnicas não será objeto de medição.

12.2.4. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos requeridos para a execução do objeto CONTRATADO, constituindo-se na única remuneração devida.

12.3. O proponente vencedor deverá fazer a matrícula da obra junto ao INSS, obrigatoriamente em seu nome e seu CNPJ.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12.5. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, número da Conta Corrente e da Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária para pagamento, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser retido o percentual de 11% (onze por cento) referente ao recolhimento do INSS e o ISS será calculado sobre o valor total da Nota Fiscal. O não recolhimento dos impostos poderá implicar em descontos quanto for efetuado o pagamento da mesma.

12.5.1. Caso a empresa não seja registrada na Prefeitura Municipal, ou seja, não possua alvará de funcionamento no Município de Caçador, sobre o valor de mão de obra, será retido 02% (dois por cento) referente ao ISSQN.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

13.1. São obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento convocatório e no respectivo contrato:

13.1.1. Edital, Legislação e Contrato:

- a. Cumprir o disposto no Edital no **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022** e seus anexos.
- b. O MUNICÍPIO fica isento de quaisquer ônus ou obrigações referentes à legislação trabalhista, tributária, comercial ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à CONTRATADA.
- c. A CONTRATADA não poderá ceder o CONTRATO, qualquer parte do mesmo ou qualquer valor, benefício, obrigação ou interesse nele contido, ou dele decorrente, sem o consentimento prévio, por escrito, da CONTRATANTE.
- d. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação que lhe foram exigidas no presente Edital.
- e. Realizar a execução da obra conforme especificações contidas neste Edital e Anexos.

13.1.2. Obrigações Gerais:

- a. A empresa e/ou empreiteira CONTRATADA é exclusivamente responsável por eventuais indenizações a terceiros ou à CONTRATANTE, em virtude de danos e/ou prejuízos ocasionados pela execução dos serviços ou pelo seu pessoal.
- b. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, quando devidamente comprovada a sua imputação, as consequências de:
 - b.1. Imprudência, imperícia ou negligência, inclusive de seus empregados e prepostos.
 - b.2. Falta de solidez ou de segurança das obras/serviços durante a execução ou após a sua entrega.
 - b.3. Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos das obras/serviços, objeto deste contrato.
 - b.4. Atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos serviços.
 - b.5. Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.
- c. Responsabilizar-se por danos a terceiros, quer físicos, quer materiais.
- d. A contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio municipal, assumindo as responsabilidades pela sua



integridade, bem como pelos eventuais danos causados por seus agentes.

e. É obrigatório o uso de equipamentos de segurança: redes de proteção para uso geral, equipamentos de segurança individual, conforme legislação, EPI é a NR 06 do MTE e demais itens para a correta execução dos serviços, bem como cones e placas para aviso de segurança no trânsito.

f. Deverá ser indicado nome completo, endereço do escritório da CONTRATADA, onde o preposto deve ser encontrado, telefone convencional, celular do preposto indicado e endereço eletrônico oficial da empresa para fins de correspondência, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA, atualizar os telefones e os endereços seja ele eletrônico ou o endereço físico.

13.1.3. Garantias:

a. A aceitação da obra/serviços não exonerará a CONTRATADA nem seus técnicos, da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução da mesma.

b. Responsabilizar-se, integralmente, pelo controle de qualidade das obras/serviços e materiais.

c. Responsabilizar-se pela conservação da obra ou recuperação de eventuais falhas executivas pelo prazo de **05 (cinco) anos**, após a entrega da obra ao Município.

13.1.4. Materiais e Serviços:

a. Utilizar somente material de primeira qualidade, obedecendo às normas, especificações e métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e INMETRO.

b. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários a prestação dos serviços, tais como: betoneiras, roçadeiras, furadeiras, serras manuais tipo maquina para uso de corte de madeira e piso, discos de cortes, baldes, carrinho de mão, enxadas, pás, brochas, pincéis, chaves, veículos para transporte, etc.

c. A contratante terá direito de recusar todo e qualquer serviço, material ou equipamento utilizado.

13.1.5. Documentação:

a. Emitir ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) ou RRT (REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, devidamente assinada pelo Engenheiro ou Arquiteto responsável. A emissão junto ao CREA/CAU ficará às expensas da CONTRATADA.

b. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários à execução da obra.

c. A CONTRATADA deverá providenciar e manter o **Diário de Obra**, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execuções formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro:

c.1. O Diário de Obra deverá ter capa resistente, todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, em 3 (três) vias, e rubricadas e identificadas pelo fiscal.

c.2. Ao final de cada etapa da obra, o referido Diário deverá ser entregue a fiscalização, sendo de propriedade da Administração Municipal de Caçador – SC.

13.1.6. Canteiro de Obras:

a. Durante a execução das obras ou serviços, a contratada deverá manter tanto quanto possível, o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc; enfim, tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

b. Cumprir as exigências da Legislação Ambiental em vigor, tendo em vista os possíveis impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra/serviços, devendo ser adotadas medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

b.1. Instalar o canteiro de obra em local apropriado, seguro e sinalização e mantê-lo limpo e organizado reservando um espaço adequado para receber a fiscalização.

b.2. Tomar medidas de segurança contra o derramamento de óleo combustível e lubrificante, e na disposição adequada do lixo e esgoto sanitário de modo a não poluir o lençol freático.

b.3. Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira pelo tráfego.

b.4. O material inservível (bota fora) deverá ser depositado em local devidamente licenciado, sendo



de total responsabilidade do CONTRATADA.

b.5. Todos os caminhões que serão utilizados no transporte de materiais da obra, deverão possuir tela de proteção, a fim de garantir que nenhum tipo de material seja derramado nas pistas de rolamento utilizadas no trajeto do transporte.

b.6. Limpeza total dos canteiros da obra e pátios de máquinas ao término do contrato.

c. Providenciar, quando necessário, às suas expensas, a instalação de tapumes, alojamentos e de barracos para depósito de materiais na execução do objeto licitado.

d. Fornecer bens e serviços de acordo com as normas da ABNT – NBR.

e. Zelar pela boa e completa execução da obra/serviços e facilitar, por todos os meios, a ampla ação de fiscalização do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

f. Fornecer todos os materiais de segurança, equipamentos e insumos necessários à boa execução da obra.

g. Fornecer crachás, e garantir a sua plena utilização por todo o período de vigência do contrato.

h. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato.

i. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento da obra.

j. Respeitar os limites de ruídos nas operações de construção da obra.

k. Efetuar a manutenção mínima da via, no que concerne à extensão do objeto CONTRATADA, mantendo assim, perfeitas condições de trafegabilidade durante todo o período de execução da obra.

l. A obra ou serviço deverá receber a devida sinalização, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pela Prefeitura de Caçador – SC.

m. Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a contratada continuará responsável pela manutenção de todo o material no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.

n. A contratada é obrigada fazer a retirada de entulhos e limpeza da obra. A retirada de materiais e limpeza da obra deve seguir orientações da Secretaria Municipal de Educação sobre os locais a serem depositados.

13.1.7. Sobre seus Empregados

a. A CONTRATADA deverá manter no local da obra, durante a sua execução, sob pena de inabilitação, 01 (um) profissional devidamente habilitado, residente ou técnico em edificações, habilitado, em tempo integral, inscrito no CREA/CAU e aceito pelo Município de Caçador – SC, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, para representá-la sempre que for necessário.

b. Apresentar mensalmente, ao Fiscal do Contrato, cópia de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e fundiárias relativamente ao mês imediatamente anterior e, em especial, relação dos trabalhadores que prestaram serviços decorrentes do contrato firmado com o CONTRATANTE; comprovante de pagamento de remunerações e salários e respectiva folha de pagamento; comprovante dos recolhimentos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e RE (Relação de Empregados) respectiva; cópia das rescisões contratuais (TRTC); cópia do informe mensal de acidente de trabalho (que se apresentam obrigatoriamente na previdência social), bem como comprovação do pagamento dos 13ºs salários e férias (nas épocas próprias) e, ainda, outros documentos que a CONTRATANTE entender necessários:

b.1. Guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao INSS, relativa ao mês de competência imediatamente anterior, devidamente quitada;

b.2. Guia de depósito do FGTS, contendo a relação completa dos empregados, relativamente ao mês de competência anterior, devidamente quitada, e quando contrato temporário, apresentar guia de recolhimento do FGTS e das informações à Previdência Social (GFIP) devidamente quitada e autenticada, indicando o nome do profissional, relativamente ao mês de competência anterior;



b.3. Comprovante de pagamento dos salários dos empregados envolvidos no objeto ora CONTRATADA bem como cópia dos cartões pontos.

c. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas à obra a ser executada.

d. Cumprir as medidas relativas à segurança e saúde do trabalho contidos na Constituição Federal, na CLT em seus artigos 154 a 201, Lei n.º 6.514 de 27/12/77, na portaria n.º 3.214 de 08/08/78 da Secretaria de Segurança no Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, no Código de Edificações e Regimentos Sanitário, nas normas contidas em acordo e convenções coletivas de trabalho e nas convenções e recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil.

e. Cumprir as determinações da NR n.º 18.

f. Cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas e demais regulamentos do CONTRATANTE e do local da execução da obra, devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços.

g. A contratada deverá fiscalizar permanentemente as equipes, ajudando na distribuição dos serviços, fiscalizando a qualidade, conferindo a presença, prestando conta dos materiais utilizados e dos serviços executados, sempre recebendo orientações e atendendo solicitações da contratante.

h. A critério da contratante as equipes poderão ser distribuídas da forma mais conveniente nos diferentes postos de trabalhos, cujo transporte de ferramentas, materiais e operários fica sob responsabilidade da contratada.

i. Comparecer em Juízo nas ações trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou propostas contra o Município, assumindo o pólo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com ônus de eventual condenação inclusive honorários advocatícios, custas judiciais e demais cominações e sucumbências.

j. Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do município de Caçador no polo passivo, como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

j.1. A retenção prevista acima será realizada na data do conhecimento pelo Município da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

j.2. Somente será liberado com trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

13.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a. Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da obra.

b. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora.

c. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de servidor designado.

d. Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado, desde que comprovada a necessidade deles.

e. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas ou com as especificações constantes deste Edital e dos seus Anexos.

f. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes dos Anexos deste edital.

g. Aprovar o cronograma físico-financeiro definitivo dos serviços, a ser apresentado pela licitante vencedora.

h. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes.

i. Verificar a regularidade fiscal da licitante e efetuar o pagamento após a atestação da nota fiscal.



j. Autorizar a subcontratação desde que atendidos os requisitos previstos neste edital.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora licitados, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 2022:

- **Número:** 51.135
- **Unidade Gestora:** 1 – Prefeitura Municipal de Caçador
- **Órgão Orçamentário:** 2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
- **Unidade Orçamentária:** 2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- **Função:** 12 – Educação
- **Subfunção:** 361 – Ensino Fundamental
- **Programa:** 12 - EDUCAÇÃO
- **Ação:** 2.25 – MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- **Despesa:** 393 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
- **Fonte Recurso:** 336 – Superávit Salário-Educação

15. DA VISITA AO LOCAL DA OBRA

15.1. Dada a complexidade e peculiaridades da obra, as licitantes poderão visitar os locais onde serão executados as obras e serviços, para se inteirarem de todos os aspectos referentes à sua execução.

15.2. O agendamento da visita deverá ser efetuado com o(a) servidor(a) **JOÃO ARTHUR PITHAN GELESKI**, Engenheiro(a) Civil, disponível no IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, pelos telefones (49) 3666 – 2425 ou (49) 3666 – 2437, com **48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data desejada**. A vistoria poderá ser feita até **24 (vinte e quatro) horas** antes da data e horários marcados para abertura da licitação.

15.3. O servidor designado para acompanhar a licitante durante a visita assinará a Declaração conforme **ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA**.

15.4. Para a vistoria, o licitante (ou o seu representante legal) deverá possuir formação adequada, devido à complexidade dos serviços objeto desta licitação, bem como apresentar o documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para esse fim (vistoria).

15.4.1. A Contratada, independente da realização de vistoria, ao participar deste processo concorda com todos os termos e valores constantes neste Edital.

15.5. Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

16. ESCLARECIMENTOS E ADITAMENTOS

16.1. A íntegra do Edital para exame, bem como os anexos, será disponibilizada no site **www.cacador.sc.gov.br**.

16.2. Esclarecimentos de dúvidas sobre a interpretação dos termos do presente Edital somente serão atendidas, mediante solicitação formal e encaminhada à Comissão de Licitações ou a Coordenadoria de Licitações e Contratos.

16.3. A Comissão ou a Diretoria de Licitações e Contratos responderá as questões consideradas pertinentes, e encaminhará a todos os interessados que tenham adquirido o Edital desta licitação, apresentando a pergunta formulada e sua resposta. As respostas serão numeradas, sequencialmente e serão considerados aditamentos ao Edital, sendo juntadas ao processo licitatório.

16.4. Não serão levadas em consideração, pela administração municipal, quaisquer consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, no mínimo 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura para que haja tempo hábil para atendermos o disposto no item 15.3 do Edital. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

17. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a assinar o contrato, fazer declaração falsa relativa a idoneidade de licitar, ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Caçador pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição,



sem prejuízo das multas previstas no presente edital e MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, disponível no ANEXO VIII e das demais cominações legais.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto constante do contrato, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

- a. Advertência.
- b. Multa nos percentuais e formas previstas na MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, disponível no ANEXO VIII.
- c. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município de Caçador – SC pelo período de até 02 (dois) anos.
- d. Declaração de inidoneidade.

17.3. As hipóteses de rescisão contratual estão previstas nos Artigos 77 a 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

17.4. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no Artigo 90 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades nela previstas.

17.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato Administrativo e das demais cominações legais.

17.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada as multas impostas.

17.7. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1 As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei n.º 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

18.1.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que **protocolo** o pedido até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à Administração responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis;

18.1.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; sob pena de decair o direito à impugnação caso feita após esse prazo.

18.1.2.1. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

18.1.3. Somente serão conhecidas as impugnações dirigidas à Comissão de Licitação, no prazo previsto nos itens 18.1.1. e 18.1.2., devendo ser enviados eletronicamente pela licitante, através do Protocolo WEB, disponível no site www.cacador.sc.gov.br, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), ou ainda diretamente em meio físico no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Aplica-se a presente Licitação as disposições constantes na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações subsequentes.

19.2. O Município se reserva o direito de contratar em todo ou em parte as quantidades do objeto licitado.

19.3. O Prefeito do Município poderá revogar ou anular a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. Fica estabelecido que para retirada do presente instrumento não haverá custo.

20. DOS ANEXOS

20.1. Este Edital está composto pelos seguintes anexos, descritos abaixo:



ANEXO I	Projetos e Documentos
	20.1.1. Projetos 20.1.2. Memorial Descritivo 20.1.3. Cronograma Físico 20.1.4. Orçamento Analítico 20.1.5. BDI 20.1.6. Procedimentos de Trabalhos Terceirizados 20.1.7. Diário de Obra
ANEXO II	Modelo de Procuração
ANEXO III	Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII Artigo 7º – Constituição Federal
ANEXO IV	Declaração de Visita ao Local da Obra
ANEXO V	Declaração de Pleno Conhecimento, Aceitação e Concordância do Edital
ANEXO VI	Declaração de Idoneidade para Licitar
ANEXO VII	Formulário de Cadastro de Fornecedores
ANEXO VIII	Minuta do Contrato Administrativo

Caçador – SC, 23 de fevereiro de 2022.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Examinado e Aprovado pela Procuradoria Geral do Município

ROSELAIN
E DE
ALMEIDA
PERICO
Assinado de forma
digital por
ROSELAIN DE
ALMEIDA PERICO
Data: 2022.02.23
15:28:06 -03'00'



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXOS

ANEXO I

ANEXO I	Projetos e Documentos
	20.1.1. Projetos
	20.1.2. Memorial Descritivo
	20.1.3. Cronograma Físico
	20.1.4. Orçamento Analítico
	20.1.5. BDI
	20.1.6. Procedimentos de Trabalhos Terceirizados
	20.1.7. Diário de Obra

ATENÇÃO

ARQUIVO DISPONIBILIZADO EM PDF



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO II

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa no **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Assinatura do Representante de Empresa

Carimbo do CNPJ (Empresa)

ATENÇÃO

COM ASSINATURA DO OUTORGANTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI N.º 9.854.**

[...]

Artigo 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

[...]

Referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, a empresa **XXXX** inscrita no CNPJ n.º **XXXX**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **XXXX** e do CPF n.º **XXXX**, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA

Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz: () Sim () Não

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Assinatura do Representante de Empresa

Carimbo do CNPJ (Empresa)

ATENÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E CARIMBO



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

Eu, **XXXX** (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da Empresa **XXXX**, declaro, para os devidos fins, que visitei o local onde ocorrerá a **EXECUÇÃO XXXX** (Descrever o item), local onde serão realizados os serviços, tomando conhecimento de todas as peculiaridades e características do local e/ou da obra, ciente de que o preço a ser proposto pela minha Empresa está de acordo com o Projeto Básico/Executivo do objeto, seus desenhos e demais complementos que integram o **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Assinatura do Representante de Empresa

Carimbo do CNPJ (Empresa)

VISTO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO

Observação(ões):

Caçador – Santa Catarina, ____/____/____.

Representante do Município

ATENÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E CARIMBO



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, ACEITAÇÃO E CONCORDÂNCIA DOS TERMOS DO
EDITAL**

DECLARAMOS, sob as penas da lei, para fins do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022** que a empresa **XXXX** (Razão Social), CNPJ n.º **XXXX**, sediada à **XXXX** (Rua, n.º, Bairro, Cidade – UF), tem pleno conhecimento, aceitando e concordando integralmente com os termos e condições da presente Licitação, bem como as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Nome do(a)(s) Representante(s) de Empresa
Assinatura do(a)(s) Representante(s)

Nome do(a)(s) Responsável(eis) Técnico(s)
Assinatura do(a)(s) Responsável(eis) Técnico(s)

Carimbo do CNPJ (Empresa)

ATENÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E CARIMBO



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, que a empresa **XXXX** (Razão Social), CNPJ n.º **XXXX**, sediada à **XXXX** (Rua, n.º, Bairro, Cidade – UF) não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Inciso IV, do Artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Nome do(a)(s) Representante(s) de Empresa
Assinatura do(a)(s) Representante(s)

Carimbo do CNPJ (Empresa)

ATENÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E CARIMBO



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO VII

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

Razão Social:

Nome Fantasia:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Fone:

E-mail:

CNPJ:

Inscrição Municipal:

Inscrição Estadual:

Ramo de Atividade (CNAE):

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Cidade:

Responsável:

C.P.F. Responsável:

DOCUMENTOS EXIGIDOS (CÓPIAS AUTENTICADAS) indispensável para os itens 1 e 13

- 01 – Ato constitutivo e última alteração consolidada;
- 02 – Cartão da inscrição no CNPJ e/ou CIC;
- 03 – Inscrição no cadastro de contribuinte estadual;
- 04 – Inscrição no cadastro de contribuinte municipal (Alvará do ano em exercício);
- 05 – Regularidade com a fazenda Federal/Dívida ativa da União/ Contribuição Social;
- 06 – Regularidade com a fazenda Estadual;
- 07 – Regularidade com a fazenda Municipal;
- 08 – Regularidade com o fundo de garantia (FGTS);
- 09 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 10 – Declaração de Micro Empresa ou certidão simplificada da junta;
- 11 – Comprovante de Inscrição pelo Simples Nacional;
- 12 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício exigível;
- 13 – CPF, PIS/NIT do responsável da empresa;
- 14 – Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

Data: ____/____/____

Assinatura e Carimbo
do Declarante

ATENÇÃO

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E CARIMBO



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º XX/2022

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE CAÇADOR**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 195, Caçador – SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em Exercício, Exmo. Sr. **SAULO SPEROTTO**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob n.º 561.293.009-72, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador – SC.

CONTRATADA:

Nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, bem como, das normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o **CONTRATO ADMINISTRATIVO** mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA**, conforme ANEXO I do Edital que fica fazendo parte do presente como se transcrito estivesse para todos os fins e efeitos.

Parágrafo Único. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício da **CONTRATANTE** perante a **CONTRATADA** e com seus profissionais Contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, alimentação e transporte dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO** é de **R\$ 0,00 (por extenso)**, ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços.

§1º. No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

§2º. Não incidirá nenhum tipo de reajuste durante o período de vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO

A garantia de execução deste contrato equivale ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, ou seja, a **R\$ XXXX,XX (Xxxxxxxxx)**, optando por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

§1º. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do §1º do Artigo 48 da Lei n.º 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

§2º. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na C/C 35.4911-9, Agência 375-1, Operação 006, do Banco do Brasil., mediante depósito identificado a crédito da Prefeitura Municipal de Caçador.

§2º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco



Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§3º. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

§4º. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

§5º. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

§6º. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

§7º. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, através da assinatura do termo de recebimento definitivo da obra, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, conforme medição, em até **30 (trinta) dias** após a efetiva entrega da Nota fiscal, acompanhada da respectiva medição dos serviços, na Diretoria de Compras do Município, de acordo com os termos do Artigo 40, Inciso XIV, "a", da Lei n.º 8.666/93.

a. Os pagamentos somente ocorrerão depois das medições/serviços terem sido aprovados pelo órgão concedente, mediante confirmação do responsável pela fiscalização e gestão do contrato.

b. A primeira medição ocorrerá **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço.

c. As medições serão elaboradas com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

d. Os serviços considerados incompletos, defeituosos ou fora das especificações de projeto assim como das normas técnicas não será objeto de medição.

e. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos requeridos para a execução do objeto CONTRATADO, constituindo-se na única remuneração devida.

§1º. A CONTRATADA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§2º. Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões quanto a regularidade fiscal, constantes da habilitação, dentro do prazo de validade, nos termos do Artigo 55, Inciso XIII, da Lei de Licitações, ou cópia do CRC atualizado.

§3º. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

§4º. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

§5º. Constatando-se, a situação de irregularidade do CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

§6º. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§7º. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

§8º. Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária do FORNECEDOR, a partir da



data final do período de adimplemento a que se referir.

§9º. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. Os serviços poderão ser executados antecipadamente ao previsto no cronograma, porém somente serão pagos se a execução dos serviços, conforme o cronograma estiver em dia com os serviços do mês atual e meses anteriores.

§10. A CONTRATADA deverá fazer a matrícula dos serviços junto ao INSS, obrigatoriamente em seu nome e seu CNPJ.

§11º. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

§12º. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, número da Conta Corrente e da Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária para pagamento, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser retido o percentual de 11% (onze por cento) referente ao recolhimento do INSS e o ISS será calculado sobre o valor total da Nota Fiscal. O não recolhimento dos impostos poderá implicar em descontos quando for efetuado o pagamento da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

Os prazos serão:

- a) **Vigência do Contrato: 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento.
- b) **Execução: 06 (seis) meses**, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

Parágrafo Único. Somente serão admitidas prorrogações na execução da obra a pedido da Administração ou por fatores relevantes devidamente registrados no Diário de Obra.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora licitados, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária de 2022:

- **Número:** 51.135
- **Unidade Gestora:** 1 – Prefeitura Municipal de Caçador
- **Órgão Orçamentário:** 2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
- **Unidade Orçamentária:** 2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- **Função:** 12 – Educação
- **Subfunção:** 361 – Ensino Fundamental
- **Programa:** 12 - EDUCAÇÃO
- **Ação:** 2.25 – MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- **Despesa:** 393 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
- **Fonte Recurso:** 336 – Superávit Salário-Educação

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a. Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da obra.
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora.
- c. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de servidor designado.
- d. Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado, desde que comprovada a necessidade deles.
- e. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas ou com as especificações constantes deste Edital e dos seus Anexos.
- f. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes dos Anexos deste edital.



- g. Aprovar o cronograma físico-financeiro definitivo dos serviços, a ser apresentado pela licitante vencedora.
- h. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes.
- i. Verificar a regularidade fiscal da licitante e efetuar o pagamento após a atestação da nota fiscal.
- j. Autorizar a subcontratação desde que atendidos os requisitos previstos neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento convocatório e no respectivo contrato:

I. Edital, Legislação e Contrato:

- a. Cumprir o disposto no Edital no **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022** e seus anexos.
- b. O MUNICÍPIO fica isento de quaisquer ônus ou obrigações referentes à legislação trabalhista, tributária, comercial ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à CONTRATADA.
- c. A CONTRATADA não poderá ceder o CONTRATO, qualquer parte do mesmo ou qualquer valor, benefício, obrigação ou interesse nele contido, ou dele decorrente, sem o consentimento prévio, por escrito, da CONTRATANTE.
- d. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação que lhe foram exigidas no presente Edital.
- e. Realizar a execução da obra conforme especificações contidas neste Edital e Anexos.

II. Obrigações Gerais:

- a. A empresa e/ou empreiteira CONTRATADA é exclusivamente responsável por eventuais indenizações a terceiros ou à CONTRATANTE, em virtude de danos e/ou prejuízos ocasionados pela execução dos serviços ou pelo seu pessoal.
- b. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, quando devidamente comprovada a sua imputação, as consequências de:
 - b.1. Imprudência, imperícia ou negligência, inclusive de seus empregados e prepostos.
 - b.2. Falta de solidez ou de segurança das obras/serviços durante a execução ou após a sua entrega.
 - b.3. Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos das obras/serviços, objeto deste contrato.
 - b.4. Atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos serviços.
 - b.5. Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.
- c. Responsabilizar-se por danos a terceiros, quer físicos, quer materiais.
- d. A contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio municipal, assumindo as responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados por seus agentes.
- e. É obrigatório o uso de equipamentos de segurança: redes de proteção para uso geral, equipamentos de segurança individual, conforme legislação, EPI é a NR 06 do MTE e demais itens para a correta execução dos serviços, bem como cones e placas para aviso de segurança no trânsito.
- f. Deverá ser indicado nome completo, endereço do escritório da CONTRATADA, onde o preposto deve ser encontrado, telefone convencional, celular do preposto indicado e endereço eletrônico oficial da empresa para fins de correspondência, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA, atualizar os telefones e os endereços seja ele eletrônico ou o endereço físico.

III. Garantias:

- a. A aceitação da obra/serviços não exonerará a CONTRATADA nem seus técnicos, da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução da mesma.
- b. Responsabilizar-se, integralmente, pelo controle de qualidade das obras/serviços e materiais.



c. Responsabilizar-se pela conservação da obra ou recuperação de eventuais falhas executivas pelo prazo de **05 (cinco) anos**, após a entrega da obra ao Município.

IV. Materiais e Serviços:

a. Utilizar somente material de primeira qualidade, obedecendo às normas, especificações e métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e INMETRO.

b. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários a prestação dos serviços, tais como: betoneiras, roçadeiras, furadeiras, serras manuais tipo maquina para uso de corte de madeira e piso, discos de cortes, baldes, carrinho de mão, enxadas, pás, brochas, pincéis, chaves, veículos para transporte, etc.

c. A contratante terá direito de recusar todo e qualquer serviço, material ou equipamento utilizado.

V. Documentação:

a. Emitir ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) ou RRT (REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, devidamente assinada pelo responsável técnico. A emissão junto ao CREA/CAU ficará às expensas da CONTRATADA.

b. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários à execução da obra.

c. A CONTRATADA deverá providenciar e manter o **Diário de Obra**, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execuções formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro:

c.1. O Diário de Obra deverá ter capa resistente, todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, em 03 (três) vias, e rubricadas e identificadas pelo fiscal.

c.2. Ao final de cada etapa da obra, o referido Diário deverá ser entregue a fiscalização, sendo de propriedade da Administração Municipal de Caçador – SC.

VI. Canteiro de Obras:

a. Durante a execução das obras ou serviços, a contratada deverá manter tanto quanto possível, o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc; enfim, tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

b. Cumprir as exigências da Legislação Ambiental em vigor, tendo em vista os possíveis impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra/serviços, devendo ser adotadas medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

b.1. Instalar o canteiro de obra em local apropriado, seguro e sinalização e mantê-lo limpo e organizado reservando um espaço adequado para receber a fiscalização.

b.2. Tomar medidas de segurança contra o derramamento de óleo combustível e lubrificante, e na disposição adequada do lixo e esgoto sanitário de modo a não poluir o lençol freático.

b.3. Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira pelo tráfego.

b.4. O material inservível (bota fora) deverá ser depositado em local devidamente licenciado, sendo de total responsabilidade do CONTRATADA.

b.5. Todos os caminhões que serão utilizados no transporte de materiais da obra, deverão possuir tela de proteção, a fim de garantir que nenhum tipo de material seja derramado nas pistas de rolamento utilizadas no trajeto do transporte.

b.6. Limpeza total dos canteiros da obra e pátios de máquinas ao término do contrato.

c. Providenciar, quando necessário, às suas expensas, a instalação de tapumes, alojamentos e de barracos para depósito de materiais na execução do objeto licitado.

d. Fornecer bens e serviços de acordo com as normas da ABNT – NBR.

e. Zelar pela boa e completa execução da obra/serviços e facilitar, por todos os meios, a ampla ação de fiscalização do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

f. Fornecer todos os materiais de segurança, equipamentos e insumos necessários à boa execução da



obra.

- g. Fornecer crachás, e garantir a sua plena utilização por todo o período de vigência do contrato.
- h. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato.
- i. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento da obra.
- j. Respeitar os limites de ruídos nas operações de construção da obra.
- k. Efetuar a manutenção mínima da via, no que concerne à extensão do objeto CONTRATADA, mantendo assim, perfeitas condições de trafegabilidade durante todo o período de execução da obra.
- l. A obra ou serviço deverá receber a devida sinalização, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pela Prefeitura de Caçador.
- m. Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a contratada continuará responsável pela manutenção de todo o material no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.
- n. A contratada é obrigada fazer a retirada de entulhos e limpeza da obra. A retirada de materiais e limpeza da obra deve seguir orientações da Secretaria Municipal de Educação sobre os locais a serem depositados.

VII. Sobre seus Empregados

- a. A CONTRATADA deverá manter no local da obra, durante a sua execução, sob pena de inabilitação, 01 (um) técnico responsável, habilitado, em tempo integral, inscrito no CREA ou CAU e aceito pelo Município de Caçador – SC.
- b. Apresentar mensalmente, ao Fiscal do Contrato, cópia de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e fundiárias relativamente ao mês imediatamente anterior e, em especial, relação dos trabalhadores que prestaram serviços decorrentes do contrato firmado com o CONTRATANTE; comprovante de pagamento de remunerações e salários e respectiva folha de pagamento; comprovante dos recolhimentos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e RE (Relação de Empregados) respectiva; cópia das rescisões contratuais (TRTC); cópia do informe mensal de acidente de trabalho (que se apresentam obrigatoriamente na previdência social), bem como comprovação do pagamento dos 13ºs salários e férias (nas épocas próprias) e, ainda, outros documentos que a CONTRATANTE entender necessários:
 - b.1. Guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao INSS, relativa ao mês de competência imediatamente anterior, devidamente quitada.
 - b.2. Guia de depósito do FGTS, contendo a relação completa dos empregados, relativamente ao mês de competência anterior, devidamente quitada, e quando contrato temporário, apresentar guia de recolhimento do FGTS e das informações à Previdência Social (GFIP) devidamente quitada e autenticada, indicando o nome do profissional, relativamente ao mês de competência anterior.
 - b.3. Comprovante de pagamento dos salários dos empregados envolvidos no objeto ora CONTRATADA bem como cópia dos cartões pontos.
- c. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas à obra a ser executada.
- d. Cumprir as medidas relativas à segurança e saúde do trabalho contidos na Constituição Federal, na CLT em seus artigos 154 a 201, Lei n.º 6.514 de 27/12/77, na portaria n.º 3.214 de 08/08/78 da Secretaria de Segurança no Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, no Código de Edificações e Regimentos Sanitário, nas normas contidas em acordo e convenções coletivas de trabalho e nas convenções e recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil.
- e. Cumprir as determinações da NR n.º 18.
- f. Cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas e demais regulamentos do CONTRATANTE e do local da execução da obra, devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços.



g. A contratada deverá fiscalizar permanentemente as equipes, ajudando na distribuição dos serviços, fiscalizando a qualidade, conferindo a presença, prestando conta dos materiais utilizados e dos serviços executados, sempre recebendo orientações e atendendo solicitações da contratante.

h. A critério da contratante as equipes poderão ser distribuídas da forma mais conveniente nos diferentes postos de trabalhos, cujo transporte de ferramentas, materiais e operários fica sob responsabilidade da contratada.

i. Comparecer em Juízo nas ações trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou propostas contra o Município, assumindo o pólo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com ônus de eventual condenação inclusive honorários advocatícios, custas judiciais e demais cominações e sucumbências.

j. Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do município de Caçador no polo passivo, como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

j.1. A retenção prevista acima será realizada na data do conhecimento pelo Município da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

j.2. Somente será liberado com trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente CONTRATO ADMINISTRATIVO encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- a. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.
- b. Rescindir-lo unilateralmente, nos casos especificados no Inciso I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.
- c. Fiscalizar-lhe a execução.
- d. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa do CONTRATADA ou licitante, aplicar as sanções dispostas no Artigo 86 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, quais sejam:

- I. Advertência.
- II. Multa, na forma moratória e/ou compensatória.
- III. Suspensão do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública.
- IV. Declaração de Inidoneidade.

§1º. Quando da aplicação da penalidade multa, deverá ser observado o que segue:

- a. Pelo atraso injustificado por parte da CONTRATADA na execução do contrato, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 5% (cinco por cento) do montante.
- b. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA estará sujeita à pena de multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- c. Pela rescisão contratual imotivada, a CONTRATADA estará sujeita à pena de multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.



§2º. Em caso de não cumprimento do cronograma físico-financeiro, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a. Advertência escrita, caso o percentual apurado na planilha de medição esteja até 40% inferior em relação ao cronograma físico-financeiro proposto pela contratada no momento da licitação.
- b. Aplicação de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a diferença de valor entre a medição do período e o mesmo período do cronograma físico-financeiro.
- c. As sanções serão aplicadas caso o atraso não seja devidamente justificado, no prazo de 05 dias úteis após o recebimento da advertência e com a devida anotação no Diário de Obra.

§3º. Nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias a Nota de Empenho poderá ser cancelada e o contrato considerado rescindido.

§4º. As penas de multa, cabíveis na forma moratória ou compensatória, quando possuidoras de fatos geradores distintos poderão ser cumuladas, de acordo com a gravidade da conduta.

§5º. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias consecutivos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo de execução contratual.

§6º. As multas por ventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a Administração autorizada a descontá-las dos pagamentos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo, para tanto, o presente instrumento para garantir o cumprimento do contrato.

§7º. Em havendo garantia, se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

§8º. As penas previstas no §1º. poderão ser aplicadas de forma cumulativa em caso de CONTRATADA ou licitante reincidente, haja vista o reiterado prejuízo causado ao Município.

§9º. Para fazer uso das sanções aqui tratadas, a Administração considerará motivadamente a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando e ponderando a sua (in)aplicabilidade, caso admitida a justificativa apresentada em defesa escrita. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

§10. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

§11. A aplicação de qualquer sanção administrativa prevista neste item deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC poderá declarar rescindido o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§1º. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§2º. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

§3º. O contrato poderá ainda ser rescindido por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

Sobre o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, sua **FISCALIZAÇÃO** ficará a cargo do(a) servidor(a) **AIRTON CARLOS LEITE** e sua **GESTÃO** ficará a cargo do(a) servidor(a) **HELTON CALISTO**.

Parágrafo Único. Caberá ao servidor designado verificar se os itens, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Caçador, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**
Desenvolvimento é nosso compromisso

SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

086

Caçador (SC), XX de XXXX de 2022.

MUNICÍPIO DE CAÇADOR
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª _____

CPF: _____

2ª _____

CPF: _____



PREFEITURA DE CAÇADOR

Memorando 15.915/2021

PUBLICADO

087

Diário Oficial dos Municípios/SC

Nº Ed.....3583.....

Em...06...08...2021

DECRETO Nº 9.591, de 3 de agosto de 2021.

Altera o inciso II do art. 1º do Decreto nº 9.472, de 9 de junho de 2021, que designa pregoeiros e equipe de apoio para condução dos procedimentos licitatórios na modalidade pregão no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A alínea "a" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 9.472, de 9 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

a) Allison Luiz Boufleur;

Art. 2º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 9.472, de 2021 passa a vigorar acrescido da alínea "c":

c) Bethania Kutcher de Souza.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 3 de agosto de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**

Memorando 11.796/2021

088

PUBLICADO

Diário Oficial dos Municípios/SC

Nº Ed. 3531

Em 15/06/2021

DECRETO Nº 9.471, de 9 de junho de 2021.

Designa Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitações, na forma que segue:

I - Lucas Filipini Chaves;

II - Karla Keiko Uno;

III - Lucas Parizotto Rossi;

IV - Silvana Schmidt.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á sempre que houver licitações para serem julgadas e desde que não tenha sido nomeada comissão especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 7.375, de 10 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 9 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PREFEITURA DE
CAÇADOR**

Memorando 11.796/2021

PUBLICADODiário Oficial dos Municípios/SC
Nº Ed. 3531
Em 15/06/2021

DECRETO Nº 9.472, de 9 de junho de 2021.

Designa pregoeiros e equipe de apoio para condução dos procedimentos licitatórios na modalidade pregão no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados para conduzirem os processos licitatórios na modalidade Pregão, presencial ou eletrônico, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, na forma que segue:

I - Pregoeiros:

- a) Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt;
- b) Lucas Filipini Chaves;
- c) Silvana Schmidt.

II - Equipe de Apoio:

- a) Karla Keiko Uno;
- b) Lucas Parizotto Rossi.

Parágrafo único. Compete ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras atribuições, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º Qualquer dos membros da equipe de apoio poderá atuar temporariamente como pregoeiro nos casos de ausência ou impedimento.

Art. 3º Havendo necessidade e/ou conveniência de assessoramento especial nas licitações, poderão:

- I - ser solicitadas avaliações ou pareceres técnicos a fim de subsidiar o julgamento;
- II - ser designados outros servidores mediante despacho exarado no respectivo processo licitatório.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 7.182, de 7 de julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 9 de junho de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.



PREFEITURA DE CAÇADOR

090
Memorando 15.915/2021

PUBLICADO

Diário Oficial dos Municípios/SC

Nº Ed. 3583

Em 06/08/2021

DECRETO Nº 9.587, de 2 de agosto de 2021.

Altera o inciso II do art. 1º do Decreto nº 9.471, de 9 de junho de 2021, que designa Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 9.471, de 9 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - Allison Luiz Bouffleur;

Art. 2º O Decreto nº 9.471, de 2021 passa a vigorar acrescido do inciso V:

V - Bethania Kutcher de Souza. (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 2 de agosto de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**

Desenvolvimento é nosso compromisso

SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 037/2022 – TOMADA DE PREÇOS – 004/2022

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS – 004/2022;

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL;

OBJETO: TOMADA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES	DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES		DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES	
	ATÉ O DIA	HORÁRIO	DIA	HORÁRIO
Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador – SC situado na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador – SC	18/03/2022	Até 14h	18/03/2022	Às 14h15min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 23 de fevereiro de 2022.

**SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**

DOM/SC Prefeitura municipal de Caçador**Data de Cadastro:** 23/02/2022 **Extrato do Ato N°:** 3639984 **Status:** Novo**Data de Publicação:** 24/02/2022 **Edição N°:**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 037/2022 – TOMADA DE PREÇOS – 004/2022

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS – 004/2022;

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL;

OBJETO: TOMADA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

LOCAL DE ENTREGA DOSENVELOPES	DATA DE ENTREGADOS ENVELOPES	DATA DE ABERTURADOS ENVELOPES		
Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador – SC situado na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador – SC	ATÉ O DIA	HORÁRIO	DIA	HORÁRIO
18/03/2022	Até 14h	18/03/2022	Às	14h15min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 23 de fevereiro de 2022.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone (49) 3666-2433



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3639984, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3639984>

DOM/SC Prefeitura municipal de Caçador**Data de Cadastro:** 23/02/2022 **Extrato do Ato N°:** 3639984 **Status:** Novo**Data de Publicação:** 24/02/2022 **Edição N°:**

* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3639984, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3639984>

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 037/2022 – TOMADA DE PREÇOS – 004/2022

Publicação N° 3639984

**PREFEITURA DE
CAÇADOR**
*Desenvolvimento é nossa compromisso*SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR****AVISO DE LICITAÇÃO****PROCESSO DE LICITAÇÃO 037/2022 – TOMADA DE PREÇOS – 004/2022****EDITAL:** TOMADA DE PREÇOS – 004/2022;**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL;**OBJETO:** TOMADA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA.**DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES	DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES		DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES	
	ATÉ O DIA	HORÁRIO	DIA	HORÁRIO
Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador – SC situado na Avenida Santa Catarina, nº 195, CEP 89.500.124, Caçador – SC	18/03/2022	Até 14h	18/03/2022	Às 14h15min

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 23 de fevereiro de 2022.

**SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone (49) 3666-2433

CREDENCIAMENTO



Protocolo 7.278/2022

Acompanhe via internet em <https://cacador.1doc.com.br/atendimento/> usando o código: 945.788.622.334
Situação geral em 18/03/2022 13:42: Novo

096

Engegrau Construções Ltda

engegrau@uol.com.br

CNPJ 18.345.650/0001-34

CC

PC - Protocolo Central

Para

Pregão

2 setores envolvidos

PC

Pregão

Entrada*: Atendimento pessoal

18/03/2022 13:42

Proposta de Tomada de Preço

Prazo	Vencimento	Lembrete	Visibilidade
Resposta ao Solicitante	Daqui 30 dias — 17/04/2022	Não configurado	Todos

Segue Proposta Tomada de Preço 04/2022

Claudia Mengidski Nicoletti

Protocolo Central

Folha de rosto: contém documento físico

Quem já visualizou? 1 pessoa

Visto 1 vez

Prefeitura de Caçador - Av. Santa Catarina, 195 - Centro CEP: 89500-000 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 18/03/2022 13:42:56 por Claudia Mengidski Nicoletti - Claudia Mengidski Nicoletti (matricula 12137)

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - Cynthia Kersey

Este documento contém assinatura digital, realizada por CLAUDIA MENGIDSKI NICOLETTI CPF 944.XXX.XXX-34. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cacador.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 12A8-D773-DB72-C73A



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

OLINO GABRIEL DOS SANTOS nacionalidade Brasileira, nascido em 22/03/1979, Solteiro, Motorista, CPF Nº 023.938.659-00, Carteira de Identidade Nº 3.552.671, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Nakayama, 44, Casa, Marciliano Fernandes, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL, representado neste ato por seu PROCURADOR FRANCISCO SARTORELLI, nacionalidade Brasileira, nascido em 19/02/1955, Casado em Comunhão Parcial de Bens, CONTADOR, CPF Nº 294.352.189-20, Carteira de Identidade Nº 788883, Órgão Expedidor SSP - SC, endereço: Rua Manoel José de Souza, 529, Centro, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000.

ASSIS ALI MOHAMAD nacionalidade Brasileira, nascido em 12/11/1964, Separado Judicialmente, ENGENHEIRO CIVIL, CPF Nº 538.404.379-20, Carteira de Identidade Nº 1.754.822, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Nereu Ramos, 938, Centro, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL, representado neste ato por seu PROCURADOR FRANCISCO SARTORELLI, nacionalidade Brasileira, nascido em 19/02/1955, Casado em Comunhão Parcial de Bens, CONTADOR, CPF Nº 294.352.189-20, Carteira de Identidade Nº 788883, Órgão Expedidor SSP - SC, endereço: Rua Manoel José de Souza, 529, Centro, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000.

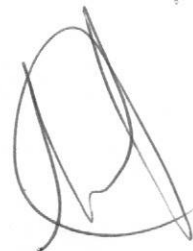
Sócios da sociedade limitada de nome empresarial ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205039981, com sede Av Xv de Novembro, 305, Sala 2, Centro Santa Cecilia, SC, CEP 89540000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 18.345.650/0001-34, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 600.000 (seiscentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social por motivo de AUMENTO DO CAPITAL COM APROVEITAMENTO DE LUCROS ACUMULADOS, este fica assim distribuído:

OLINO GABRIEL DOS SANTOS, com 6.000 (seis mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) integralizado.

ASSIS ALI MOHAMAD, com 594.000 (quinhentos e noventa e quatro mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais) integralizado.



Req: 81900001219099

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) ASSIS ALI MOHAMAD com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece SANTA CECÍLIA SC.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

Cláusula 1ª – Nome Empresarial: A sociedade gira sob o nome empresarial de: “ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA”

Cláusula 2ª – Sede e Foro Jurídico: A sede e foro jurídico da sociedade são na Av. XV de Novembro, 305 – Sala 2 - Centro – Santa Cecília SC – CEP 89 540 000.

Clausula 3ª – Início das Atividades: A sociedade iniciou suas atividades em 10 de Junho de 2013 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula 4ª – Objetivo Social A sociedade tem por objeto social o ramo de: **Construção Civil, Pavimentação de Ruas e Terraplenagem.**

Parágrafo Único: A Responsabilidade Técnica ficará a cargo do Engenheiro Civil Assis Ali Mohamad, CREA-SC 26.788-9.

Req: 81900001219099



Página 2

27/09/2019



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

Cláusula 5ª – Capital Social:

5-1 - O capital da sociedade é de **R\$ 600.000,00** (Seiscentos mil reais), divididos em 600.000 (Seiscentos mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), já totalmente integralizado em moeda corrente do País.

5-2 - O Capital Social está assim distribuído entre os sócios:

N O M E S	Quotas Sociais	Valor Total	Percentual
Assis Ali Mohamad	594.000	R\$ 594.000,00	99%
Olino Gabriel dos Santos	6.000	R\$ 6.000,00	01%
T O T A L	600.000	R\$ 600.000,00	100%

Cláusula 6ª – Responsabilidade dos Sócios: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 7ª – Abertura de Filiais: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula 8ª – Prazo de Duração: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Cláusula 9ª – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **Assis Ali Mohamad**, com poderes e atribuições de administrador, o qual poderá representar a sociedade em Juízo ou fora dele autorizado ao uso do nome empresarial. Vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula 10ª – Impedimento de uso da Denominação Social: É vedado ao administrador e/ou procuradores usar o nome da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais, como fianças, avais e endossos, respondendo o infrator pelos danos causados.

Cláusula 11ª – Pró-labore: Pelos serviços prestados, os sócios administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore e cuja quantia será fixada pela maioria em reunião de cotista.

Cláusula 12ª – Transferência de Quotas:

1 - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados aos demais sócios, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem seu direito de preferência. Após esse prazo, em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros estranhos a sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição, preço e condições de pagamento.



Req: 81900001219099

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

27/09/2019

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

- 2 - Se todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas e ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e ou direitos que sobejarem.
- 3 - Decorrido o prazo de preferência de subscrição e assumida pelos sócios ou por terceiros a totalidade do aumento, haverá reunião de sócios para que seja aprovada a modificação do contrato social.
- 4 - Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiros, pelo preço mínimo indicado anteriormente.
- 5 - Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento referente ao exercício do direito de preferência terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

Cláusula 13ª - Da retirada, exclusão de sócio, da resolução das quotas de um sócio em relação a sociedade.

- 1 - A retirada de um sócio se dará pela sua vontade unilateral, pelo óbito, pela falência da sociedade empresarial, pela liquidação de suas quotas obtidas pela sua execução conforme prevê o art.1.026 da lei 10406/2002.
- 2 - O sócio que desejar retirar-se da sociedade, fará a comunicação por escrito aos demais sócios e a própria sociedade, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, procedendo de acordo com as disposições da cláusula 14ª.
- 3 - O sócio também poderá ser expulso ou excluído da sociedade, por atos de inegável gravidade, justa causa ou incapacidade superveniente, conforme previsto no Parágrafo Único do art.1085 da Lei 10406/2002.

Cláusula 14ª - Falecimento de Sócio: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 15ª - Exercício Social: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único: A administração poderá, a pedido dos sócios, elaborar balanços intermediários e os sócios poderão deliberar pela distribuição total ou parcial dos lucros apurados.

Cláusula 16ª - Prestação de Contas do Balanço: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Req: 81900001219099

Página 4

27/09/2019



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENGEGRU CONSTRUÇÕES
LTDA****CNPJ nº 18.345.650/0001-34**

Cláusula 17ª – Normas contratuais omissas: Os casos omissos e não previstos neste contrato serão regulados por lei em vigor.

Cláusula 18ª – Foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cecília – SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Cláusula 19ª – Declaração dos Sócios: Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem devidamente contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, comprometendo-se, por si e seus herdeiros, a tudo fielmente cumprirem.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

SANTA CECÍLIA, 25 de setembro de 2019.

OLINO GABRIEL DOS SANTOS
P/P: FRANCISCO SARTORELLI

ASSIS ALI MOHAMAD
P/P: FRANCISCO SARTORELLI



Req: 81900001219099

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

27/09/2019



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



195603362

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ENEGRAU CONSTRUcoes LTDA
PROTOCOLO	195603362 - 25/09/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42205039981
CNPJ 18.345.650/0001-34
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/09/2019
SOB N: 20195603362

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20195603362

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 29435218920 - FRANCISCO SARTORELLI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUcoes LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

27/09/2019

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
250082952-9

Nome
ASSIS ALI MOHAMAD

Filiação
ALI MOHAMAD, ZASSAR EN NAJI
LACY FRAGER

C.P.F. Documento de Identidade Tipo Sang.
538.454.375-20 8/81754922 001-SC B+

Nascimento 12/11/1964 Vacância UF 25 Nacionalidade BRASILEIRA

Crea de Registro 03/04/2012 Emissão 16/12/1988

Ass. Presidente Registro no Crea 226786-9

Título Profissional
Engenheiro Civil
Exercício de Segurança do Trabalho

Ass. do Profissional
Lucas Filipe Chaves 888800010

Cartão de Identidade e Foto de Trabalho 12 de set. de 2012 de 2012/09 a 2012/09 de 17/02/13





Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: ENEGRAU CONSTRUÇOES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42205039981	18.345.650/0001-34	21/06/2013	10/06/2013
Endereço: AV XV DE NOVEMBRO, 305 SALA 2, CENTRO, SANTA CECÍLIA, SC - CEP: 89540000			
OBJETO SOCIAL			
CONSTRUCAO CIVIL, PAVIMENTACAO DE RUAS E SERVICOS DE TERRAPLENAGEM.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 600.000,00 SEISCENTOS MIL REAIS		Empresa de pequeno porte	XXXXXX
Capital integralizado: R\$ 600.000,00 SEISCENTOS MIL REAIS			
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
OLINO GABRIEL DOS SANTOS 023.938.659-00	6.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ASSIS ALI MOHAMAD 538.404.379-20	594.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
22/04/2021	20219167044		
Ato: 223 - BALANCO			
Evento: 223 - BALANCO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX		
Endereço: XXXXXX			
Observação			

FLORIANOPOLIS - SC, 21 de Fevereiro de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS

página: 1/1

226501310



CONTROLE: 13788499406225 CPF SOLICITANTE: 294.352.189-20 NIRE: 42205039981 EMITIDA: 21/02/2022 PROTOCOLO: 226501310

PROPOSTAS

Santa Cecília (SC), 18 de Março de 2022.

Referência: Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 04/2022, "Execução do Fechamento de Terreno da E.M.E.B. Esperança, Município de CAÇADOR/SC".

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC:

A Empresa **ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA.**, situada na Avenida XV de Novembro 305 sala 02, Município de Santa Cecília Estado de Santa Catarina, Fone (49) 3244-2346, propõe a essa Prefeitura a execução dos serviços destinados a : Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 04/2022, "Execução do Fechamento de Terreno da E.M.E.B. Esperança, Município de CAÇADOR/SC", pelo valor global de R\$ 537.777,77 (Quinhentos e Trinta e Sete Mil Setecentos e Setenta e Sete Reais e Setenta e Sete Centavos), sendo R\$ 430.652,87 (Quatrocentos e Trinta Mil Seiscentos e Cinquenta e Dois Reais e Oitenta e Sete Centavos) para Materiais e R\$ 107.124,90 (Cento e Sete Mil Cento e Vinte e Quatro Reais e Noventa Centavos) para Mão de Obra.

B.D.I. considerado é de 21,73 %

DECLARAMOS:

- 1 – Que o prazo de validade da proposta é de 90 (Noventa) dias;
- 2 – Que o prazo de execução da obra é de 180 (cento e oitenta) dias.
- 3 – – Que o Responsável pela obra será o Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho o Sr. Assis Ali Mohamad, CREA(SC) n.º 26.788-9, cujo nome encontra-se relacionado como responsável técnico da empresa conforme Certidão de Pessoa Jurídica apresentada no Envelope n.º 01 – Documentação de Habilitação;
- 4 – Que estão incluídas todas as despesas concernentes à execução das obras e/ou serviços projetados e especificados com o fornecimento de materiais e mão de obra necessários para os projetos constantes das especificações, encargos sociais, impostos, taxas, ferramental, equipamentos, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e atributos, e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos serviços;
- 5 - Que aceitamos todas as condições impostas ao presente Edital. Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem com as recomendações e instruções dos Órgãos de Fiscalização do Município de Caçador SC, assumindo, desde já, a integral pela perfeita realização dos serviços em conformidade com as especificações, regime tributário pelo lucro presumido.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. Assis Ali Mohamad, ocupante o cargo engenheiro; CPF n.º 538.404.379-20, como representante legal desta empresa.

Atenciosamente,

ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

Assis Ali Mohamad
CREA-SC 26.788-9

ENGE^GRAU Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad
Sócio – Administrador

Orgão Licitante: Município de Caçador

Local da Obra: E.M.E.B. Esperança Caçador SC

Objeto: Execução do mfechamento do terreno da E.M.E.B. Esperança

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Unid. Material	Total Material	Unid. Mão Obra	Total Mão Obra	Total Item
1.0	SERVIÇOS INICIAIS							
1.1	PLACA DE OBRA (1,25X2,50)M	M²	3,15	225,00	708,75	55,97	176,30	885,05
1.2	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30X6,00M, ALTURA 2,50M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	MÉS	6,00	650,00	3.900,00	161,69	970,13	4.870,13
1.3	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA LOCAÇÃO	M²	1.455,00	0,36	523,80	0,09	130,30	654,10
1.4	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	M²	70,00	1,76	123,20	0,44	30,65	153,85
1.5	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, INCLUSIVE MURO DE PEDRA, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO	M³	10,64	49,50	526,72	12,31	131,02	657,74
1.6	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, INCLUSIVE MURO DE PEDRA, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO	M³	0,95	272,43	258,81	67,77	64,38	323,19
1.7	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO (CALÇADA)	M²	21,45	16,41	351,95	4,08	87,55	439,50
1.8	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIPO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO (CAIXA HIDRÔMETRO)	M³	0,30	100,75	30,23	25,06	7,52	37,74
1.9	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL	M²	1.269,50	0,36	457,02	0,09	113,68	570,70
1.10	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO	M²	25,00	15,72	393,00	3,91	97,76	490,76
1.11	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³	M³	382,00	7,25	2.768,74	1,80	688,72	3.457,46
1.12	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 10 KM	M³XKM	3.819,96	1,89	7.212,08	0,47	1.794,01	9.006,09
1.13	DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	M³	382,00	55,00	21.010,00	13,68	5.226,24	26.236,24
1.14	PADRÃO DE ÁGUA (BRK)							
1.14.1	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA, MADEIRA SERRADA - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	M²	1,76	60,61	106,67	15,08	26,53	133,20
1.14.2	CONCRETAGEM, FCK 30MPA, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	M³	0,12	844,14	101,30	209,98	25,20	126,49
1.14.3	ARMAÇÃO DE BLOCO - AÇO CA 60 - 5,0MM - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	KG	1,53	17,64	26,99	4,39	6,71	33,70
1.14.4	ARMAÇÃO DE BLOCO - AÇO CA 50 - 10,0MM - FUNDAÇÃO E COBERTURA PADRÃO DE ÁGUA	KG	2,30	15,54	35,75	3,87	8,89	44,64
1.14.5	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS, 9X19X39CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO	M²	1,32	55,64	73,44	13,84	18,27	91,71
1.14.6	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS DE 14X19X39CM	M²	1,32	68,73	90,72	17,10	22,57	113,29
1.14.7	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M²	0,66	4,47	2,95	1,11	0,73	3,69
1.14.8	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MAIOR QUE 10M2.	M²	0,66	27,54	18,18	6,85	4,52	22,70
1.14.9	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL EM PVC SOLDÁVEL DN 25MM (3/4") - FORNEC. E INST.	UNID	1,00	187,77	187,77	46,71	46,71	234,48
1.14.10	HIDRÔMETRO DN 25MM (3/4") - 5,0M²/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00	150,24	150,24	37,37	37,37	187,61
								48.774,07
2.0	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA							
2.1	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE - ATÉ 1,0 Km	M³	429,87	8,58	3.650,00	2,14	917,89	4.607,89
2.2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO ARGILOSO	M³	429,87	8,80	3.782,86	2,19	940,99	4.723,84
2.3	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/ATERRO (COM TRANSPORTE ATÉ 10 KM)	M³	266,47	31,52	8.399,13	7,84	2.089,28	10.488,42
3.0	INFRA-ESTRUTURA (VIGAS BALDRAME)							
								19.820,15

ENGE BRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Engº Civil Assis Hil Mohamad
CPF: 026.788.9

Orgão Licitante: Município de Caçador

Local da Obra: E.M.E.B. Esperança Caçador SC

Objeto: Execução do mfechamento do terreno da E.M.E.B. Esperança

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Unit. Material	Total Material	Unit. Mão Obra	Total Mão Obra	Total Item
3.1	ESTACA BROCA DE CONCRETO Ø 20cm, PROFUNDIDADE ATÉ 1.50M ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO	M	31,50	60,55	1.907,39	15,06	474,46	2.381,85
3.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA COM MADEIRA SERRADA PARA VIGAS	M²	100,56	62,40	6.274,94	15,52	1.560,89	7.835,84
3.3	CONCRETO PARA VIGAS DE BALDRAME FCK - 25 MPa	M³	10,06	418,06	4.205,72	103,99	1.046,17	5.251,90
3.4	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M³	10,06	35,44	356,53	8,82	88,69	445,21
3.5	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 - Ø 5,00mm - MONTAGEM	KG	129,05	13,02	1.680,75	3,24	418,09	2.098,83
3.6	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 8,00mm - MONTAGEM	KG	198,61	13,13	2.607,35	3,27	648,58	3.255,93
3.7	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO.	M²	252,84	4,47	1.130,70	1,11	281,26	1.411,96
3.8	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M³	252,84	27,54	6.984,22	6,85	1.732,35	8.696,58
4.0	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENO	M²						31.378,10
4.1	MURO DE CONCRETO ARMADO	M	5,89	197,13	1.161,08	49,04	288,82	1.449,90
4.2	ESTACA BROCA DE CONCRETO Ø 50cm, PROFUNDIDADE ATÉ 2,00M ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO	M²						4.711,20
4.2.1	SAPATAS CORRIDAS	M²	22,00	171,49	3.772,74	42,66	938,47	4.711,20
4.2.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA COM MADEIRA SERRADA PARA SAPATAS CORRIDAS	M²	7,04	260,83	1.836,26	64,88	456,77	2.293,03
4.2.3	RESINADA, E=12 MM, 2 UTILIZAÇÕES	M³	18,54	418,06	7.750,91	103,99	1.928,04	9.678,94
4.2.4	CONCRETO PARA SAPATAS CORRIDAS FCK - 25 MPa	M³	18,54	35,44	657,06	8,82	163,44	820,50
4.3	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M³						5.738,90
4.3.1	PILARES	M³	65,28	70,40	4.595,71	17,51	1.143,18	5.738,90
4.3.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA COM MADEIRA SERRADA PARA PILARES	M²	5,72	418,06	2.391,33	103,99	594,84	2.986,17
4.3.3	CONCRETO PARA PILARES FCK - 25 MPa	M³	5,72	35,44	202,72	8,82	50,43	253,14
4.4	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M³						3.542,15
4.4.1	VIGAS	M³	31,80	89,20	2.836,56	22,19	705,59	3.542,15
4.4.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA COM MADEIRA SERRADA PARA VIGAS	M²	8,36	111,05	928,36	27,62	230,93	1.159,29
4.4.3	RESINADA, E=12 MM, 2 UTILIZAÇÕES	M³	3,81	418,06	1.592,82	103,99	396,21	1.989,04
4.4.4	CONCRETO PARA VIGAS FCK - 25 MPa	M³	3,81	35,44	135,03	8,82	33,59	168,61
4.5	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M³						45.776,78
4.5.1	PAREDES	M³	254,57	144,00	36.658,08	35,82	9.118,70	45.776,78
4.5.2	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 12 MM	M²	18,23	418,06	7.621,31	103,99	1.895,80	9.517,11
4.5.3	CONCRETO PARA PAREDES DE CONCRETO FCK - 25 MPa	M³	18,23	35,44	646,07	8,82	160,71	806,78
4.6	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	KG	389,59	13,02	5.074,02	3,24	1.262,16	6.336,18
4.7	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 - Ø 5,00mm - MONTAGEM	KG	39,78	13,20	525,10	3,28	130,62	655,71
4.8	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 6,30mm - MONTAGEM	KG	1.889,07	12,12	22.895,53	3,01	5.695,26	28.590,79
4.9	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 10,00mm - MONTAGEM	KG	419,48	10,38	4.355,88	2,58	1.083,53	5.439,41
4.10	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 12,50mm - MONTAGEM	KG	1.289,64	10,27	13.247,18	2,56	3.295,24	16.542,42
4.11	ARMAÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 - Ø 16,00mm - MONTAGEM	KG						1.193,11
4.12	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO.	M²	213,65	4,47	955,44	1,11	237,67	1.193,11
4.13	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M³	213,65	27,54	5.894,78	6,85	1.463,84	7.348,61
4.14	EMBOÇO TRAÇO 1:2:6 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENO	M²						

Orgão Licitante: Município de Caçador

Local da Obra: E.M.E.B. Esperança Caçador SC

Objeto: Execução do mfechamento do terreno da E.M.E.B. Esperança

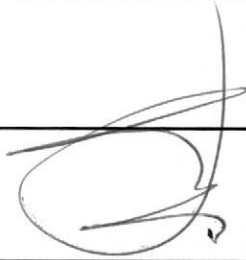
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Unit. Material	Total Material	Unit. Mão Obra	Total Mão Obra	Total Item
4.13	EMBOÇO TRAÇO 1:26 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE SEM DESEMPENO	M²	138,00	27,54	3.801,07	6,85	945,52	4.746,59
4.14	IMPERMEABILIZAÇÃO DE MURO COM TINTA BETUMINOSA, 2 DEMÃOS	M²	138,00	38,48	5.310,24	9,57	1.320,92	6.631,16
4.15	MANTA GEOTÊXIL COM NÚCLEO DRENANTE	M²	151,13	64,59	9.761,79	16,07	2.428,25	12.190,03
4.16	REATERRO COM BRITA 4 PARA DRENO - LANÇAMENTO MECANIZADO	M³	33,49	109,32	3.661,13	27,19	910,71	4.571,83
4.17	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 20 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	52,50	26,39	1.385,58	6,57	344,66	1.730,24
4.18	TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, PARA DRENO - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	M	72,60	11,87	861,91	2,95	214,40	1.076,31
5.0	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO							187.943,95
5.1	COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SOLO (SOQUETE)	M²	331,60	1,89	626,06	0,47	155,73	781,79
5.2	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM	M²	122,68	125,71	15.423,61	31,27	3.836,62	19.260,23
5.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM	M³XKM	1.226,90	1,89	2.316,39	0,47	576,20	2.892,59
5.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO	M²	26,53	621,94	16.500,17	154,71	4.104,42	20.604,59
5.5	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	M	175,70	45,61	8.013,33	11,34	1.993,31	10.006,64
5.6	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS	M	17,30	43,40	750,82	10,80	186,77	937,59
6.0	PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETOS INTERTRAVADOS							54.483,43
6.1	COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SOLO (SOQUETE)	M²	268,50	1,89	506,93	0,47	126,10	633,03
6.2	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM	M²	53,70	125,71	6.750,73	31,27	1.679,25	8.429,98
6.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM	M³XKM	537,00	1,89	1.013,86	0,47	252,20	1.266,05
6.4	EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM	M²	268,50	61,68	16.561,08	15,34	4.119,57	20.680,65
6.5	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	M	43,55	45,61	1.986,23	11,34	494,07	2.480,30
6.6	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO - EXCETO FORNECIMENTO DO BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM	M²	25,00	24,40	610,00	6,07	151,74	761,74
7.0	PAREDES E PAINÉIS							34.251,75
7.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39CM (ESPESSURA 14CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² SEM VÃOS	M²	107,81	84,14	9.071,56	20,93	2.256,55	11.328,12
7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO	M²	124,83	4,47	558,24	1,11	138,86	697,10
7.3	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M³	124,83	27,54	3.438,32	6,85	855,28	4.293,60
7.4	EMBOÇO TRAÇO 1:26 (E=2,5CM) COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE COM DESEMPENO - INCLUSIVE REQUADRO PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS (Ø 8X1,80M) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,44	850,62	1.224,90	211,59	304,69	1.529,59

ENGR. AU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

Local da Obra: E.M.E.B. Esperança Caçador SC

Objeto: Execução do mfechamento do terreno da E.M.E.B. Esperança

Item		Description	Unid.	Quant.	Unit. Material	Total Material	Unit. Mão Obra	Total Mão Obra	Total Item
8.0	PINTURA								
8.1	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS		M²	591,97	2,63	1.558,07	0,65	387,57	1.945,63
8.2	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRILICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOIS		M²	591,97	13,89	8.221,28	3,45	2.045,04	10.266,32
8.2									12.211,96
9.0	CERCA METÁLICA								
9.1	CERCA METÁLICA, GRADIL QUADRO 2,00x2,50M, MALHA 5x20CM, ARAME 4,30, PILARES METÁLICOS 2,60M A CADA 2,50M - 40x60MM, CHAPA 1,25MM, BASE CHUMBADA		M²	311,81	145,50	45.369,60	36,19	11.285,69	56.655,29
9.2	PORTÃO 5,00x2,10M (CORRER) - GRADIL QUADRO 2,00x2,50M, MALHA 5x20CM, ARAME 4,30, PILARES METÁLICOS 2,60M A CADA 2,50M - 40x60MM, CHAPA 1,25MM, BASE CHUMBADA		M²	6,30	636,00	4.006,80	158,21	996,69	5.003,49
9.3	PORTAO 3,00x2,10M (CORRER) - GRADIL QUADRO 2,00x2,50M, MALHA 5x20CM, ARAME 4,30, PILARES METÁLICOS 2,60M A CADA 2,50M - 40x60MM, CHAPA 1,25MM, BASE CHUMBADA		M²	6,30	636,00	4.006,80	158,21	996,69	5.003,49
9.4	PORTÃO 3,00x2,10M (ABRIR DUAS FOLHAS) - GRADIL QUADRO 2,00x2,50M, MALHA 5x20CM, ARAME 4,30, PILARES METÁLICOS 2,60M A CADA 2,50M - 40x60MM, CHAPA 1,25MM, BASE CHUMBADA - COM FECHADURA		M²	10,50	636,00	6.678,00	158,21	1.661,15	8.339,15
9.5	PORTÃO 1,20x2,10M (ABRIR) - GRADIL QUADRO 2,00x2,50M, MALHA 5x20CM, ARAME 4,30, PILARES METÁLICOS 2,60M A CADA 2,50M - 40x60MM, CHAPÀ 1,25MM, BASE CHUMBADA - COM FECHADURA		M²	2,52	636,00	1.602,72	158,21	398,68	2.001,40
9.6	PORTÃO 1,20x2,10M (ABRIR) - GRADIL QUADRO 2,00x2,50M, MALHA 5x20CM, ARAME 4,30, PILARES METÁLICOS 2,60M A CADA 2,50M - 40x60MM, CHAPÀ 1,25MM, BASE CHUMBADA - COM FECHADURA		M²	2,52	636,00	1.602,72	158,21	398,68	2.001,40
9.7	MOTOR PARA PORTÕES 1 HP		UNID	2,00	1.989,75	3.979,50	494,95	989,90	4.969,41
9.7									83.973,63
10.0	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS								
10.1	ESCOVAÇÃO MANUAL EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO E TUBO SOB PAVER)		M³	26,39	80,70	2.129,78	20,08	529,78	2.659,56
10.2	ESCOVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M		M³	18,78	10,89	204,48	2,71	50,86	255,34
10.3	REATERIO MANUAL APILOADO COM SOQUETE		M³	25,98	48,93	1.271,15	12,17	316,20	1.587,35
10.4	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO		UNID	1,00	2.189,41	2.189,41	544,62	2.734,02	2.734,02
10.5	FILTRO ANAEROBIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO		UNID	1,00	1.464,31	1.464,31	364,25	364,25	1.828,56
10.6	ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES		M	95,25	75,07	7.150,61	18,67	1.778,71	8.929,32
10.7	SERVICÓ DE INST. TUBO PVC, SERIE N., ESGOTO PREDAIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRIMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES		M	30,00	71,98	2.159,52	17,91	537,18	2.696,70
10.8	TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) PARA REDES COLETRORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RIGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NIVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO		M	100,00	88,51	8.851,20	22,02	2.201,74	11.052,94
10.9	CAIXA DE INSPEÇÃO DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO 0,40X0,40X0,40M, COM FUNDO E TAMPA		UNID	1,00	199,71	199,71	49,68	49,68	249,39
10.10	CAIXA PARA BOCA DE LOBO DUPLA RETANGULAR, EM CONCRETO PREMOLDADO, DIMENSOES INTERNAS: 0,60 X 2,20 X 1,20M		UNID	1,00	1.523,14	1.523,14	378,88	378,88	1.902,02
11.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES								
11.1	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS		M²	915,94	11,36	10.405,08	2,83	2.588,26	12.993,34
11.1						-			12.993,34

<p>Orgão Licitante: Município de Caçador Local da Obra: E.M.E.B. Esperança Caçador SC Objeto: Execução do mfechamento do terreno da E.M.E.B. Esperança</p>									
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Unit. Material	Total Material	Unit. Mão Obra	Total Mão Obra	Total Item	
12.0	SERVIÇOS FINAIS								
12.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	H	8,00	20,40	163,20	5,07	40,60	203,80	203,80
Valor total dos Serviços					430.652,87		107.124,90	537.777,77	
<p>  ENGE GRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP Engº Civil Assis Ali Mohamad CREA-SC 026188-3 </p>									

Data: 18/03/2022

Orgão Licitante: Município de Caçador

Local da Obra: E.M.E.B. Esperança Caçador SC

Objeto: Execução do mfechamento do terreno da E.M.E.B. Esperança

Item	Descrição	Total do Item	% Item	30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS		150 DIAS		180 DIAS	
				%	Reais	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%	Reais
01.	SERVIÇOS INICIAIS	48.774,07	9,07	2,72	14.632,22	2,72	14.632,22	3,63	19.509,63						
02.	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	19.820,15	3,69	1,47	7.928,06			1,47	7.928,06			0,74	3.964,03		
03.	INFRA ESTRUTURA (VIGAS DE BALDRAME)	31.378,10	5,83			5,83	31.378,10								
04.	MURO DE CONCRETO ARMADO	187.943,95	34,95	5,24	28.191,59	6,99	37.588,79	6,99	37.588,79	15,73	84.574,78				
05.	PAVIMENTAÇÕES EM CONCRETO	54.483,43	10,13					5,07	27.241,71	5,07	27.241,71				
06.	PAV. BLOCOS CONCRETO INTERTRAVADOS	34.251,75	6,37							2,55	13.700,70	3,82	20.551,05		
07.	PAREDES E PAINÉIS	17.848,41	3,32									3,32	17.848,41		
08.	PINTURA	12.211,96	2,27											2,27	12.211,96
09.	CERCA METÁLICA	83.973,63	15,61									5,47	29.390,77	10,15	54.582,86
10.	INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	33.895,20	6,30	3,78	20.337,12	2,52	13.558,08								
11.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	12.993,34	2,42											2,42	12.993,34
12.	SERVIÇOS FINAIS	203,80	0,04											0,04	203,80
TOTAL SIMPLES		537.777,77	100,00	13,22	71.088,99	18,07	97.157,19	17,16	92.268,19	23,34	125.517,19	13,34	71.754,26	14,87	79.991,95
TOTAL ACUMULADO		537.777,77	100,00	13,22	71.088,99	31,29	168.246,18	48,44	260.514,37	71,78	386.031,56	85,13	457.785,82	100,00	537.777,77

ENGEBRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP
Engº Civil Asss Ali Mohamad
CREA-SC 026.789-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC

DO BDI { BENEFÍCIO (LUCRO) E DESPESAS INDIRETAS }

OPÇÃO: Lucro Presumido

COMPONENTES DO BDI	PERCENTUAL	%	INCIDÊNCIA	IMPOSTOS	PERCENTUAL	% OUTROS COMPONENTES DO BDI (1)	PERCENTUAL	%	INCIDÊNCIA
ADM. CENTRAL	4,8000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO	PIS	0,65	% ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO
LUCRO BRUTO	6,9000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO	COFINS	3,00	% CANTEIRO DE OBRA		%	SOBRE O CUSTO DIRETO
IMPOSTOS	0,0000	%	SOBRE O PREÇO DE VENDA DO EMPREENDIMENTO	ISS	2,00	% MOB. PESSOAL E EQUIPAMENTOS	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO
IMPREVISTOS	0,5000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO			% EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0,000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO
DESP. FINANCEIRAS	1,0000	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO			% SEGUROS	2,500	%	SOBRE O CUSTO DIRETO
OUTROS COMPONENTES	1,0500	%	SOBRE O CUSTO DIRETO DO EMPREENDIMENTO			% TAXAS E EMOLUMENTOS	0,500	%	SOBRE O CUSTO DIRETO
						% DIVERSOS (2)		%	SOBRE O CUSTO DIRETO

$$\text{FÓRMULA} \quad \text{BDI} = \frac{(1+X) \times (1+Y) \times (1+Z) \times (1+R)}{(1-I)} - 1$$

$$\text{BDI} = \frac{(1 - 0,00650) \times (1,05850) \times (1,01000) \times (1,06900) \times (1,00500)}{0,03000} - 1$$

$$\text{BDI} = \frac{1,14857}{0,94350} - 1$$

$$\text{BDI} = 1,2173 - 1$$

$$\text{TAXA DO BDI} = 21,73\%$$

Variáveis constantes da fórmula:

X = Taxa da somatória das despesas indiretas: administração central e outros componentes, exceto tributos e despesas financeiras - X = (ADM. CENTRAL + OUTROS COMPONENTES);
Y = Taxa de custo financeiro do capital de giro (despesas financeiras) - Y = (DESP. FINANCEIRAS);
Z = Taxa representativa do lucro - Z = (LUCRO BRUTO);
R = Taxa de risco do empreendimento (imprevistos) - R = (IMPREVISTOS);
I = Taxa representativa da incidência dos impostos - I = (PIS + COFINS + ISS).

TRIBUTOS	RETENÇÃO
IR =	1,20
CSLL =	1,08
PIS =	0,65
COFINS =	3,00
ISS =	2,00

ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Engº Civil Assis Ali Mohamad
CREA-SC 026.788-9

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE ENCARGOS SOCIAIS

 Empresa Proponente: **Engegrau Construções Ltda** CNPJ: 18.645.350/0001/34

A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		45,80%
A1	INSS	28,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro contra acidente de Trabalho (SAT)	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário - SECONCI	1,00%
B - ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE A		28,83%
B1	Repouso semanal remunerado	8,00%
B2	Feriados	0,00%
B3	Auxílio enfermidade	0,69%
B4	13º salário	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,56%
B7	Dias de Chuvas	0,00%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,09%
B9	Férias Gozadas	11,08%
B10	Salário Maternidade	0,02%
C - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE A		11,28%
C1	Aviso prévio indenizado	3,79%
C2	Aviso prévio trabalhado	0,27%
C3	Férias indenizadas	3,40%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	3,50%
C5	Indenização adicional	0,32%
D - REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE OUTRO		6,58%
D1	Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B	6,17%
D2	Reic. GA s/ aviso prévio trabalhado e reic. Do FGTS s/ aviso prév. Inden.	0,41%
TOTAL (A+B+C+D)		92,49%

Os encargos sociais correspondem á 92,49 % (Noventa e Dois virgula Quarenta e Nove Pontos Percentuais)

 ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
 Engº Civil Assis Ali Mohamad
 CREA-SC 026.738-9

HABILITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>
administracao@cacador.sc.gov.br

Usuário: Valquíria Aparecida

Chave de Autenticação Digital
2025-1447-651

Página
1 / 1

116

Certificado de Registro Cadastral

Número: 472

Fornecedor: 10777 - ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Endereço: AV XV DE NOVEMBRO, 305 - CENTRO

CEP: 89.540-000

Cidade: Santa Cecília - SC

CPF/CNPJ: 18.345.650/0001-34

Inscr. Estadual: ISENT0

Inscr. Municipal: 1626

Capital Social:

Objeto Social:

Observação:

Atividades

Código CNAE	Denominação
4120-4/00	Construção de edifícios
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4313-4/00	Obras de terraplenagem

Documentos apresentados

Código	Documento	Número	Emissão	Validade
47	Alvará de licença para localização e permanência	401/2021	23/02/2021	31/12/2021
48	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Fazenda Fe	1FD7.1296.EBEF.2221	13/03/2021	09/09/2021
49	CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	210140036176904	22/03/2021	21/05/2021
50	Certidão negativa de débitos Municipal	406	12/04/2021	12/05/2021
51	CERTIDAO NEGATIVA DO FGTS	2021041603081637454476	16/04/2021	13/08/2021
52	CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS (CNDT)	6937312/2021	23/02/2021	21/08/2021
53	CERTIDAO FALENCIA E CONCORDATA SAJ	8399505	03/05/2021	30/06/2021
54	CERTIDAO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EPROC	850853	03/05/2021	30/06/2021

Certificamos que a empresa acima qualificada encontra-se cadastrada no cadastro de fornecedores desta Prefeitura, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, ressalvadas outras exigências complementares inseridas no respectivo Edital.

Data de emissão: 13/05/2021

Válido até: 13/05/2022

Valquíria Aparecida Alves Ribeiro

Responsável pelo Cadastro

Tab. de Notas e Protesto de Santa Cecília

Estado de Santa Catarina

Tabellionato de Notas e Protesto de Santa Cecília

Município e Comarca de Santa Cecília

ADEMIR GRANEMANN GAUDENCIO - Tabelião

Rua Joao Goetten Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecília - SC, 89540-000 - (49)

3244-2464 - tabellionato@yaho.com.br

Autenticação: Autentico a presente cópia fotostática por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 4,02 | 1 Selo de Fiscalização Pago

(GHW32234-1HA7) = R\$ 2,82 | ISS = R\$ 0,13 | Total = R\$ 6,97 | Recibo Nº: 240489

Selo Digital de Fiscalização GHW32234-1HA7

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Santa Cecília - 11 de novembro de 2021



MARAIZA SENN - Escrevente

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

OLINO GABRIEL DOS SANTOS nacionalidade Brasileira, nascido em 22/03/1979, Solteiro, Motorista, CPF Nº 023.938.659-00, Carteira de Identidade Nº 3.552.671, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Nakayama, 44, Casa, Marciliano Fernandes, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL, representado neste ato por seu PROCURADOR FRANCISCO SARTORELLI, nacionalidade Brasileira, nascido em 19/02/1955, Casado em Comunhão Parcial de Bens, CONTADOR, CPF Nº 294.352.189-20, Carteira de Identidade Nº 788883, Órgão Expedidor SSP - SC, endereço: Rua Manoel José de Souza, 529, Centro, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000.

ASSIS ALI MOHAMAD nacionalidade Brasileira, nascido em 12/11/1964, Separado Judicialmente, ENGENHEIRO CIVIL, CPF Nº 538.404.379-20, Carteira de Identidade Nº 1.754.822, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Nereu Ramos, 938, Centro, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000, BRASIL, representado neste ato por seu PROCURADOR FRANCISCO SARTORELLI, nacionalidade Brasileira, nascido em 19/02/1955, Casado em Comunhão Parcial de Bens, CONTADOR, CPF Nº 294.352.189-20, Carteira de Identidade Nº 788883, Órgão Expedidor SSP - SC, endereço: Rua Manoel José de Souza, 529, Centro, SANTA CECILIA, SC, CEP 89540000.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205039981, com sede Av Xv de Novembro, 305, Sala 2, Centro Santa Cecília, SC, CEP 89540000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 18.345.650/0001-34, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 600.000 (seiscentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social por motivo de AUMENTO DO CAPITAL COM APROVEITAMENTO DE LUCROS ACUMULADOS, este fica assim distribuído:

OLINO GABRIEL DOS SANTOS, com 6.000 (seis mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) integralizado.

ASSIS ALI MOHAMAD, com 594.000 (quinhentos e noventa e quatro mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais) integralizado.

Req: 81900001219099



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;



Página 1

27/09/2019



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4B1X078PLZkebP9A03qY0A&chave2=lg8cwwspn_-ckGj5CvulRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 29435218920-FRANCISCO SARTORELLI

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) ASSIS ALI MOHAMAD com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece SANTA CECÍLIA SC.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

Cláusula 1ª – Nome Empresarial: A sociedade gira sob o nome empresarial de: "ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA"

Cláusula 2ª – Sede e Foro Jurídico: A sede e foro jurídico da sociedade são na Av. XV de Novembro, 305 – Sala 2 - Centro – Santa Cecília SC – CEP 89 540 000.

Cláusula 3ª – Início das Atividades: A sociedade iniciou suas atividades em 10 de Junho de 2013 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula 4ª – Objetivo Social A sociedade tem por objeto social o ramo de: **Construção Civil, Pavimentação de Ruas e Terraplenagem.**

Parágrafo Único: A Responsabilidade Técnica ficará a cargo do Engenheiro Civil Assis Ali Mohamad, CREA-SC 26.788-9.

Req: 81900001219099

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

27/09/2019

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

Cláusula 5ª – Capital Social:

5-1 - O capital da sociedade é de **R\$ 600.000,00** (Seiscentos mil reais), divididos em 600.000 (Seiscentos mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), já totalmente integralizado em moeda corrente do País.

5-2 - O Capital Social está assim distribuído entre os sócios:

N O M E S	Quotas Sociais	Valor Total	Percentual
Assis Ali Mohamad	594.000	R\$ 594.000,00	99%
Olinho Gabriel dos Santos	6.000	R\$ 6.000,00	01%
T O T A L	600.000	R\$ 600.000,00	100%

Cláusula 6ª – Responsabilidade dos Sócios: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 7ª – Abertura de Filiais: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula 8ª – Prazo de Duração: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Cláusula 9ª – Da Administração: A administração da sociedade caberá ao sócio **Assis Ali Mohamad**, com poderes e atribuições de administrador, o qual poderá representar a sociedade em Juízo ou fora dele autorizado ao uso do nome empresarial. Vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula 10ª – Impedimento de uso da Denominação Social: É vedado ao administrador e/ou procuradores usar o nome da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais, como fianças, avais e endossos, respondendo o infrator pelos danos causados.

Cláusula 11ª – Pró-labore: Pelos serviços prestados, os sócios administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore e cuja quantia será fixada pela maioria em reunião de cotista.

Cláusula 12ª – Transferência de Quotas:

1 - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados aos demais sócios, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem seu direito de preferência. Após esse prazo, em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros estranhos a sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição, preço e condições de pagamento.

Req: 81900001219099

Página 3

27/09/2019



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

2 - Se todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas e ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e ou direitos que sobejarem.

3 - Decorrido o prazo de preferência de subscrição e assumida pelos sócios ou por terceiros a totalidade do aumento, haverá reunião de sócios para que seja aprovada a modificação do contrato social.

4 - Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiros, pelo preço mínimo indicado anteriormente.

5 - Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento referente ao exercício do direito de preferência terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

Cláusula 13ª - Da retirada, exclusão de sócio, da resolução das quotas de um sócio em relação a sociedade.

1 - A retirada de um sócio se dará pela sua vontade unilateral, pelo óbito, pela falência da sociedade empresarial, pela liquidação de suas quotas obtidas pela sua execução conforme prevê o art.1.026 da lei 10406/2002.

2 - O sócio que desejar retirar-se da sociedade, fará a comunicação por escrito aos demais sócios e a própria sociedade, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, procedendo de acordo com as disposições da cláusula 14ª.

3 - O sócio também poderá ser expulso ou excluído da sociedade, por atos de inegável gravidade, justa causa ou incapacidade superveniente, conforme previsto no Parágrafo Único do art.1085 da Lei 10406/2002.

Cláusula 14ª - Falecimento de Sócio: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 15ª - Exercício Social: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único: A administração poderá, a pedido dos sócios, elaborar balanços intermediários e os sócios poderão deliberar pela distribuição total ou parcial dos lucros apurados.

Cláusula 16ª - Prestação de Contas do Balanço: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Req: 81900001219099

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

27/09/2019

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 DA SOCIEDADE ENEGRAU CONSTRUÇÕES
LTDA**

CNPJ nº 18.345.650/0001-34

Cláusula 17ª - Normas contratuais omissas: Os casos omissos e não previstos neste contrato serão regulados por lei em vigor.

Cláusula 18ª - Foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cecília - SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Cláusula 19ª - Declaração dos Sócios: Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

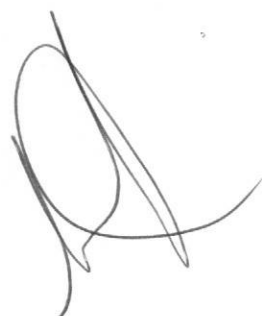
E por estarem devidamente contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, comprometendo-se, por si e seus herdeiros, a tudo fielmente cumprirem.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

SANTA CECÍLIA, 25 de setembro de 2019.

OLINO GABRIEL DOS SANTOS
P/P: FRANCISCO SARTORELLI

ASSIS ALI MOHAMAD
P/P: FRANCISCO SARTORELLI



Req: 81900001219099

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

27/09/2019





JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



195603362

122

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ENEGRAU CONSTRUÇOES LTDA
PROTOCOLO	195603362 - 25/09/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42205039981
CNPJ 18.345.650/0001-34
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/09/2019
SOB N: 20195603362

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20195603362

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 29435218920 - FRANCISCO SARTORELLI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/09/2019

Arquivamento 20195603362 Protocolo 195603362 de 25/09/2019 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUÇOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 151180041244680

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/09/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

27/09/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

123

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.345.650/0001-34 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/06/2013
NOME EMPRESARIAL ENGEGRU CONSTRUÇOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSTRUTORA ENGEMO		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV XV DE NOVENBRO	NÚMERO 305	COMPLEMENTO SALA 2
CEP 89.540-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SANTA CECILIA
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (49) 3244-2677/ (49) 9914-2680	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/06/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/03/2022 às 08:57:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA**
CNPJ: **18.345.650/0001-34**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 20:52:43 do dia 24/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/05/2022. ✓

Código de controle da certidão: **1732.1600.BD15.38AD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA**

CNPJ/CPF: **18.345.650/0001-34**

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:
Número da certidão:
Data de emissão:
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158,
modificado pelo artigo 18 da Lei nº
15.510/11.):

Lei nº 3938/66, Art. 154
220140025652771
17/02/2022 08:57:07
18/04/2022 ✓

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>



126

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA - EPP CNPJ: 18345650000134

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Imóvel: 767 - Inscrição: 01.01.003.0143.001.1 - Lote 31 - Quadra F
Endereço: XV DE NOVENBRO, S/N - Bairro Centro - CEP 89.540-000

Imóvel: 768 - Inscrição: 01.01.003.0157.001.1 - Lote 29 - Quadra F
Endereço: XV DE NOVENBRO, 305 - Bairro Centro - CEP 89.540-000

Imóvel: 771 - Inscrição: 01.01.003.0245.001.1 - Lote 30 - Quadra F
Endereço: SARGENTO JUVENIL, 518 - Bairro Centro - CEP 89.540-000

Código de Controle

CWK1GNGYXDB8FBI1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Santa Cecília (SC), 17 de Fevereiro de 2022

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF****Inscrição:** 18.345.650/0001-34**Razão Social:** ENGEGRAU CONSTRUCOES LTDA EPP**Endereço:** AV XV DE NOVEMBRO 305 SALA 2 / CENTRO / SANTA CECILIA / SC / 89540-000

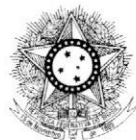
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/03/2022 a 09/04/2022 ✓**Certificação Número:** 2022031101344149367435

Informação obtida em 17/03/2022 09:04:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 18.345.650/0001-34

Certidão nº: 56744048/2021

Expedição: 14/12/2021, às 11:11:19

Validade: 11/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.345.650/0001-34**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

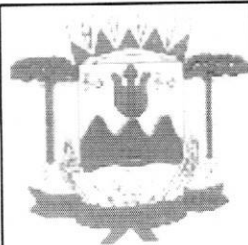
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

Santa Catarina

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
DIVISÃO FISCALALVARÁ DE LICENÇA
PARA LOCALIZAÇÃO

EXERCÍCIO

2022 /

Nº 296/2022

RAZÃO SOCIAL

1626 - ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

CNPJ/CPF

18.345.650/0001-34

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

1626

ENDEREÇO

Avenida XV DE NOVEMBRO, 305 - Compl. AP/E: SALA 2, REF: AO LADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO -

ATIVIDADES

Construção de edifícios

Obras de alvenaria

Obras de terraplenagem

Obras de urbanização ruas, praças e calçadas

Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Artigo 3º Lei Municipal 1.362 de 23/08/2005

VÁLIDO ATÉ 31/12/2022 ✓

CÓDIGO DE CONTROLE

CW6DS3XDUZP9YZQ0

USO EXCLUSIVO DA PREFEITURA

Santa Cecília (SC), 31 de Janeiro de 2022

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA EPP

Aprovado em: 17/07/2013

CNPJ: 18.345.650/0001-34

Registro: 121518-7

Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 SALA 02 CENTRO
 89540-000 SANTA CECILIA SC

Número da alteração contratual: 3

Data da certificação: 27/09/2019

Capital social atual: R\$ 600.000,00 - SEISCENTOS MIL REAIS

Objetivos Sociais aprovado junto ao CREA-SC: ATIVIDADES TECNICAS APROVADAS PELO CREA-SC, LIMITADAS A(S) AREA(S) DE: ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA MECANICA E ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO: CONSTRUCAO CIVIL, PAVIMENTACAO DE RUAS E TERRAPLENAGEM.

Responsáveis Técnicos:

Nome: ASSIS ALI MOHAMAD

Responsabilidade Técnica aprovada em 17/07/2013

Registro: SC S1 026788-9 Expedido pelo CREA-SC

RNP: 2500829529

Título: ENGENHEIRO CIVIL

ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuições do Profissional: "ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA" "ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/91 DO CONFEA"

Nome: JADER ANTONIO MAZUTTI DE GERONI

Responsabilidade Técnica aprovada em 19/06/2018

Registro: SC S1 155556-4 Expedido pelo CREA-SC

RNP: 2517270031

Título: ENGENHEIRO MECANICO

Atribuições do Profissional: ARTIGO 7 DA LEI 5.194 DE 1966, COMBINADO COM O ARTIGO 12 DA RESOLUCAO 218 DE 1973 DO CONFEA.

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA-SC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.

Emitida às **09:45:35** do dia **05/04/2021** válida até **31/03/2022**

Código de controle de certidão: **9HA9-8B8F-0DH1-0204**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br)

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC



CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005

Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: ASSIS ALI MOHAMAD
CPF: 538.404.379-20
Registro: SC S1 026788-9
Registro Nacional: 2500829529
Endereço: RUA NEREU RAMOS 280 CASA CENTRO
 89540-000 SANTA CECILIA SC

Aprovado em: 16/12/1988

Expedido pelo CREA-SC

Títulos

Título: ENGENHEIRO CIVIL

Escola: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Data: 16/12/1988

Título: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Escola: UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC

Data: 04/08/2000

Atribuições profissionais: "ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA""ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/91 DO CONFEA"

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **09:43:21** do dia **05/04/2021** válida até **31/03/2022**.

Código de controle de certidão: **5H75-5D5D-6453-1H02**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.



CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
 Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: JADER ANTONIO MAZUTTI DE GERONI

Aprovado em: 02/03/2018

CPF: 070.209.719-54

Registro: SC S1 155556-4

Expedido pelo CREA-SC

Registro Nacional: 2517270031

Endereço: RUA CURITIBANOS 376 APTO 301 CENTRO
89500-079 CACADOR SC

Títulos

Título: ENGENHEIRO MECANICO

Escola: UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA UNOESC

Data: 02/03/2018

Atribuições profissionais: ARTIGO 7 DA LEI 5.194 DE 1966, COMBINADO COM O ARTIGO 12 DA RESOLUCAO218 DE 1973 DO CONFEA.

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **09:36:09** do dia **19/04/2021** válida até **31/03/2022**

Código de controle de certidão: **CHFF-DA59-0C5F-6HA1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC



CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.345.650/0001-34, com sede à Avenida XV de Novembro, 305 sala 02, Santa Cecília SC, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Sr. Assis Ali Mohamad, Brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado Avenida Nereu Ramos, 280, Centro, Santa Cecília SC, portador da C.I. nº 1.754.822 SSP/SC, CPF nº 538.404.379-20, ora aqui Denominado de CONTRATANTE, de outro lado o Sr. Jader Antonio Mazutti de Geroni, Brasileiro, Solteiro, Engenheiro Mecânico, residente e domiciliado à Rua José Ramos nº 514, Centro, Município de Calmon SC, Inscrição no CPF sob nº 070.209.719-54 e C.I. nº 4.662.793/SSP-SC, inscrito no CREA SC sob nº 155556-4, ora adiante denominado simplesmente de CONTRATADO, convencionam e contratam entre si o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

Parágrafo Primeiro: O CONTRATADO, pelo presente instrumento, na qualidade de Engenheiro Mecânico, obriga-se a prestar ao CONTRATANTE o trabalho de Engenheiro Mecânico, em período de 10 (dez) horas semanais, sendo das 08h:00 às 11h00 de Segunda a Terça e das 08h00 às 12h00 na quarta-feira, orientar os funcionários além de subscrever como responsável técnico, cumprir com o regulamento interno da Empresa, o Contratado deverá manter o respectivo e regular Registro na entidade competente, sob pena de, correndo a suspensão do exercício profissional ou cancelamento de sua inscrição, por qualquer penalidade, ser este instrumento contratual de imediato considerado extinto, sem incidência de possível indenização,

Parágrafo Segundo: Havendo a rescisão contratual deste instrumento, não confere à qualquer das partes contratantes, o direito recíproco e percepção de qualquer valor à título de direito rescisório.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Prazo / Remuneração:

Parágrafo Primeiro: O prazo do presente instrumento contratual será por tempo indeterminado.


Parágrafo Segundo: Fica as partes acordadas que o presente instrumento contratual poderá sem prévio aviso ser rescindido por qualquer uma das partes.

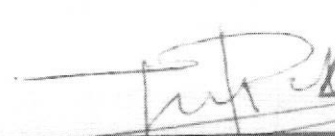
Parágrafo Terceiro: O Contratado perceberá pelos serviços prestados o valor de 02 (dois) salários mínimos nacional.

Fica eleito o fórum da Comarca de Santa Cecília SC, para dirimir qualquer dúvida que venha ocorrer no período de prestação dos serviços técnicos acima descritos.

E, por estarem de acordo, as partes, assinam o presente instrumento contratual em duas vias de igual teor e forma.

Santa Cecília SC, 03 de Maio de 2018.


Engegrau Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad
Sócio Administrador


Jader Antonio Mazutti De Geroni
Engº Mecânico-Crea SC 155556-4
Contratado

Autenticação : Autentico a presente cópia fotostática por ser uma
 3244-2464 - tabellonatosta@yahoo.com.br
 Rua Joao Goetten Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecilia - SC, 89540-000 - (49)
 ADEMIR GRANEMANN GAUDENCIO - Tabelião
 Município e Comarca de Santa Cecilia
 Tabellionato de Notas e Protesto de Santa Cecilia
 Estado de Santa Catarina

Estado de Santa Catarina
 Tabellionato de Notas e Protesto de Santa Cecilia
 Município e Comarca de Santa Cecilia
 ADEMIR GRANEMANN GAUDENCIO - Tabelião
 Rua Joao Goetten Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecilia - SC, 89540-000 - (49)
 3244-2464 - tabellonatosta@yahoo.com.br

Autenticação : Autentico a presente cópia fotostática por ser uma
 reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual
 conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 4,44 | 1 Selo de Fiscalização Pago
 (GJT74229-5BGV) = R\$ 3,11 | ISS = R\$ 0,15 | Total = R\$ 7,70 | Recibo Nº: 242539
Selo Digital de Fiscalização GJT74229-5BGV
 Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
 Dou fé, Santa Cecilia - 07 de janeiro de 2022

MARAIZA SENN - Escrevente

2º TABELLONATO DE NOTAS E PROTESTO DE CAÇADOR - SC
 Av. Barão do Rio Branco, 05, Centro, CEP: 89500-145, Caçador, SC. Fone/Fax: 49 3561.7900
 Gustavo da Silva Brasil - Tabelião, contato@tabellonatobrasil.net.br, www.tabellonatobrasil.net.br
 Segunda à Sexta: 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 18:00

RECONHEÇO por AUTENTICA a(s) assinatura(s) de:
 JADER ANTONIO MAZUTTI DE GERONI.....

Emol: R\$ 3,25 - Selo R\$1,95 - ISS R\$0,16 = Total R\$5,36
 Selo Digital de Fiscalização do tipo: Normal FLJ91321-V880

Caçador - SC, 26 de abril de 2019.

Ana Tadeia Stringelin - Escrevente
 confira os dados do ato em www.tjsc.jus.br/selo



Estado de Santa Catarina
 Tabellionato de Notas e Protesto de Santa Cecilia
 ADEMIR GRANEMANN GAUDENCIO - Tabelião
 Rua Joao Goetten Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecilia - SC, 89540-000 - (49)
 3244-2464 - tabellonatosta@yahoo.com.br

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé
 ASSIS ALI MOHAMAD (FLO15167-J7V7) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 3,25 | 1 Selo de
 Fiscalização pago R\$ 1,95 | Total R\$ 5,20 | Recibo Nº: 207733.
 Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
 Dou fé, Santa Cecilia - 29 de abril de 2019

IANARA ALVES TUNI CARDOZO - Escrevente



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitibaanos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTO e DECLARO, para os devidos fins e a quem possa interessar, que a Empresa **ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA.**, com CNPJ n.º 18.645.350/0001/31, Registro no CREA (SC) sob n.º 121.518-7, com sede à Av. XV de Novembro, 305, executou a Obra abaixo discriminada, com a Responsabilidade do Eng.º Civil **ASSIS ALI MOHAMAD, CREA (SC) n.º 26.788-9 (ART's n.ºs 6819175-1, 7517768-8, 720598-1, 7520623-9 e 7546490-0)** e do Eng.º Mecânico **JADER MAZUTTI DE GERONI (ART n.º 7533204-8)**.

1 - NATUREZA: Construção do Centro de Educação Infantil – CEI São José no Município de Curitibaanos SC, sendo Cobertura em estrutura Metálica e telhas metálicas Aluzinc 0,50 mm, e concreto estrutural/estrutura em concreto armado fck=30 mpa, alvenaria em bloco cerâmico 14x19x24 cm, estacas tipo hélice contínua, laje pré fabricada treliçada h= 16 cm com isopor, divisórias em granito polido e=3 cm, pavimentação em porcelanato 60 x 60 cm, execução de grade metálica tipo cerca para fechamento frontal e para janelas, pastilhas 10x10 cm em paredes, sistema preventivo incêndio extintores 06 unidades, conforme descrito abaixo:

DESCRIMINAÇÃO	ÁREA/ VOLUME	DESCRIMINAÇÃO	ÁREA / VOLUME
Edifício em alvenaria para fins especiais	1.754,50 m²	Instalações elétricas fins comerciais em baixa tensão (trifásica)	1.754,50 m²
Instalações hidráulicas	1.754,50 m²	Cobertura com telhas metálicas (Montagem)	1.295,00 m²
Concreto estrutural	174,47 m³	Fundação superficial tipo sapatas	1.754,50 m²
Estrutura Metálica para cobertura (Fabricação e montagem)	1.295,00 m²	Laje pré fabricada treliçada	1.291,00 m²
Sistema preventivo incêndio – Conjunto extintores	1.754,50 m²	Sistema preventivo incêndio – Rede de Hidrantes	1.754,50 m²
Rede hidrossanitária	1.754,50 m²	Sistema preventivo incêndio – Sinalização de Emergência	1.754,50 m²
Sistema preventivo incêndio – Saídas de Emergência	1.754,50 m²	Estrutura em concreto armado	1.754,50 m²
Estaqueamento	200,00 ml	Pavimentação em piso intertravado tipo paver e= 6 cm	330,00 m²
Pavimentação em piso intertravado tipo paver e= 8 cm	750,00 m²	Cisterna	5.000,00 litros
Piso em concreto	315,00 m²	Muro arrimo em concreto	18,98 m³
Contrapiso	1.768,00 m²	Piso em porcelanato	905,00 m²
Revestimento Cerâmico paredes	740,00 m²	Revestimento Cerâmico (pastilhas paredes)	240,00 m²
Pintura esmalte sintético	90,00 m²	Pintura acrílica com selador pigmentado	5.464,00 m²
Forro PVC	430,00 m²	Compactação aterro e/ou base	2.550,00 m³
Aterro	2.550,00 m³	Piso em madeira laminado AC-4 e=8cm	705,00 m²
Drenagem	95,00 m²	Calha pluvial metálica	212,00 ml



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Curitibaanos

Instalação de Janelas em alumínio	154,06 m²	Instalação de porta de alumínio	45,06 m²
Instalação de portas em madeira	74,13 m²	Divisórias	26,50 m²
Alvenaria de bloco cerâmico	2.530,00 m²	Aterramento elétrico em SPDA	1.754,50 m²
Sistema proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	1.754,50 m²	Reboco	6.380,00 m²
Chapisco	6.380,00 m²	Instalação de grade	80,00 m²
Muro	660,00 m²	Central gás em edificações	1.754,50 m²
Sistema preventivo incêndio - Alarme Incêndio	1.754,50 m²	Sistema preventivo incêndio - Iluminação de Emergência	1754,50 m²

2 - INICIO: 12/11/2018

3 - TÉRMINO: 04/10/2020

4 - OBRA : Centro de Educação Infantil -CEI São José – Curitibaanos SC

5 - ART's n.ºs : 6819175-1, 7517768-8, 7520598-1, 7520623-9 e 7546490-0 – Engenheiro Civil Assis Ali Mohamad CREA SC nº 026.788-9

6 - ART nº: 7533204-8 – Engenheiro Mecânico Jader Antonio Mazutti CREA SC 155.556-4

7 - LOCAL DAS OBRAS: Rua Avenida Governador Jorge Lacerda, s/nº - Curitibaanos SC.

A obra foi executada dentro das Normas Técnicas, e de acordo com projetos e memoriais, teve um desempenho a contento e, não existindo nenhum fato que desabone sua idoneidade.

Outrossim, autorizamos o agente executor a vistoriar a referida obra.

Curitibaanos (SC), 15 de Outubro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Secretaria do Planejamento e Urbanismo

Eng.º Silbert Provesi
 CREA - 34585-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Secretaria do Planejamento e Urbanismo

Waleska Cararo Machado
 Arquiteta e Urbanista
 CAU A102477-9



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **ASSIS ALI MOHAMAD**

Registro.....: SC S1 026788-9

C.P.F.....: 538.404.379-20

Data Nasc.....: 12/11/1964

Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL

DIPLOMADO EM 16/12/1988 PELO(A)
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
BLUMENAU - SC

Títulos.....: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

DIPLOMADO EM 04/08/2000 PELO(A)
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC
MAFRA - SC

•**ART 6819175-1**

Empresa.....: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA EPP

Proprietário.: FUNDO MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Endereço Obra: AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA S NO

Bairro.....: SAO JOSE

89520 - CURITIBANOS

- SC

Registrada em: 13/12/2018

Baixada em.. 14/10/2020

Periodo (Previsto) - Início: 12/11/2018 Término.....: 12/11/2019

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo....: NORMAL

EXECUCAO

EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS ESPECIAIS

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

INSTALACOES HIDRAULICAS

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

REDE HIDROSSANITARIA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

ESTAQUEAMENTO

Dimensão do Trabalho ...: 200,00 METRO(S)

FUNDACAO SUPERFICIAL TIPO SAPATA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - CONJUNTO DE EXTINTORES

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - REDE DE HIDRANTES

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - SINALIZACAO DE EMERGENCIA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - SAIDAS DE EMERGENCIA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

Certidão de Acervo Técnico nº 252020123609 emitida em 13/11/2020



**Certidão de Acervo Técnico - CAT**

Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO.

252020123609

Atividade concluída

138**CONCRETO ESTRUTURAL**

Dimensão do Trabalho ... 174,47 METRO(S) CUBICO(S)

COBERTURA

Dimensão do Trabalho ... 1.295,00 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO DE UM EDIFICIO EM ALVENARIA EM UM PAVIMENTO DESTINADO A CRECHE
CEIM SAO JOSE COBERTURA EM TELHA DE ACO ZINCADO PRAZO DE EXECUCAO DE 365 DIAS**•ART 7517768-8**

Empresa..... ENEGRAU CONSTRUcoes LTDA EPP

Proprietário.: FUNDO MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Endereço Obra: AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA S NO

Bairro..... SAO JOSE

89520 - CURITIBANOS

- SC

Registrada em: 21/09/2020

Baixada em.. 14/10/2020

Período (Previsto) - Início: 12/11/2018 Término.....: 30/09/2020

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo.... COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 6819175-1

Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

EXECUCAO**PAVIMENTACAO EM PAVER**

Dimensão do Trabalho ... 750,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PAVIMENTACAO EM PAVER

Dimensão do Trabalho ... 330,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CISTERNA

Dimensão do Trabalho ... 5.000,00 LITRO(S)

MUROS DE ARRIMO DE CONCRETO ARMADO

Dimensão do Trabalho ... 18,98 METRO(S) CUBICO(S)

PISO EM CONCRETO

Dimensão do Trabalho ... 315,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CONTRA PISO

Dimensão do Trabalho ... 1.768,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PISO DE PORCELANATO

Dimensão do Trabalho ... 905,00 METRO(S) QUADRADO(S)

LAJE PRE-FABRICADA

Dimensão do Trabalho ... 1.291,00 METRO(S) QUADRADO(S)

REVESTIMENTO CERAMICO

Dimensão do Trabalho ... 740,00 METRO(S) QUADRADO(S)

REVESTIMENTO CERAMICO

Dimensão do Trabalho ... 240,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PINTURA

Dimensão do Trabalho ... 90,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PINTURA

Dimensão do Trabalho ... 5.464,00 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO DE PAVER 8CM 6 CM EXECUCAO DE PASSEIOS LAJE PREMOLDADA
TRELICADA H 16 CM PINTURA ACRILICA ESMALTE SINTETICO ESTACAS TIPO HELICE CONTINUA D
30 CM COBERTURA TELHA METALICA 0 50MM**Certidão de Acervo Técnico nº 252020123609 emitida em 13/11/2020**



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO.
252020123609
Atividade concluída

139

•ART 7520598-1

Empresa.....: ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Proprietário.: FUNDO MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Endereço Obra: AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA S NO
Bairro.....: SAO JOSE
89520 - CURITIBANOS - SC
Registrada em: 23/09/2020 Baixada em.. 14/10/2020
Período (Previsto) - Início: 12/11/2018 Término.....: 30/09/2020
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo....: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 6819175-1
Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD
EXECUCAO

FORRO DE PVC	
Dimensão do Trabalho ...:	430,00 METRO(S) QUADRADO(S)
COMPACTACAO DE ATERRO E/OU DE BASE	
Dimensão do Trabalho ...:	2.550,00 METRO(S) QUADRADO(S)
ATERRO	
Dimensão do Trabalho ...:	2.550,00 METRO(S) QUADRADO(S)
PISO DE MADEIRA	
Dimensão do Trabalho ...:	705,00 METRO(S) QUADRADO(S)
DRENAGEM	
Dimensão do Trabalho ...:	95,00 METRO(S) QUADRADO(S)
CALHA	
Dimensão do Trabalho ...:	212,00 METRO(S)
INSTALACAO DE JANELA DE ALUMINIO	
Dimensão do Trabalho ...:	154,06 METRO(S) QUADRADO(S)
INSTALACAO DE PORTA DE ALUMINIO	
Dimensão do Trabalho ...:	45,06 METRO(S) QUADRADO(S)
INSTALACAO DE PORTA DE MADEIRA	
Dimensão do Trabalho ...:	74,13 METRO(S) QUADRADO(S)
DIVISORIAS	
Dimensão do Trabalho ...:	26,50 METRO(S) QUADRADO(S)
ALVENARIA DE BLOCO CERAMICO	
Dimensão do Trabalho ...:	2.530,00 METRO(S) QUADRADO(S)
ATERRAMENTO ELETRICO PARA SPDA	
Dimensão do Trabalho ...:	1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO DE UM EDIFICIO EM ALVENARIA EM UM PAVIMENTO DESTINADO A CRECHE
CEIM SAO JOSE CALHA EM ALUZINC

Certidão de Acervo Técnico nº 252020123609 emitida em 13/11/2020

Registro realizado eletronicamente, para aferir acesse o código QR impresso na CAT
vinculada ou direlamente no site: https://www.crea-sc.org.br/creat/validacao_acervo.php
informando o número da Certidão de Acervo Técnico e sua data de emissão.

Registro realizado a partir do protocolo nº 72000090717
CAT nº 252020123609 de 13/11/2020, página 3 de 7

CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina



•ART 7520623-9

Empresa.....: ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Proprietário.: FUNDO MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Endereço Obra: AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA S NO
Bairro.....: SAO JOSE
89520 - CURITIBANOS - SC
Registrada em: 23/09/2020 Baixada em.. 14/10/2020
Período (Previsto) - Início: 12/11/2018 Término.....: 30/09/2020
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo....: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 6819175-1
Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

EXECUCAO

SISTEMA DE PROTECAO CONTRA DESCARGA ATMOSFERICA (PARA-RAIO)

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

REBOCO

Dimensão do Trabalho ...: 6.380,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CHAPISCO

Dimensão do Trabalho ...: 6.380,00 METRO(S) QUADRADO(S)

INSTALACAO DE GRADE

Dimensão do Trabalho ...: 80,00 METRO(S) QUADRADO(S)

MURO

Dimensão do Trabalho ...: 660,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CENTRAL DE GAS EM EDIFICACOES

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - ALARME DE INCENDIO

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO DE UM EDIFICIO EM ALVENARIA EM UM PAVIMENTO DESTINADO A CRECHE
CEIM SAO JOSE

•ART 7546490-0

Empresa.....: ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Proprietário.: FUNDO MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Endereço Obra: AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA S NO
Bairro.....: SAO JOSE
89520 - CURITIBANOS - SC
Registrada em: 14/10/2020 Baixada em.. 04/11/2020
Período (Previsto) - Início: 12/11/2018 Término.....: 18/09/2020
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo....: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 6819175-1
Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

EXECUCAO

INSTALACAO ELETRICA RESIDENCIAL E COMERCIAL EM BAIXA TENSAO COM MEDICA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - ILUMINACAO DE EMERGENCIA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

CREA-SC

141
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO.
252020123609
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

EXECUCAO DE UM EDIFICIO EM ALVENARIA EM UM PAVIMENTO DESTINADO A CRECHE
CEIM SAO JOSE COBERTURA EM TELHA DE ACO ZINCADO PRAZO DE EXECUCAO DE 365 DIAS

Informações complementares:

O Atestado está registrado apenas para as atividades técnicas e quantidades constantes na(s) ART(s) acima certificada(s), desenvolvidas de acordo com as atribuições do(a) profissional na área de Engenharia Civil.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, certificado conforme processo n. 72000090717, o atestado anexo expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n. 252020123609
13/11/2020, 09:08:13

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nele contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC (www.crea-sc.org.br) ou no site do CONFEA (www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br



Certidão de Acervo Técnico n° 252020123609 emitida em 13/11/2020

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTO e DECLARO, para os devidos fins e a quem possa interessar, que a Empresa **ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA.**, com CNPJ n.º 18.645.350/0001-34, Registro no CREA (SC) sob n.º 121.518-7, com sede à Avenida XV de Novembro, 305, Sala 02, executou a Obra abaixo discriminada, com a Responsabilidade do Eng.º Civil **ASSIS ALI MOHAMAD, CREA (SC) n.º 26.788-9.**

1 - NATUREZA: Execução de um edifício em alvenaria, estrutura de concreto armado, para fins comerciais, com área de 354,00 m², no Município de Santa Cecília SC.

DESCRIÇÃO	ÁREA / VOLUME	DESCRIÇÃO	ÁREA / VOLUME
Execução do Arquitetônico	354,00 m²	Instalações Elétricas baixa tensão	354,00 m²
Estrutura em concreto armado	41,50 m²	Projeto e Execução da Fundação Superficial (sapatas)	304,00 m²
Projeto e Execução da Rede hidro-sanitária	304,00 m²	Pintura Acrílica	1.095,00 m²
Alvenaria	482,50 m²	Reboco desempenado	1.095,00 m²
Pavimentação Cerâmica Porcelanato	304,00 m²	Chapisco	1.095,00 m²
Projeto e Execução Sist. Preventivo Incêndio - Conjunto Extintores	304,00 m²	Sist. Preventivo Incêndio Iluminação Emergência	304,00 m²
Impermeabilização	304,00 m²	Revestimento Cerâmico	318,50 m²
Esquadrias	74,60 m²	Cerca de ferro / alambrado	223,00 m²
Cobertura telha aço 0,50 mm com revestimento de EPS 30 mm	354,00 m²	Piso concreto e= 10,00 cm	354,00 m²
Contrapiso desempenado e= 4 cm	304,00 m²	Pavimentação em Paver e=8 cm	428,00 m²

- 3 - INÍCIO: 02/09/2013
 4 - TÉRMINO: 25/03/2014
 5 - OBRA: Edifício Comercial
 6 - ART's n.ºs: 6206518-2 e 6206633-5
 7 - LOCAL DA OBRA: Rodovia BR 116 - Km 142



A obra foi executada dentro das Normas Técnicas, e de acordo com projetos e memoriais, teve um desempenho a contento e, não existindo nenhum fato que desabone sua idoneidade.

Outrossim, autorizamos o agente executor a vistoriar a referida obra.

Santa Cecília (SC), 07 de Junho de 2017.

RENATO HARRI SCHMIDT - ME

Renato Harri Schimdt

CNPJ n.º 83.161.604/0001-47

Renato Harri Schmidt - ME - BR - 116 - Km 142 - CNPJ n.º 83.161.604/0001-47 - Santa Cec

Reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 4,44 | 1 Selos de Fiscalização Pago (GK63498-PA20) = R\$ 3,11 | ISS = R\$ 0,16 | Total = R\$ 7,70 | Recibo N.º: 246241

Selo Digital de Fiscalização GK63498-PA20

Confira os dados do ato em <http://selo.fisc.jus.br/>

Dou fé, Santa Cecília, 18 de maio de 2022

WELLINGTON DAVI DE LIMA LINS - Escrevente

Rua João Roelken Sobrinho, 500, Centro, Santa Cecília - SC, 89540-000

3244-2464 - tabelionato@tabelionato.com.br

Reconhecimento por semelhança (s) assinaturas (s) abaixo indicadas (s):

RENATO HARRI SCHMIDT (ET644151-US-79) *****

Emolumentos: 1 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 3,06 | 1 Selo de Fiscalização Pago R\$ 1,95 | Total R\$ 4,90 | Recibo N.º: 173454

Confira os dados do ato em <http://selo.fisc.jus.br/>

Dou fé, Santa Cecília, 08 de julho de 2017

STEFANUS BERTOTTO - Escrevente

**Certidão de Acervo Técnico - CAT**

Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO

252020117452**144**

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **ASSIS ALI MOHAMAD**

Registro.....: SC S1 026788-9

C.P.F.....: 538.404.379/20

Data Nasc.....: 12/11/1964

Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL

DIPLOMADO EM 16/12/1988 PELO(A)

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

BLUMENAU - SC

Títulos.....: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

DIPLOMADO EM 04/08/2000 PELO(A)

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC

MAFRA - SC

ART(s) REGISTRADA(s) EM 2017**•ART 6206518-2**

Empresa.....: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Proprietário.: RENATO HARRI SCHMIDT ME

Endereço Obra: RODOVIA BR 116 KM 142 K142

Bairro.....: PARQUE INDUSTRIAL

89540 - SANTA CECILIA - SC

Registrada em: 06/06/2017

Baixada em...: 14/06/2017

Período (Previsto) - Início: 02/09/2013 Término.....: 25/03/2014

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 4852437-1

Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

PROJETO

EXECUCAO

REDE HIDROSSANITARIA

Dimensão do Trabalho ...: 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

FUNDACOES SUPERFICIAIS

Dimensão do Trabalho ...: 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - CONJUNTO DE EXTINTORES

Dimensão do Trabalho ...: 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO

IMPERMEABILIZACAO

Dimensão do Trabalho ...: 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO

Dimensão do Trabalho ...: 41,50 METRO(S) CUBICO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - ILUMINACAO DE EMERGENCIA

Dimensão do Trabalho ...: 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

INSTALACAO

**Certidão de Acervo Técnico - CAT**

Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SCCAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252020117452**145****ESQUADRIAS**

Dimensão do Trabalho ... 74,60 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO**ALVENARIA**

Dimensão do Trabalho ... 482,50 METRO(S) QUADRADO(S)

REBOCO

Dimensão do Trabalho ... 1.095,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CHAPISCO

Dimensão do Trabalho ... 1.095,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PINTURA

Dimensão do Trabalho ... 1.095,00 METRO(S) QUADRADO(S)

EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS COMERCIAIS

Dimensão do Trabalho ... 354,00 METRO(S) QUADRADO(S)

•ART 6206633-5

Empresa..... ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA EPP

Proprietário.: RENATO HARRI SCHMIDT ME

Endereço Obra: RODOVIA BR 116 KM 142 K142

Bairro..... PARQUE INDUSTRIAL

89540 - SANTA CECILIA

- SC

Registrada em: 06/06/2017

Baixada em...: 14/06/2017

Período (Previsto) - Início: 02/09/2013 Término.....: 25/03/2014

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 6206575-1

Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

EXECUCAO**COBERTURA**

Dimensão do Trabalho ... 354,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CERCA

Dimensão do Trabalho ... 223,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PISO

Dimensão do Trabalho ... 354,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CONTRA PISO

Dimensão do Trabalho ... 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

PISO DE PORCELANATO

Dimensão do Trabalho ... 304,00 METRO(S) QUADRADO(S)

REVESTIMENTO CERAMICO

Dimensão do Trabalho ... 318,50 METRO(S) QUADRADO(S)

PAVIMENTACAO EM PAVER

Dimensão do Trabalho ... 428,00 METRO(S) QUADRADO(S)

INSTALACAO ELETRICA RESIDENCIAL E COMERCIAL EM BAIXA TENSÃO COM MEDICA

Dimensão do Trabalho ... 354,00 METRO(S) QUADRADO(S)

CONSTRUCAO DE UM EDIFICIO EM ALVENARIA PAVIMENTACAO DE PASSEIOS EM

PAVER CERCA DE FERRO E ALAMBRADO REVESTIDO EM PVC COBERTURA EM TELHAS

DE ACO ZINCADO 0 50 MM REVESTIDAS COM EPS 30 MM



Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252020117452

146

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1983.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC (www.crea-sc.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br



CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Santa Catarina



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTO e DECLARO, para os devidos fins e a quem possa interessar, que a Empresa **ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA.**, com CNPJ n.º 03.637.604/0001-31, Registro no CREA (SC) sob n.º 052.777-4, com sede na Rua Cabo João Maria T. Palhano, 722, Centro, na cidade de Santa Cecília, executou a Obra abaixo discriminada, com a Responsabilidade do Eng.º Civil **ASSIS ALI MOHAMAD, CREA (SC) n.º 26.788-9.**

1 – NATUREZA: Execução de um edifício em alvenaria, estrutura de concreto armado em dois pavimentos, para fins comerciais destinados ao CRAS, com área de 191,28 m², e execução de 133,85 ml de cerca galvanizada tipo tela alambrado malha 8 fio 12 (12#8) revestido em PVC, no Município de Caçador – SC.

DESCRIMINAÇÃO	ÁREA / VOLUME	DESCRIMINAÇÃO	ÁREA / VOLUME
Execução do Arquitetônico	191,28 m²	Sistema preventivo incêndio (Conjunto extintores)	191,28 m²²
Estrutura concreto armado	191,28 m²	Sapata em Concreto Estrutural (Fundação).	191,28 m²
Instalação hidrosanitária	191,28 m²	Cerca alambrado tipo tela (fio 12#8)	133,85 ml

3 - INÍCIO: 10/10/2013

4 – TÉRMINO: 10/05/2014


5 – OBRA : Edifício em alvenaria, estrutura em concreto armado, fechamento com cerca galvanizada, tipo alambrado fio 12 malha 8 (12#8).

6 – ART n.º : 5902772-8


7 – LOCAL DA OBRA: Loteamento Nossa Senhora da Salette - Caçador SC.

A obra foi executada dentro das Normas Técnicas, e de acordo com projetos e memoriais, teve um desempenho a contento e, não existindo nenhum fato que desabone sua idoneidade.

Outrossim, autorizamos o agente executor a vistoriar a referida obra
Caçador (SC), 04 de Agosto de 2016.


Prefeitura Municipal de Caçador
Carolina Fruct de Lima
Engenheira Civil
CREA-SC 103.112

Município de Caçador SC
83.074.3025/0001-31


Atestado registrado mediante
vinculação à respectiva CAT
CREA - SC
A 028.357

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 4,44 | 1 Selo de Fiscalização Pago
(GKWS3497-8TVN) = R\$ 3,11 | ISS = R\$ 0,45 | Total = R\$ 7,99 | Recibo nº: 245241
Selo Digital de Fiscalização GKWS3497-8TVN
Confira os dados do ato em <http://seio.fiscjus.br/>
Dou 16, Santa Cecília - 18 de março de 2022

WELLINGTON DAVI DE LIMA LINS - Escrevente



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

CREA-SC

149

Página 1/2

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252022137948

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **ASSIS ALI MOHAMAD**

Registro.....: SC S1 026788-9

C.P.F.....: 538.404.379/20

Data Nasc.....: 12/11/1964

Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL

DIPLOMADO EM 16/12/1988 PELO(A)

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

BLUMENAU - SC

Títulos.....: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

DIPLOMADO EM 04/08/2000 PELO(A)

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC

MAFRA - SC

ART(s) REGISTRADA(s) EM 2016

•ART 5902772-8

Empresa.....: ENGEMO CONSTRUcoes LTDA EPP

Proprietário.: MUNICIPIO DE CACADOR

Endereço Obra: LOTEAMENTO NOSSA SENHORA SALETE S NO

Bairro.....: LOTNSENHORA SALETE

89500 - CACADOR - SC

Registrada em: 04/08/2016

Baixada em...: 04/08/2016

Período (Previsto) - Início: 10/10/2013 Término.....: 10/05/2014

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 4866411-8

Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

EXECUCAO

EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS COMERCIAIS

Dimensão do Trabalho ...: 191,28 METRO(S) QUADRADO(S)

FUNDACOES SUPERFICIAIS

Dimensão do Trabalho ...: 191,28 METRO(S) QUADRADO(S)

ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO

Dimensão do Trabalho ...: 191,28 METRO(S) QUADRADO(S)

REDE HIDROSSANITARIA

Dimensão do Trabalho ...: 191,28 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - CONJUNTO DE EXTINTORES

Dimensão do Trabalho ...: 191,28 METRO(S) QUADRADO(S)

CERCA

Dimensão do Trabalho ...: 133,85 METRO(S)

CONSTRUCAO DE UMA EDIFICACAO DE ALVENARIA EM UM PAVIMENTO COM AREA DE
191 28 M2 FECHAMENTO COM CERCA DE ALAMBRADO GALVANIZADO FIO 12 MALHA 8
COM REVESTIMENTO EM PVC

**Certidão de Acervo Técnico - CAT**

Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

150

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252022137948**ART(s) REGISTRADA(s) EM 2020****•ART 7546490-0**

Empresa.....: ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Proprietário.: FUNDO MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Endereço Obra: AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA S NO

Bairro.....: SAO JOSE

89520 - CURITIBANOS

- SC

Registrada em: 14/10/2020

Baixada em...: 04/11/2020

Período (Previsto) - Início: 12/11/2018 Término.....: 18/09/2020

Autoria: INDIVIDUAL

Tipo...: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 6819175-1

Profissional: 026788-9 ASSIS ALI MOHAMAD

EXECUCAO

INSTALACAO ELETRICA RESIDENCIAL E COMERCIAL EM BAIXA TENSÃO COM MEDICA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - ILUMINACAO DE EMERGENCIA

Dimensão do Trabalho ...: 1.754,50 METRO(S) QUADRADO(S)

EXECUCAO DE UM EDIFICIO EM ALVENARIA EM UM PAVIMENTO DESTINADO A

CRECHE CEIM SAO JOSE COBERTURA EM TELHA DE ACO ZINCADO PRAZO DE

EXECUCAO DE 365 DIAS

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1983.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC(www.crea-sc.org.br) ou no site do Confea(www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br

**CREA-SC**
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Santa Catarina

DECLARAÇÃO

A empresa **Engegrau Construções Ltda.**, com sede à Avenida XV de Novembro, 305 Sala 02, Centro, Santa Cecília (SC), CNPJ nº 18.345.650/0001-34, Declara que o Engº Assis Ali Mohamad, CPF nº 538.404.379-20, é seu representante legal, e que através do Engº Assis Ali Mohamad, vistoriamos e conhecemos todas as condições e peculiaridades inerentes a natureza do trabalho, do local onde será executada a obra, e dos elementos técnicos anexo ao Edital, bem como, temos conhecimento das condições e peculiaridades inerente a natureza dos trabalhos, que os serviços serão executados conforme o Projeto básico (Projetos, Memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e etc...) e que conhecemos, concordamos e nos submetemos a todas as condições estabelecidas no presente Edital, não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, não temos dúvidas com relação ao objeto, local da obra, DECLARAMOS ainda:


Dispomos de pessoal técnico, caso vencedora do processo licitatório, disponibilizará pessoal técnico qualificado e dos equipamentos e materiais necessários e em numero suficiente para execução do objeto deste Edital.

Temos pleno conhecimento e atendemos todos os requisitos de habilitação.

Os Materiais e serviços que serão utilizados na obra se encontram em conformidade estipuladas pelas Normas da ABNT.

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Santa Cecília (SC), 18 de Março de 2022.

ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

Engº Civil Assis Ali Mohamad
CPF nº 538.404.379-20

Engegrau Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad
Sócio Administrador



17/02/2022

0011950955

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Santa Cecília

152

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 9253882

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Santa Cecília, com distribuição anterior à data de 16/02/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

ENGEGR AU CONSTRUÇÕES LTDA, portador do CNPJ: 18.345.650/0001-34. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Santa Cecília, quinta-feira, 17 de fevereiro de 2022.

PEDIDO Nº: 0011950955

CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1304609

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

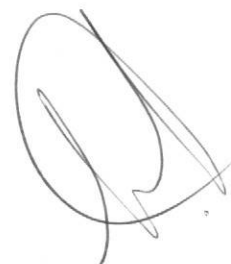
Raiz do CNPJ: 18.345.650

Certidão emitida às 09:03 de 17/02/2022.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
- 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 4) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



TERMO DE ABERTURA

DIARIO

Nº de Ordem 8

Contém este livro 74 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 74 e servirá de DIARIO nº 8, referente ao período compreendido entre 01/01/2020 a 31/12/2020 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2020 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA
Endereço: AV XV DE NOVENBRO, 305 - SALA 2
Bairro: CENTRO
C.E.P.: 89540000
Cidade.: SANTA CECÍLIA / SC

Registrada na JUCESC sob nº 42205039981 e arquivado em 21/06/2013.
Inscrição Estadual nº ISENT0 e C.N.P.J. nº 18345650000134

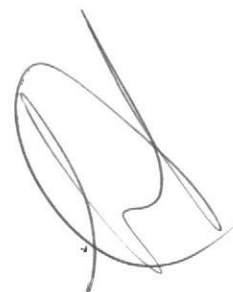


FRANCISCO SARTORELLI
CONTADOR
C.P.F.:29435218920
R.G.:788.883 SESPDC
C.R.C.:013034



SANTA CECÍLIA/SC, 21 de Abril de 2021

ASSIS ALI MOHAMAD
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.:53840437920
R.G.:1.754.822 SSP



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 22/04/2021
Arquivamento 219876860 Protocolo 219167150 de 21/04/2021
Nome da empresa ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA
NIRE 42205039981
Este documento pode ser verificado em
<http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/Autenticacao.aspx>
Chancela 340783062263
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021
por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=blsy_qlsWklmZBeS0i_GvE7Uvi5U8E-Sxv6YyBdjCmGwQaveHn8W7w
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 53840437920-ASSIS ALI MOHAMAD|29435218920-FRANCISCO SARTORELLI

Empresa: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
 CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENTA
 Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
 Bairro: CENTRO
 Cidade: SANTA CECILIA - SC
 NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
 Fone: (49) 3244-2677

CEP: 89.540-000
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
 Data do NIRE: 21/06/2013

Página: 00001

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO

Contas Contábeis	2020	2019
ATIVO	2.476.151,56	1.309.314,53
ATIVO CIRCULANTE	1.638.032,98	909.249,65
DISPONIVEL	1.620.394,62	900.563,89
CAIXA	1.333.976,33	807.302,22
Caixa	1.333.976,33	807.302,22
BANCOS	286.418,29	93.261,67
Banco do Brasil S/A	119.306,45	93.261,67
Banco Sicoob	167.111,84	0,00
CRÉDITOS	17.638,36	8.685,76
IMPOSTOS A COMPENSAR/DEDUZIR DO	17.638,36	8.685,76
IMPOSTO A A RECOLHER	17.638,36	8.685,76
INSS a Compensar/deduzir do Imposto a Recolher	17.638,36	8.685,76
ATIVO PERMANENTE	838.118,58	400.064,88
ATIVO IMOBILIZADO	838.118,58	400.064,88
BENS E DIREITOS EM USO	838.118,58	400.064,88
Terrenos	300.000,00	300.000,00
Edificações	438.053,70	0,00
Máquinas e Equipamentos	1.770,00	1.770,00
Veículos	98.294,88	98.294,88

SOCIO - ADMINISTRADOR: ASSIS ALI MOHAMAD
 RG: 1.754.822/SSP
 CPF: 538.404.379-20

CONTADOR: FRANCISCO SARTORELLI
 CPF: 294.352.189-20
 CRC: SC01303403 SC




Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral



22/04/2021



http://assinador.pscs.com.br/assinador/web/autenticacao?chave1=13qMyl-T57Vf16B2s46QaChave2=Ug8cwspH-ckG15CvU1RA
 ASSINADO DIGITALMENTE POR: 53840437920-ASSIS ALI MOHAMAD/29435218920-FRANCISCO SARTORELLI

Empresa: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENTA
Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
Bairro: CENTRO
Cidade: SANTA CECILIA - SC
NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
Fone: (49) 3244-2677

CEP: 89.540-000
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
Data do NIRE: 21/06/2013

Página: 00002

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PASSIVO

Contas Contábeis	2020	2019
PASSIVO	2.476.151,56	1.309.314,53
PASSIVO CIRCULANTE	296.675,22	85.095,60
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	132.901,21	0,00
MARISTELA CACHINSKI	132.901,21	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	722,53	724,23
FGTS a Pagar	722,53	724,23
OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS	163.051,48	84.371,37
INSS A RECOLHER	(1.177,50)	2.461,55
IRRF a Recolher	316,67	104,78
ISS a Recolher	277,04	277,04
PIS a Recolher	4.658,37	4.612,90
COFINS a Recolher	89.674,76	45.321,56
Contribuição Social a Pagar	45.259,85	21.737,14
IRPJ a Pagar	24.042,29	9.856,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.179.476,34	1.224.218,93
CAPITAL SOCIAL	600.000,00	600.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	600.000,00	600.000,00
Capital Subscrito	600.000,00	600.000,00
RESULTADO ACUMULADO	1.579.476,34	624.218,93
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.579.476,34	624.218,93
Lucros/prejuízo Acumulados	1.579.476,34	624.218,93

31/12/2019
Confirmamos a exatidão do presente, fechando Ativo em 1.309.314,53 com Passivo, UM MILHÃO, TREZENTOS E NOVE MIL E TREZENTOS E CATORZE REAIS E CINQUENTA E TRES CENTAVOS

31/12/2020
Confirmamos a exatidão do presente, fechando Ativo em 2.476.151,56 com Passivo, DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL E CENTO E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS

SOCIO - ADMINISTRADOR: ASSIS ALI MOHAMAD
RG: 1.754.822/SSP
CPF: 538.404.379-20

CONTADOR: FRANCISCO SARTORELLI
CPF: 294.352.189-20
CRC: SC01303403 SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

22/04/2021



Empresa: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
 CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENTA
 Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
 Bairro: CENTRO
 Cidade: SANTA CECILIA - SC
 NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
 Fone: (49) 3244-2677
 CEP: 89.540-000
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
 Data do NIRE: 21/06/2013

Página: 00003

DEMONSTRACAO RESULTADO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Contas Contábeis	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.877.659,50	1.949.215,52
VENDA DE SERVIÇOS EM GERAL	2.877.659,50	1.949.215,52
Prestação de Serviços em Geral	2.877.659,50	1.949.215,52
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS BRUTA	(146.545,72)	(107.709,38)
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS/SERVIÇOS	(146.545,72)	(107.709,38)
ISS	(37.693,28)	(20.380,67)
PIS	(19.384,69)	(14.465,53)
COFINS	(89.467,75)	(72.863,18)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.731.113,78	1.841.506,14
(-) CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(1.524.716,45)	(1.451.842,60)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.374.386,50)	(1.210.717,11)
COMPRA DE MATERIAIS	(1.329.045,96)	(1.177.304,50)
Compra de Comb e Lubrif Avista	(42.595,58)	(20.631,04)
Compra de Material de Construção	(1.277.884,58)	(1.151.141,81)
Compra de Material de Consumo a Vista	(1.080,24)	(270,48)
Aquisição de Fretes sobre Produtos a Vista	(7.370,66)	(5.261,17)
Aquisicao de Serviço de Comunicação	(114,90)	0,00
GASTOS GERAIS DIVERSOS	(45.340,54)	(33.412,61)
OUTROS CUSTOS	(45.340,54)	(33.412,61)
Energia Elétrica	(14.698,22)	(16.268,16)
Consumo de Água	(8.644,82)	(8.003,07)
Combustíveis e Lubrificantes	(8.675,25)	(1.421,96)
Despesas com Exame Ocupacional	0,00	(140,00)
Serviços de Terceiros	(3.720,00)	0,00
Despesas com Telefone	(4.814,75)	(3.900,42)
Despesas com Veículos	(2.612,50)	0,00
Despesas Manutenção e Conservação	0,00	(3.679,00)
Serviços de Guincho	(2.175,00)	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(128,00)	0,00
MERCADORIAS PARA REVENDA	(128,00)	0,00
Compra de Gas de Cozinha	(128,00)	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS C/ PESSOAL	(150.201,95)	(241.125,49)
MÃO DE OBRA DIRETA	(122.593,15)	(137.576,37)
Remuneração	(83.903,72)	(91.624,15)
Salário e Ordenados	(75.333,44)	(85.036,04)
13 Salário	(7.584,95)	(8.497,16)
Férias	(985,33)	1.909,05
Encargos Sociais	(35.829,11)	(40.553,04)
Previdência Social	(27.922,85)	(29.840,79)
FGTS	(7.906,26)	(10.712,25)
Provisão de Férias	(2.860,32)	(5.399,18)
OUTROS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(27.608,80)	(103.549,12)



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

22/04/2021

Empresa: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENTA
Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
Bairro: CENTRO
Cidade: SANTA CECILIA - SC
NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
Fone: (49) 3244-2677

CEP: 89.540-000
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
Data do NIRE: 21/06/2013

158

Página: 00004

DEMONSTRACAO RESULTADO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Contas Contábeis	2020	2019
OUTROS CUSTOS INDIRETO	(27.608,80)	(19.035,82)
Uniformes	0,00	(450,00)
Despesas com Veículos	(27.558,80)	(18.585,82)
Manutenção e Conservação	(50,00)	0,00
Mão de Obra Paga	0,00	(84.513,30)
(=)RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	1.206.397,33	389.663,54
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	(68.817,97)	(44.044,67)
DESPESAS C/ VENDAS DIVERSAS	0,00	(45,00)
Despesas Impressão	0,00	(45,00)
Despesas Material de Escritório	(534,60)	(553,94)
Despesas com Veículos	0,00	(3.191,68)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(59.943,42)	(36.800,59)
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	(59.943,42)	(36.800,59)
Material de Expediente	0,00	(204,80)
Pró-labore/Honorários da Diretoria	(32.000,00)	(24.000,00)
Despesa Combustível e Lubrificantes	(2.051,00)	0,00
Seguros	(3.925,10)	(2.997,89)
Serviços de Terceiros	(750,00)	0,00
Serviços de Limpeza e Conservação	(980,00)	0,00
Serviços de Vigilância	(3.390,10)	(1.476,00)
Despesas Diversas	(48,00)	(12,00)
Serviços Contábeis	(10.500,00)	(6.500,00)
Serviços de Manutenção e Sistema	0,00	(1.129,40)
Impostos e Taxas Diversas	(74,00)	(375,50)
Outras Despesas	(1.666,43)	(105,00)
Despesas com Pedágios	(4.558,79)	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	(8.339,95)	(3.453,46)
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	1.223,25
Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras	0,00	1.223,25
DESPESAS FINANCEIRAS	(8.339,95)	(4.676,71)
Despesas Bancárias	(5.383,15)	(4.286,75)
Juros de Mora	(2.956,80)	(389,96)
(-)OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(13.103,68)	(1.561,90)
Multas Dedutíveis	(7.346,58)	(1.561,90)
Locação de Bens e Equipamentos	(5.757,10)	0,00
(=)RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	1.124.475,68	344.056,97
(=)RESULTADO LÍQUIDO antes do Imposto de renda e Contribuição Social	1.124.475,68	344.056,97
PROVISÕES	(69.218,27)	(49.221,77)
Provisão para o IRPJ	(37.009,89)	(24.870,78)
Provisão para Contribuição Social	(32.208,38)	(24.350,99)
(=)RESULTADO DO PERÍODO APÓS AS PROVISÕES	1.055.257,41	294.835,20
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	(100.000,00)
Lucros Distribuídos	0,00	(100.000,00)
(=)RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.055.257,41	194.835,20

22/04/2021



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

Empresa: ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENT0
Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
Bairro: CENTRO
Cidade: SANTA CECILIA - SC
NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
Fone: (49) 3244-2677

CEP: 89.540-000
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
Data do NIRE: 21/06/2013

Página: 00005

SÓCIO - ADMINISTRADOR: ASSIS ALI MOHAMAD
RG: 1.754.822/SSP
CPF: 538.404.379-20

CONTADOR: FRANCISCO SARTORELLI
CPF: 294.352.189-20
CRC: SC01303403 SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

22/04/2021

Empresa: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
 CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENTA
 Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
 Bairro: CENTRO
 Cidade: SANTA CECILIA - SC
 NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
 Fone: (49) 3244-2677

CEP: 89.540-000
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
 Data do NIRE: 21/06/2013

Página: 00006

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS

	2020	2019
Contas Contábeis		
SALDO INICIAL	624.218,93	779.383,73
SALDO INICIAL	624.218,93	779.383,73
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
EFEITOS DA MUDANÇA DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS	0,00	0,00
RETIFICAÇÃO DE ERRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
PARCELA DE LUCROS INCORPORADA AO CAPITAL	0,00	0,00
PARCELA DE LUCROS INCORPORADA AO CAPITAL	0,00	0,00
REVERSOES DE RESERVAS	0,00	0,00
DE CONTINGÊNCIAS	0,00	0,00
DE LUCROS A REALIZAR	0,00	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.055.257,41	194.835,20
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.055.257,41	194.835,20
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	(100.000,00)	(350.000,00)
TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS	0,00	0,00
RESERVA LEGAL	0,00	0,00
RESERVA ESTATUTÁRIA	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS	0,00	0,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	0,00	0,00
RESERVA DE LUCROS PARA EXPANSÃO	0,00	0,00
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	0,00	0,00
DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	(100.000,00)	(350.000,00)
LUCROS DISTRIBUÍDOS	(100.000,00)	(350.000,00)
SALDO FINAL DE LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	1.579.476,34	624.218,93

SÓCIO - ADMINISTRADOR: ASSIS ALI MOHAMAD
 RG: 1.754.822/SSP
 CPF: 538.404.379-20

CONTADOR: FRANCISCO SARTORELLI
 CPF: 294.352.189-20
 CRC: SC01303403 SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

22/04/2021

Empresa: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 18.345.650/0001-34 IE: ISENTA
Endereço: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 305 - SALA 2
Bairro: CENTRO
Cidade: SANTA CECILIA - SC
NIRE: 42205039981

Emp.: 116 / Estab.: 1
Fone: (49) 3244-2677

CEP: 89.540-000
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
Data do NIRE: 21/06/2013

161

Página: 00007

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DE 31/12/2020

1) Contexto Operacional:

A empresa Engegrau Construções Ltda Epp, é uma sociedade empresa limitada, com sede e foro na cidade de Santa Cecília - SC, tendo como objetivo social Construção de Edifícios, com início de atividade em 10/06/2013.

2) Apresentação de demonstração Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 1000, além dos princípios fundamentais de contabilidade e demais práticas emanadas na Legislação Societária Brasileira.

3) Principais Práticas Contábeis

3.1) Direitos e Obrigações

Estão demonstradas pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência.

3.2 - Imobilizado

Demonstrado pelo Custo de Aquisição;

3.3) Ajuste de Avaliação Patrimonial;

3.4) Impostos Federais.

A empresa está em regime de Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de Competência.

4) Empréstimos e Financiamentos

A empresa conta com um Passivo, relacionados a obrigações Trabalhistas e Sociais no Valor de R\$ 722,53 e obrigações Fiscais e Tributárias no Valor de R\$ 163.051,48 e Empréstimo e Financiamentos no Valor de R\$ 132.901,21 Totalizando um Ativo Circulante no Valor de R\$ 96.675,22.

5) Responsabilidade de Contingência

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que o administrador da empresa, escudado em opiniões de seus consultor e advogado, não apontam contingências de quaisquer natureza.

6) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais) dividido em 600.000 Mil Quotas de R\$1,00 cada Quota totalmente integralizado apresenta a seguinte composição:

Assis Ali Mohamad R\$ 594.000,00 Representado 99 %

Olinio Gabriel dos Santos R\$ 6.000,00 1 %

Eventos Subsequentes

O Administrador declara a Inexistência de fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

SÓCIO - ADMINISTRADOR: ASSIS ALI MOHAMAD
RG: 1.754.822/SSP
CPF: 538.404.379-20

CONTADOR: FRANCISCO SARTORELLI
CPF: 294.352.189-20
CRC: SC01303403 SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

22/04/2021



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



219167044

162

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ENEGRAU CONSTRUCOES LTDA
PROTOCOLO	219167044 - 22/04/2021
ATO	223 - BALANCO
EVENTO	223 - BALANCO

MATRIZ

NIRE 42205039981
CNPJ 18.345.650/0001-34
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/04/2021
SOB N: 20219167044

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 53840437920 - ASSIS ALI MOHAMAD

29435218920 - FRANCISCO SARTORELLI



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/04/2021

Arquivamento 20219167044 Protocolo 219167044 de 22/04/2021 NIRE 42205039981

Nome da empresa ENEGRAU CONSTRUCOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 202793241998765

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

22/04/2021

TERMO DE ENCERRAMENTO

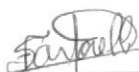
DIARIO

Nº de Ordem 8

Contém este livro 74 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 74 e servirá de DIARIO nº 8, referente ao período compreendido entre 01/01/2020 a 31/12/2020 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2020 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA
Endereço: AV XV DE NOVENBRO, 305 - SALA 2
Bairro: CENTRO
C.E.P.: 89540000
Cidade.: SANTA CECÍLIA / SC

Registrada na JUCESC sob nº 42205039981 e arquivado em 21/06/2013.
Inscrição Estadual nº ISENT0 e C.N.P.J. nº 18345650000134



FRANCISCO SARTORELLI
CONTADOR
C.P.F.:29435218920
R.G.:788.883 SESPDC
C.R.C.:013034



SANTA CECÍLIA/SC, 21 de Abril de 2021

ASSIS ALI MOHAMAD
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.:53840437920
R.G.:1.754.822 SSP



ANÁLISE DO BALANÇO - Índices			
A		IDENTIFICAÇÃO	
NOME DO LICITADOR			
IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE			
CNPJ	ATIVIDADE PRINCIPAL		
18.345.650/0001-34	Construção Civil		
FIRMA/RAZÃO SOCIAL			
Engegrau Construções Ltda			
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)	NÚMERO	CONJ.	CEP
Avenida XV de Novembro	305	Sala 02	89540-000
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL	TELEFONE		
Assis Ali Mohamad	49-32442346		
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO	DATA DO BALANÇO	N.º DO LIVRO DIÁRIO	
01/01/2020 à 31/12/2020	31/12/2020	7	
ANÁLISE			
	DADOS DO BALANÇO	VALORES	RESULTADO
ILG	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.638.032,98	
	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ -	
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 296.675,22	
	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	RESULTADO FINAL		5,5213003
	DADOS DO BALANÇO	VALORES	RESULTADO
I.S.G.	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 296.675,22	
	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	ATIVO TOTAL	R\$ 2.476.151,56	
	RESULTADO FINAL		8,34633766
	DADOS DO BALANÇO	VALORES	RESULTADO
ILC	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.638.032,98	
	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 296.675,22	
	RESULTADO FINAL		5,5213003
	DADOS DO BALANÇO	VALORES	RESULTADO
E.N.	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 296.675,22	
	PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$ 2.179.476,34	
	RESULTADO FINAL		0,13612225

Francisco Sartorelli
FRANCISCO SARTORELLI
Contador CRC-SC 13034
CPF: 294.352.189-20

ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP
Assis Ali Mohamad
Engº Civil Assis Ali Mohamad
CREA-SC 026.788-9

Engegrau Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad
Sócio-Administrador



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

165



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42205039981	18.345.650/0001-34	21/06/2013	10/06/2013
Endereço: AV XV DE NOVENBRO, 305 SALA 2, CENTRO, SANTA CECÍLIA, SC - CEP: 89540000			
OBJETO SOCIAL			
CONSTRUÇÃO CIVIL, PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 600.000,00 SEISCENTOS MIL REAIS		Empresa de pequeno porte	XXXXXX
Capital integralizado: R\$ 600.000,00 SEISCENTOS MIL REAIS			
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
OLINO GABRIEL DOS SANTOS 023.938.659-00	6.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ASSIS ALI MOHAMAD 538.404.379-20	594.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
22/04/2021	20219167044		
Ato: 223 - BALANÇO			
Evento: 223 - BALANÇO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX		
Endereço: XXXXXX			
Observação			

FLORIANÓPOLIS - SC, 21 de Fevereiro de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS

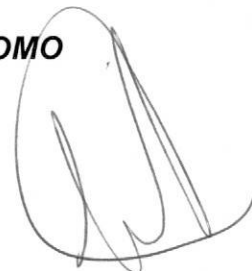
página: 1/1

226501310



CON FOLE: 13788499406225 CPF SOLICITANTE: 294.352.189-20 NIRE: 42205039981 EMITIDA: 21/02/2022 PROTOCOLO: 226501310

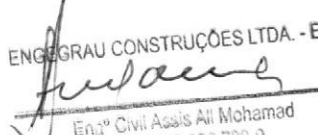
**DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**



A empresa **Engegrau Construções Ltda.**, com sede á Avenida XV de Novembro, 305 Sala 02, Centro, Santa Cecília (SC), CNPJ nº 18.345.650/0001-34, Declara que o Engº Assis Ali Mohamad, CPF nº 538.404.379-20, é seu representante legal. Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa esta enquadrada na categoria EPP, Pequeno Porte , bem como não está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Santa Cecília (SC), 18 de Março de 2022.

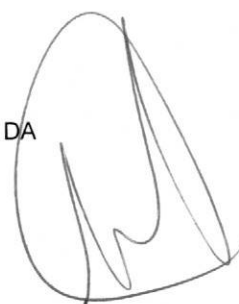
ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

Engº Civil Assis Ali Mohamad
CPF nº 538.404.379-20

Engegrau Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad
Sócio Administrador



DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 e 9854/99 e Lei 9.854/99



A Empresa **ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede á Avenida XV de Novembro, 305 sala 02, Centro, Santa Cecília (SC), CNPJ n.º 18.345.650/0001-34, DECLARA para os devidos fins e a quem possa interessar QUE, cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal ("Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), e Também de conformidade com a Lei 9.854/99 Regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 2002.

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Santa Cecília (SC), 22 de Março de 2022.


ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP
Eng.º Civil Assis Ali Mohamad
CREA-SC 026.788-9

Engegrau Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad
Sócio Administrador



DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A Empresa **ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede á Avenida XV de Novembro, 305 sala 02, Centro, Santa Cecília (SC), CNPJ n.º 18.345.650/0001-34, DECLARA sob as penas da lei, QUE:

Não foi declarada INIDÔNEA, para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, Estadual e ou Federal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Quaisquer de suas esferas (inciso III e IV art 87 da Lei 8.666/93).

Declaramos ainda QUE, conhecemos e nos submetemos a todas as condições estabelecidas no Edital.

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Santa Cecília (SC), 22 de Março de 2022.

ENGE^GRAU CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

Engº Civil Assis Ali Mohamad
CREA-SC 026.769-9

Engegrau Construções Ltda.
Assis Ali Mohamad CI 1.754.822
Sócio Administrador






PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2022

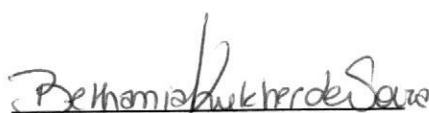
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA EMEB ESPERANÇA

Em referência.: ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA EMPRESA HABILITADA

No dia 18/03/2022, às 14h00 min. a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 9.471/2021, alterado pelo Decreto 9.587/2021, sob a presidência do **Sr. Lucas Filipini Chaves** e demais membros subscritos, com a finalidade de realizar a abertura dos envelopes de propostas de preços referente à licitação em epígrafe. Apresentaram-se como habilitadas para o presente certame a empresa **ENEGRAU CONSTRUCOES LTDA** sem representação dos prepostos em audiência pública. Constatou-se a inviolabilidade dos envelopes de habilitação e proposta da única empresa participante do certame. Após isso, procedeu-se a abertura e conferência dos documentos inseridos no ENVELOPE Nº 01 da empresa **ENEGRAU CONSTRUCOES LTDA**, sendo esta considerada habilitada para o presente certame. Ato contínuo, passou-se a análise pormenorizada dos itens do orçamento analítico e cronograma físico-financeiro, além da análise dos requisitos formais da documentação conforme exigência do edital. Prosseguindo, após a análise de conformidade da proposta, a CPL decide pela classificação proposta nos seguintes termos: **ENEGRAU CONSTRUCOES LTDA com valor global de R\$ 537.777,77 (quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)**. Diante do resultado e da habilitação e classificação do único licitante, encaminhamos os autos do processo licitatório à Autoridade Competente para ratificação dos atos administrativos externados em sessão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações. Publique-se. Intime-se.




Lucas Filipini Chaves
Presidente



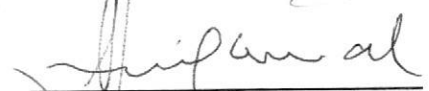
Bethania Kutcher de Souza
Membro



Lucas Parizotto Rossi
Membro



Silvana Schmidt
Membro



Engerau Construções LTDA
Assis Ali Mohamad

Data de Cadastro: 18/03/2022 Extrato do Ato Nº: 3699944 Status: Novo

Data de Publicação: 21/03/2022 Edição Nº:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA EMEB ESPERANÇA

Em referência.: ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA EMPRESA HABILITADA

No dia 18/03/2022, às 14h15 min. a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 9.471/2021, alterado pelo Decreto 9.587/2021, sob a presidência do **Sr. Lucas Filipini Chaves** e demais membros subscritos, com a finalidade de realizar a abertura dos envelopes de propostas de preços referente à licitação em epígrafe. Apresentaram-se como habilitadas para o presente certame a empresa **ENEGRAU CONSTRUÇOES LTDA** sem representação dos prepostos em audiência pública.

Constatou-se a inviolabilidade dos envelopes de habilitação e proposta da única empresa participante do certame. Após isso, procedeu-se a abertura e conferência dos documentos inseridos no ENVELOPE Nº 01 da empresa **ENEGRAU CONSTRUÇOES LTDA**, sendo esta considerada habilitada para o presente certame. Ato contínuo, passou-se a análise pormenorizada dos itens do orçamento analítico e cronograma físico-financeiro, além da análise dos requisitos formais da documentação conforme exigência do edital. Prosseguindo, após a análise de conformidade da proposta, a CPL decide pela classificação proposta nos seguintes termos: **ENEGRAU CONSTRUÇOES LTDA com valor global de R\$ 537.777,77 (quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)**. Diante do resultado e da habilitação e classificação do único licitante, encaminhamos os autos do processo licitatório à Autoridade Competente para ratificação dos atos administrativos externados em sessão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações. Publique-se. Intime-se.

Lucas Filipini Chaves

Presidente

Bethania Kutcher de Souza

Membro

Lucas Parizotto Rossi

Membro

Silvana Schmidt

Membro



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3699944, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3699944>

Data de Cadastro: 18/03/2022 **Extrato do Ato N°:** 3699944 **Status:** Novo

Data de Publicação: 21/03/2022 **Edição N°:**

Engegrau Construções LTDA

Assis Ali Mohamad

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: (49) 3666-2433



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3699944, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3699944>



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31

AV. SANTA CATARINA, 195

C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

172

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Saulo Sperotto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e/ou pela(o) pregoeira(o), resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: TP 004/2022

b) Modalidade: Tomada de Preço

c) Data Homologação: 21/03/2022

d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA

e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

15223 - ENGEGRAU CONSTRUCOES LTDA (18.345.650/0001-34)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
21/03/2022	1	74726 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO	UN		1	537.777,77	537.777,77



		DAS OBRAS PARA FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA					
							Total 537.777,77

Caçador, 21/03/2022

SAULO SPEROTTO
Prefeito



**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 57/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 195, Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Sr. **ALENCAR MENDES**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob n.º 771.673.849-68, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, SC.

CONTRATADA: **ENEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.345.650/0001-34, sede na cidade de Santa Cecília, SC, neste ato representada pelo Sr. **ASSIS ALI MOHAMAD**, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF sob n.º 538.404.379-20, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC.

Nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 037/2022**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, bem como, das normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o **CONTRATO ADMINISTRATIVO** mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA**, conforme ANEXO I do Edital que fica fazendo parte do presente como se transcrito estivesse para todos os fins e efeitos.

Parágrafo Único. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício da **CONTRATANTE** perante a **CONTRATADA** e com seus profissionais Contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, alimentação e transporte dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE

O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO** é de **R\$ 537.777,77 (quinhentos e trinta e sete mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)**, ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços.

§1º. No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

§2º. Não incidirá nenhum tipo de reajuste durante o período de vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO

A garantia de execução deste contrato equivale ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, ou seja, a **R\$ 26.888,88 (vinte e seis mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**, optando por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

§1º. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do §1º do Artigo 48 da Lei n.º 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

§2º. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na C/C 35.4911-9, Agência 375-1,

ROSELAI
NE DE
Roselaine de Almeida
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



Operação 006, do Banco do Brasil., mediante depósito identificado a crédito da Prefeitura Municipal de Caçador.

§2º. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§3º. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

§4º. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Artigo 827 do Código Civil.

§5º. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

§6º. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

§7º. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, através da assinatura do termo de recebimento definitivo da obra, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, conforme medição, em até **30 (trinta) dias** após a efetiva entrega da Nota fiscal, acompanhada da respectiva medição dos serviços, na Diretoria de Compras do Município, de acordo com os termos do Artigo 40, Inciso XIV, "a", da Lei n.º 8.666/93.

- a. Os pagamentos somente ocorrerão depois das medições/serviços terem sido aprovados pelo órgão concedente, mediante confirmação do responsável pela fiscalização e gestão do contrato.
- b. A primeira medição ocorrerá **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço.
- c. As medições serão elaboradas com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.
- d. Os serviços considerados incompletos, defeituosos ou fora das especificações de projeto assim como das normas técnicas não será objeto de medição.
- e. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos requeridos para a execução do objeto CONTRATADO, constituindo-se na única remuneração devida.

§1º. A CONTRATADA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§2º. Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões quanto a regularidade fiscal, constantes da habilitação, dentro do prazo de validade, nos termos do Artigo 55, Inciso XIII, da Lei de Licitações, ou cópia do CRC atualizado.

§3º. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

§4º. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

§5º. Constatando-se, a situação de irregularidade do CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

§6º. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá

ROSELAI
NE DE
ALMEIDA
PEREIRA

Roselaine de Almeida Pereira
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§7º. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

§8º. Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária do FORNECEDOR, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

§9º. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. Os serviços poderão ser executados antecipadamente ao previsto no cronograma, porém somente serão pagos se a execução dos serviços, conforme o cronograma estiver em dia com os serviços do mês atual e meses anteriores.

§10. A CONTRATADA deverá fazer a matrícula dos serviços junto ao INSS, obrigatoriamente em seu nome e seu CNPJ.

§11º. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

§12º. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, número da Conta Corrente e da Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária para pagamento, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser retido o percentual de 11% (onze por cento) referente ao recolhimento do INSS e o ISS será calculado sobre o valor total da Nota Fiscal. O não recolhimento dos impostos poderá implicar em descontos quando for efetuado o pagamento da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

Os prazos serão:

a) **Vigência do Contrato: 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento.

b) **Execução: 06 (seis) meses**, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

Parágrafo Único. Somente serão admitidas prorrogações na execução da obra a pedido da Administração ou por fatores relevantes devidamente registrados no Diário de Obra.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora licitados, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária de 2022:

- **Número:** 51.135
- **Unidade Gestora:** 1 – Prefeitura Municipal de Caçador
- **Órgão Orçamentário:** 2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
- **Unidade Orçamentária:** 2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- **Função:** 12 – Educação
- **Subfunção:** 361 – Ensino Fundamental
- **Programa:** 12 - EDUCAÇÃO
- **Ação:** 2.25 – MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- **Despesa:** 393 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
- **Fonte Recurso:** 336 – Superávit Salário-Educação

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a. Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da obra.
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora.

ROSELAINE DE
ALMEIDA PEREIRA
PROCURADORA MUNICIPAL
OAB/SC 12.903



- c. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de servidor designado.
- d. Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado, desde que comprovada a necessidade deles.
- e. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas ou com as especificações constantes deste Edital e dos seus Anexos.
- f. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes dos Anexos deste edital.
- g. Aprovar o cronograma físico-financeiro definitivo dos serviços, a ser apresentado pela licitante vencedora.
- h. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes.
- i. Verificar a regularidade fiscal da licitante e efetuar o pagamento após a atestação da nota fiscal.
- j. Autorizar a subcontratação desde que atendidos os requisitos previstos neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



São obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento convocatório e no respectivo contrato:

I. Edital, Legislação e Contrato:

- a. Cumprir o disposto no Edital no **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022** e seus anexos.
- b. O MUNICÍPIO fica isento de quaisquer ônus ou obrigações referentes à legislação trabalhista, tributária, comercial ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à CONTRATADA.
- c. A CONTRATADA não poderá ceder o CONTRATO, qualquer parte do mesmo ou qualquer valor, benefício, obrigação ou interesse nele contido, ou dele decorrente, sem o consentimento prévio, por escrito, da CONTRATANTE.
- d. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação que lhe foram exigidas no presente Edital.
- e. Realizar a execução da obra conforme especificações contidas neste Edital e Anexos.

II. Obrigações Gerais:

- a. A empresa e/ou empreiteira CONTRATADA é exclusivamente responsável por eventuais indenizações a terceiros ou à CONTRATANTE, em virtude de danos e/ou prejuízos ocasionados pela execução dos serviços ou pelo seu pessoal.
- b. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, quando devidamente comprovada a sua imputação, as consequências de:
 - b.1. Imprudência, imperícia ou negligência, inclusive de seus empregados e prepostos.
 - b.2. Falta de solidez ou de segurança das obras/serviços durante a execução ou após a sua entrega.
 - b.3. Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos das obras/serviços, objeto deste contrato.
 - b.4. Atos seus, de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos nos serviços.
 - b.5. Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra ou em decorrência dela.
- c. Responsabilizar-se por danos a terceiros, quer físicos, quer materiais.
- d. A contratada é obrigada a zelar pelo patrimônio municipal, assumindo as responsabilidades pela sua integridade, bem como pelos eventuais danos causados por seus agentes.
- e. É obrigatório o uso de equipamentos de segurança: redes de proteção para uso geral, equipamentos de segurança individual, conforme legislação, EPI é a NR 06 do MTE e demais itens para a correta



Roselaine de Almeida
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



execução dos serviços, bem como cones e placas para aviso de segurança no trânsito.

f. Deverá ser indicado nome completo, endereço do escritório da CONTRATADA, onde o preposto deve ser encontrado, telefone convencional, celular do preposto indicado e endereço eletrônico oficial da empresa para fins de correspondência, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA, atualizar os telefones e os endereços seja ele eletrônico ou o endereço físico.

III. Garantias:

a. A aceitação da obra/serviços não exonerará a CONTRATADA nem seus técnicos, da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução da mesma.

b. Responsabilizar-se, integralmente, pelo controle de qualidade das obras/serviços e materiais.

c. Responsabilizar-se pela conservação da obra ou recuperação de eventuais falhas executivas pelo prazo de **05 (cinco) anos**, após a entrega da obra ao Município.

IV. Materiais e Serviços:

a. Utilizar somente material de primeira qualidade, obedecendo às normas, especificações e métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e INMETRO.

b. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários a prestação dos serviços, tais como: betoneiras, roçadeiras, furadeiras, serras manuais tipo maquina para uso de corte de madeira e piso, discos de cortes, baldes, carrinho de mão, enxadas, pás, brochas, pincéis, chaves, veículos para transporte, etc.

c. A contratante terá direito de recusar todo e qualquer serviço, material ou equipamento utilizado.

V. Documentação:

a. Emitir ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) ou RRT (REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, devidamente assinada pelo responsável técnico. A emissão junto ao CREA/CAU ficará às expensas da CONTRATADA.

b. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários à execução da obra.

c. A CONTRATADA deverá providenciar e manter o **Diário de Obra**, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execuções formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro:

c.1. O Diário de Obra deverá ter capa resistente, todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, em 03 (três) vias, e rubricadas e identificadas pelo fiscal.

c.2. Ao final de cada etapa da obra, o referido Diário deverá ser entregue a fiscalização, sendo de propriedade da Administração Municipal de Caçador – SC.

VI. Canteiro de Obras:

a. Durante a execução das obras ou serviços, a contratada deverá manter tanto quanto possível, o local de trabalho livre de obstáculos, detritos, etc; enfim, tudo que restrinja a liberdade de ação ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

b. Cumprir as exigências da Legislação Ambiental em vigor, tendo em vista os possíveis impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra/serviços, devendo ser adotadas medidas que não venham ferir o Meio Ambiente, tais como:

b.1. Instalar o canteiro de obra em local apropriado, seguro e sinalização e mantê-lo limpo e organizado reservando um espaço adequado para receber a fiscalização.

b.2. Tomar medidas de segurança contra o derramamento de óleo combustível e lubrificante, e na disposição adequada do lixo e esgoto sanitário de modo a não poluir o lençol freático.

b.3. Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira pelo tráfego.

b.4. O material inservível (bota fora) deverá ser depositado em local devidamente licenciado, sendo de total responsabilidade do CONTRATADA.

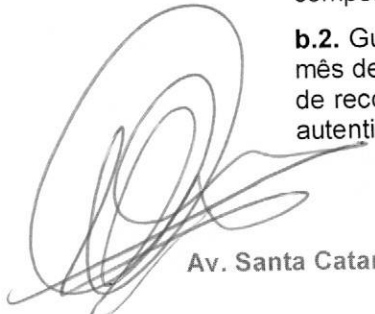


ROSELAI
INE DE
Roselaine de Almeida
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



- b.5.** Todos os caminhões que serão utilizados no transporte de materiais da obra, deverão possuir tela de proteção, a fim de garantir que nenhum tipo de material seja derramado nas pistas de rolamento utilizadas no trajeto do transporte.
- b.6.** Limpeza total dos canteiros da obra e pátios de máquinas ao término do contrato.
- c.** Providenciar, quando necessário, às suas expensas, a instalação de tapumes, alojamentos e de barracos para depósito de materiais na execução do objeto licitado.
- d.** Fornecer bens e serviços de acordo com as normas da ABNT – NBR.
- e.** Zelar pela boa e completa execução da obra/serviços e facilitar, por todos os meios, a ampla ação de fiscalização do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.
- f.** Fornecer todos os materiais de segurança, equipamentos e insumos necessários à boa execução da obra.
- g.** Fornecer crachás, e garantir a sua plena utilização por todo o período de vigência do contrato.
- h.** Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato.
- i.** Comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento da obra.
- j.** Respeitar os limites de ruídos nas operações de construção da obra.
- k.** Efetuar a manutenção mínima da via, no que concerne à extensão do objeto CONTRATADA, mantendo assim, perfeitas condições de trafegabilidade durante todo o período de execução da obra.
- l.** A obra ou serviço deverá receber a devida sinalização, constituída de cavaletes, bandeiras vermelhas, placas etc., que deverão estar de acordo com as instruções e orientações determinadas pela Prefeitura de Caçador.
- m.** Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a contratada continuará responsável pela manutenção de todo o material no local e pela segurança do canteiro de serviços contra acidentes com veículos e pessoas.
- n.** A contratada é obrigada fazer a retirada de entulhos e limpeza da obra. A retirada de materiais e limpeza da obra deve seguir orientações da Secretaria Municipal de Educação sobre os locais a serem depositados.

VII. Sobre seus Empregados

- a.** A CONTRATADA deverá manter no local da obra, durante a sua execução, sob pena de inabilitação, 01 (um) técnico responsável, habilitado, em tempo integral, inscrito no CREA ou CAU e aceito pelo Município de Caçador – SC.
- b.** Apresentar mensalmente, ao Fiscal do Contrato, cópia de toda a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e fundiárias relativamente ao mês imediatamente anterior e, em especial, relação dos trabalhadores que prestaram serviços decorrentes do contrato firmado com o CONTRATANTE; comprovante de pagamento de remunerações e salários e respectiva folha de pagamento; comprovante dos recolhimentos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e RE (Relação de Empregados) respectiva; cópia das rescisões contratuais (TRTC); cópia do informe mensal de acidente de trabalho (que se apresentam obrigatoriamente na previdência social), bem como comprovação do pagamento dos 13ºs salários e férias (nas épocas próprias) e, ainda, outros documentos que a CONTRATANTE entender necessários:
- b.1.** Guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao INSS, relativa ao mês de competência imediatamente anterior, devidamente quitada.
- b.2.** Guia de depósito do FGTS, contendo a relação completa dos empregados, relativamente ao mês de competência anterior, devidamente quitada, e quando contrato temporário, apresentar guia de recolhimento do FGTS e das informações à Previdência Social (GFIP) devidamente quitada e autenticada, indicando o nome do profissional, relativamente ao mês de competência anterior.




ROSELAI, Assinada de
Roselaine de Almeida Penco
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



b.3. Comprovante de pagamento dos salários dos empregados envolvidos no objeto ora CONTRATADA bem como cópia dos cartões pontos.

c. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas à obra a ser executada.

d. Cumprir as medidas relativas à segurança e saúde do trabalho contidas na Constituição Federal, na CLT em seus artigos 154 a 201, Lei n.º 6.514 de 27/12/77, na portaria n.º 3.214 de 08/08/78 da Secretaria de Segurança no Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, no Código de Edificações e Regimentos Sanitário, nas normas contidas em acordo e convenções coletivas de trabalho e nas convenções e recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil.

e. Cumprir as determinações da NR n.º 18.

f. Cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas e demais regulamentos do CONTRATANTE e do local da execução da obra, devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços.

g. A contratada deverá fiscalizar permanentemente as equipes, ajudando na distribuição dos serviços, fiscalizando a qualidade, conferindo a presença, prestando conta dos materiais utilizados e dos serviços executados, sempre recebendo orientações e atendendo solicitações da contratante.

h. A critério da contratante as equipes poderão ser distribuídas da forma mais conveniente nos diferentes postos de trabalhos, cujo transporte de ferramentas, materiais e operários fica sob responsabilidade da contratada.

i. Comparecer em Juízo nas ações trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou propostas contra o Município, assumindo o pólo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com ônus de eventual condenação inclusive honorários advocatícios, custas judiciais e demais cominações e sucumbências.

j. Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do município de Caçador no polo passivo, como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

j.1. A retenção prevista acima será realizada na data do conhecimento pelo Município da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

j.2. Somente será liberado com trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente CONTRATO ADMINISTRATIVO encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

a. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

b. Rescindir-lo unilateralmente, nos casos especificados no Inciso I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

c. Fiscalizar-lhe a execução.

d. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

ROSELAIN
E DE
Roselaine de Almeida
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa do CONTRATADA ou licitante, aplicar as sanções dispostas no Artigo 86 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, quais sejam:

- I. Advertência.
- II. Multa, na forma moratória e/ou compensatória.
- III. Suspensão do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública.
- IV. Declaração de Inidoneidade.

§1º. Quando da aplicação da penalidade multa, deverá ser observado o que segue:

- a. Pelo atraso injustificado por parte da CONTRATADA na execução do contrato, o mesmo sujeitar-se-á a multa de mora de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 5% (cinco por cento) do montante.
- b. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA estará sujeita à pena de multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- c. Pela rescisão contratual imotivada, a CONTRATADA estará sujeita à pena de multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

§2º. Em caso de não cumprimento do cronograma físico-financeiro, serão aplicadas as seguintes sanções:

- a. Advertência escrita, caso o percentual apurado na planilha de medição esteja até 40% inferior em relação ao cronograma físico-financeiro proposto pela contratada no momento da licitação.
- b. Aplicação de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a diferença de valor entre a medição do período e o mesmo período do cronograma físico-financeiro.
- c. As sanções serão aplicadas caso o atraso não seja devidamente justificado, no prazo de 05 dias úteis após o recebimento da advertência e com a devida anotação no Diário de Obra.

§3º. Nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias a Nota de Empenho poderá ser cancelada e o contrato considerado rescindido.

§4º. As penas de multa, cabíveis na forma moratória ou compensatória, quando possuidoras de fatos geradores distintos poderão ser cumuladas, de acordo com a gravidade da conduta.

§5º. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias consecutivos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo de execução contratual.

§6º. As multas por ventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a Administração autorizada a descontá-las dos pagamentos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo, para tanto, o presente instrumento para garantir o cumprimento do contrato.

§7º. Em havendo garantia, se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

§8º. As penas previstas no §1º. poderão ser aplicadas de forma cumulativa em caso de CONTRATADA ou licitante reincidente, haja vista o reiterado prejuízo causado ao Município.

§9º. Para fazer uso das sanções aqui tratadas, a Administração considerará motivadamente a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando e ponderando a sua (in)aplicabilidade, caso admitida a justificativa apresentada em defesa escrita. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

§10. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

§11. A aplicação de qualquer sanção administrativa prevista neste item deverá observar os princípios da

ROSELAI
Roselaine de Almeida
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O **MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC** poderá declarar rescindido o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§1º. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§2º. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

§3º. O contrato poderá ainda ser rescindido por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

Sobre o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, sua **FISCALIZAÇÃO** ficará a cargo do(a) servidor(a) **AIRTON CARLOS LEITE** e sua **GESTÃO** ficará a cargo do(a) servidor(a) **HELTON CALISTO**.

Parágrafo Único. Caberá ao servidor designado verificar se os itens, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto lícito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO


As partes elegem o foro da Comarca de Caçador, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Caçador (SC), 12 de abril de 2022.


MUNICÍPIO DE CAÇADOR
CONTRATANTE

Testemunhas:

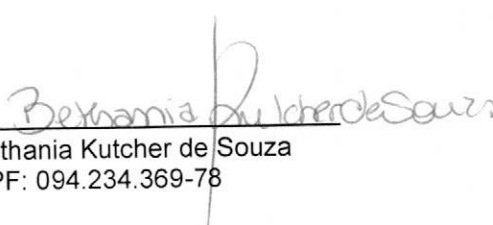
1ª



Lucas Parizotto Rossi
CPF: 118.648.569-80

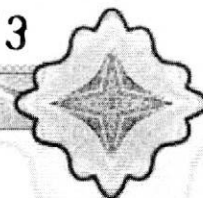

ENGEGR AU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Engº Civil Assis Ali Mohamad
ENGEGR AU CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

2ª


Bethania Kutcher de Souza
CPF: 094.234.369-78


Roselaine de Almeida
Procuradora Municipal
OAB/SC 12.903



Ao MUNICIPIO DE CACADOR

A Berkley International do Brasil Seguros S/A tem a satisfação em tê-lo como Segurado. Segue em anexo a apólice de Seguro Garantia nº 014142022000607750173077, emitida em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001

que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP - Brasil, a qual garante a autenticidade, a integridade e a validade de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais.

Isto significa que a apólice digital, que V. Sas agora recebe, tem a mesma validade jurídica da apólice impressa, todavia com as vantagens e segurança das transações eletrônicas certificadas digitalmente.

Além da segurança do processo de certificação digital, a autenticidade deste documento poderá ser verificada através de nosso site www.berkley.com.br, e confirmada após 7 (sete) dias úteis da emissão da apólice/endorso, através do site www.susep.gov.br utilizando o nº 014142022000607750173077000000.

Atenciosamente

BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414

TÍTULO: APÓLICE SEGURO GARANTIA Nº014142022000607750173077 - ENDOSSO 0000000
Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil
 Assinado digitalmente por
 Leandro Garcia Okita

✓ válido
 ✓ não expirado
 ✓ não revogado

ICP Brasil
 Assinado digitalmente por:
 Alexandro Sanxes

✓ válido
 ✓ não expirado
 ✓ não revogado

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP - Brasil por: Signatários(as):

LEANDRO EZEQUIEL GARCIA OKITA Nº de Série do Certificado: 11DE200108660C8A Data e Hora Atual Mar 29 2022 2:50PM

ALEXANDRO BARBOSA SANXES Nº de Série do Certificado: 11DE20010865FA68 Data e Hora Atual Mar 29 2022 2:50PM

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

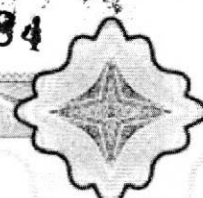
Art 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Nº Apólice: 014142022000607750173077 - ENDOSSO 0000000

Controle Interno: 1747853

Data da publicação: Mar 29 2022 2:50PM

Publicado por: Seguradora BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414



Apólice - Via Segurado

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		
DADOS DO SEGURADO				
Nome MUNICIPIO DE CACADOR			CNPJ 83.074.302/0001-31	
Endereço RUA SANTA CATARINA			Número 195	Complemento
CEP 89500-000	Bairro CENTRO	Cidade CAÇADOR	UF SC	
DADOS DO TOMADOR				
Nome ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA EPP			CNPJ 18.345.650/0001-34	
Endereço AV XV DE NOVEMBRO 305 SL 2 - CENTRO			Número 0	Complemento
CEP 89540-000	Bairro CENTRO	Cidade SANTA CECÍLIA	UF SC	
<p>A BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414, a seguir denominada "SEGURADORA", tendo em vista as declarações constantes da proposta de seguro mencionada, que lhe foi apresentada pelo "TOMADOR" acima identificado, proposta esta que, servindo de base para a emissão da presente Apólice, fica fazendo parte integrante deste contrato, obriga-se a indenizar o "SEGURADO" de acordo com as Condições Gerais, Especiais e Particulares anexas e que fazem parte integrante da presente apólice, as reparações pecuniárias decorrentes dos riscos do seguro, tudo de acordo com as condições gerais, especiais e particulares anexas.</p>				
<p>GARANTIAS: TOTAL DA IMPORTÂNCIA SEGURADA: R\$ 26.888,90 (VINTE E SEIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS). VIGÊNCIA: DAS 24:00H DO DIA 24 DE MARÇO DE 2022 AS 24:00H DO DIA 24 DE MARÇO DE 2023. Ficam fazendo parte integrante e inseparável da presente apólice, os seguintes ANEXOS que ora ratificamos: 1) Demonstrativo de Prêmio; 2) Condições Particulares; 3) Condições Especiais; 4) Condições Gerais; OBSERVAÇÕES: - Apólice emitida conforme TERMOS E CONDIÇÕES DA CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de Setembro de 2013 e seus ANEXOS e PROCESSO SUSEP Nº 15414.902037/2013-11; - Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br; - DDG Berkley: 0800-7700797.</p>				
<p>SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros - site www.susep.gov.br - Atendimento gratuito ao público Susep 0800-021-8484</p>				
CONDIÇÕES DE MODALIDADE				
MODALIDADES		LIMITES	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA
4502-EXECUTANTE CONSTRUTOR		R\$ 26.888,90	24/03/2022	24/03/2023
CORRETOR				
202048940 - SOUTHCORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME				
<p>Seguradora: BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414 Endereço: Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1455 15 andar - São P CNPJ: 07.021.544/0001-89 SAC: 0800-777-3123</p>				
<p>Para falar com a Ouvidoria Berkley ligue para: 0800-797-3444 ou envie um e_mail para: ouvidoria@berkley.com.br</p>				
<p>Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por Signatário LEANDRO EZEQUIEL GARCIA OKITA Nº de Série do Certificado: 11DE200108660C8A Data e Hora Atual Mar 29 2022 2:50PM ALEXANDRO BARBOSA SANXES Nº de Série do Certificado: 11DE20010865FA68 Data e Hora Atual Mar 29 2022 2:50PM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: Art 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.</p>				

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO

Importância Segurada: R\$ 26.888,90

Período de Vigência: 24/03/2022 à 24/03/2023

Prêmio Líquido:	R\$	228,56
Adicional de Fracionamento:	R\$	0,00
(*) Custo de Cadastro e Acompanhamento de Crédito	R\$	0,00

Prêmio Total: R\$ 228,56

Condição de Pagamento: **À vista**

Numero de Prestações: **1**

1ª Prestação: **228,56**

Demais Prestações: **0,00**

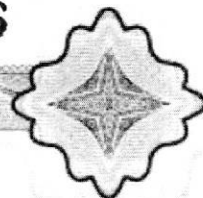
Forma de Cobrança: **TÍTULO DE COBRANÇA CEF (REMESSA ONLINE)**

Vencimentos: **06/04/2022**

MODALIDADES	PRÊMIO TARIFÁRIO
4502-EXECUTANTE CONSTRUTOR	R\$ 228,56

(*) Conforme disposições da Circular SUSEP 401 de 25 de fevereiro de 2010 e Nota Técnica Atuarial, processo SUSEP nº 15414.001453/2007-43, aprovada em 26 de outubro de 2007.

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre (os prêmios de seguros/as contribuições a planos de caráter previdenciário/os pagamentos destinados a planos de capitalização), deduzidos do estabelecido em legislação específica.

**CONDIÇÕES PARTICULARES**

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

A BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414, inscrita no CNPJ sob o nº de 07.021.544/0001-89, com sede à Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1455 15 andar, São Paulo, SP, através desta Apólice de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO: MUNICIPIO DE CACADOR, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº 83.074.302/0001-31, com sede à RUA SANTA CATARINA, 195 - CENTRO, Caçador, SC as obrigações do TOMADOR: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 18.345.650/0001-34, com sede à AV XV DE NOVEMBRO 305 SL 2 - CENTRO, Santa Cecília, SC até o valor de R\$ 26.888,90 VINTE E SEIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS, na modalidade abaixo descrita.

Modalidade - EXECUTANTE CONSTRUTOR

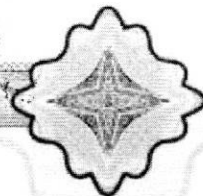
Importância Segurada - R\$ 26.888,90

Vigência - das 24:00h do dia 24 de Março de 2022 as 24:00h do dia 24 de Março de 2023

OBJETO:

ESTE CONTRATO DE SEGURO GARANTE A INDENIZAÇÃO, ATÉ O VALOR DA GARANTIA FIXADO NA APÓLICE, PELOS PREJUÍZOS DECORRENTES DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO TOMADOR NA MINUTA DO CONTRATO PRINCIPAL, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 037/2022 E EDITAL Nº 004/2022 - TOMADA DE PREÇOS, QUE TEM POR OBJETO A CONSTRUÇÃO DE ONSTRUÇÃO DE#
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DO FECHAMENTO DE TERRENO DA E.M.E.B. ESPERANÇA DESCRITO NA CLÁUSULA DO OBJETO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE O TOMADOR E SEGURADO, E COBERTO POR ESTÁ APÓLICE.

FLORIANÓPOLIS, 29 DE MARÇO DE 2022



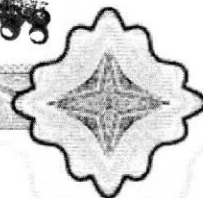
OBJETO DA GARANTIA - ANEXO

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

Condições e Cláusulas do Seguro

Cláusulas Particulares

1. Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da SUSEP nº 477/13 e fica expressamente estabelecido que para todos os fins e efeitos de direito, a regulação do sinistro observará o disposto nas Condições Gerais e Especiais da presente Apólice.
2. Esta apólice não poderá ser utilizada como complemento ou endosso de apólice anteriormente fornecida por esta seguradora referente ao mesmo edital e/ou contrato objeto deste seguro.
3. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando o pagamento de quaisquer danos acordados, indenizações a terceiros, danos ambientais, lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, não assegurando, ainda, riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro, obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas de qualquer natureza, de seguridade social, quebra de sigilo e confidencialidade em conformidade com a legislação nacional aplicável ao seguro-garantia.
4. Ao aceitar este documento o Segurado concorda que esta Seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia, se for constatado qualquer indício de sinistro ou inadimplemento contratual que tenha origem anterior à data de emissão do presente instrumento e que não tenha sido previamente informado pelo Segurado à Seguradora.
5. Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, não estarão cobertos pela presente apólice de seguro garantia quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados pelo segurado ou seu representante, seja isoladamente, seja em concurso com o tomador ou seu representante.
6. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais e Especiais que não tenham sido alteradas pelas presentes Cláusulas Particulares.



CONDIÇÕES ESPECIAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I – Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

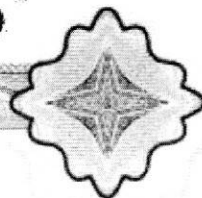
4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
 - Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
 - Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
 - Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
 - Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;
- 4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

**CONDIÇÕES ESPECIAIS**

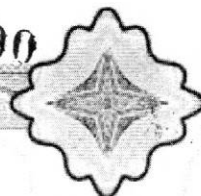
Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.





CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

11.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

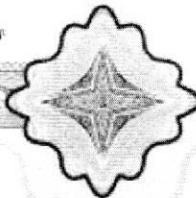
2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Prêmio Único: Valor a ser pago para a garantia do risco calculado para a vigência integral da apólice, podendo ser pago à vista ou parcelado.

2.11. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.12. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

2.13. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.14. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.15. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.16. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.17. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.18. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

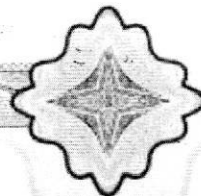
3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contra garantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

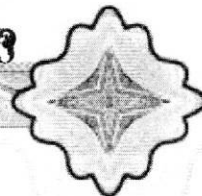
6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso voltando a correr a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

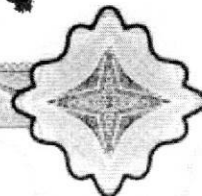
8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização,



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

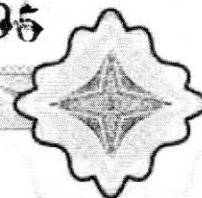
V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

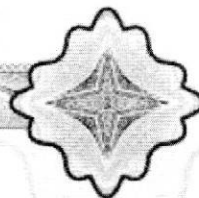
14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1, pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta poderá reter do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora poderá reter, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

neles indicadas.

19.3. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

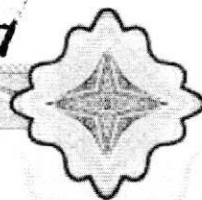
19.5. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

19.9. O Tomador, por meio próprio ou por seu corretor de seguros ou representante legal, ao assinar a proposta de seguro, declara o conhecimento e o acesso a presente condições contratuais, pelos canais disponíveis pela seguradora e constante na proposta de seguro.



CONDIÇÕES GERAIS

Filial 6-FLORIANÓPOLIS	Apólice 014142022000607750173077	Endosso 0000000	Proposta 9797653	Dt. Emissão 29/03/2022
Grupo RISCOS FINANCEIROS	Ramo SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO	Modalidade EXECUTANTE CONSTRUTOR		

Relação a Ser Aplicada.....Relação a Ser Aplicada
Sobre a Vigência Original.....% Do Prêmio.....Sobre a Vigência Original.....% Do Prêmio
Para a Obtenção dePara a Obtenção de
Prazo em Dias.....Prazo em Dias

15 /365.....	13	195 /365.....	73
30 /365.....	20	210 /365	75
45 /365.....	27	225 /365	78
60 /365.....	30	240 /365.....	80
75 /365.....	37	255 /365	83
90 /365.....	40	270 /365.....	85
105 /365.....	46	285 /365	88
120 /365.....	50	300 /365	90
135 /365.....	56	315 /365	93
150 /365.....	60	330 /365	95
165 /365.....	66	345 /365.....	98
180 /365.....	70	365 /365.....	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim



**PREFEITURA DE
CAÇADOR**

Protocolo 1.744/2022

PUBLICADO 198
Diário Oficial dos Municípios/SC
Nº Ed. 3833
Em 12.04.2022

DECRETO Nº 10.151, de 14 de abril de 2022.

Designa fiscal de contrato administrativo.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Ailton Carlos Leite para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 57/2022, vinculado ao Processo Licitatório nº 37/2022 – Tomada de Preços nº 04/2022, que tem por objeto a contratação de empresa habilitada para execução do fechamento de terreno da EMEB Esperança.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Administração, em 14 de abril de 2022.


Cleony Lopes Barboza Figur – SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.